



Nº 19

R E V I S T A
P E R S P E C T I V A

REFLEXÕES SOBRE A TEMÁTICA INTERNACIONAL

ISSN 1983-9707 ANO 10 AGOSTO/SETEMBRO 2017

REVISTA PERSPECTIVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL Reitor: Prof. Rui Vicente Oppermann

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS Diretor: Prof. Doutor Carlos Henrique Vasconcellos Horn

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS Coordenadoria: Profa. Jacqueline Angélica Hernández Haffner

CERI – CENTRO ESTUDANTIL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS Coordenadores: Camila Silva Souza, Eduardo Secchi, Lucca Pires Lima

EDITORA-CHEFE: Profa. Analúcia Danilevich Pereira

CONSELHO EXECUTIVO: Camilla Martins, Francielle Mazocco, Leonardo Seben, Luana Alonso, Luana Borba, Luiza Leandro, Maitê Roman Goulart, Victoria Ellwanger

CONSELHO CONSULTIVO: Prof^ª. Analúcia Danilevich Pereira (UFRGS), Prof. André Luiz Reis da Silva (UFRGS), Prof. André Moreira Cunha (UFRGS), Prof. Antônio Carlos Moraes Lessa (UnB), Prof. Carlos Schmidt Arturi (UFRGS), Prof. Eduardo Ernesto Filippi (UFRGS), Prof. Érico Esteves Duarte (UFRGS), Prof. Fábio Costa Morosini (UFRGS), Prof. José Miguel Quedi Martins (UFRGS), Prof. Luiz Dario Teixeira Ribeiro (UFRGS), Prof. Marco Aurélio Chaves Cepik (UFRGS), Prof^ª. Marianne Wiesebron (Universiteit Leiden – Holanda), Prof. Manuel Loff (Universidade do Porto – Portugal), Prof^ª. Miryam Colacrai (UNR – Argentina), Prof. Paulo Gilberto Fagundes Visentini (UFRGS), Prof. Pedro Cezar Dutra Fonseca (UFRGS), Prof. Ricardo Antônio Silva Seitenfus (UFSM).
CONSELHO EDITORIAL: Ana Júlia Possamai (CEGOV/UFRGS), Prof^ª. Cláudia Was-

serman (UFRGS), Diego Rafael Canabarro, Prof. Enrique Serra Padrós (UFRGS), Prof. Igor Castellano (UFMS, Prof^ª Kamilla Raquel Rizzi (UNIPAMPA), Lucas Kerr de Oliveira (UNILA), Prof. Lucas Pereira Rezende (UFSC), Prof. Luiz Augusto Estrella Faria (UFRGS), Profa. Máira Baé Baladão Vieira (IFRS), Prof. Mamadou Alpha Diallo (UNILA), Prof. Marcos Aurélio Reis (UNISINOS), Prof. Rafael Balardin (UNIPAMPA), Prof. Rodrigo Perla Martins (FEEVALE), Profa. Sonia Ranincheski (UFRGS).

CAPA: Joana Machado e Maitê Roman
EDITORAÇÃO e REVISÃO: Maitê Roman Goulart, Eduardo Secchi, Luana Margarete Geiger

APOIO: Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD/UFRGS) e Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT).

Os materiais publicados na revista *Perspectiva*: Reflexões sobre a Temática Internacional são de exclusiva responsabilidade dos autores. É permitida a reprodução parcial e total dos trabalhos, desde que citada a fonte.

Os artigos assinalados refletem o ponto de vista de seus autores e não necessariamente a opinião dos editores desta revista.

Revista Perspectiva: Reflexões sobre a Temática Internacional

UFRGS - Faculdade de Ciências Econômicas
CERI – Centro Estudantil de Relações Internacionais

Av. João Pessoa, 52, Campus Centro, CEP 90040-000, Porto Alegre – RS - Brasil.

Email: revistaperspectivari@gmail.com

Telefone: (051) 3308-3311 ramal 3508

<http://www.ufrgs.br/revistaperspectiva>

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Revista Perspectiva : reflexões sobre a temática internacional /
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Centro Estudantil de Relações Internacionais. Ano 10, n. 19 (ago./set. 2017) – Porto Alegre : UFRGS/FCE/CERI, 2008 -

Semestral.

ISSN 1983-9707.

1. Relações exteriores : Política. 2. Relações internacionais. 3. Política internacional. 4. Cooperação internacional.

Responsável: Biblioteca Gládis Wiebelling do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

SUMÁRIO

EDITORIAL

ARTIGOS

A Política Nuclear Soviética: da Segunda Guerra Mundial ao SALT I9

Helena dos Anjos Xavier

Rodrigo dos Santos Cassel

Os Determinantes Externos da Consolidação Política do Partido Comunista da Tchecoslováquia entre 1938 e 1948.....24

Flávia Zanonato Buseti

A Divisão Internacional do Trabalho no Campo Socialista: Mito, Realidade e o Papel do COMECON 38

Eduardo Tomankiewicz Secchi

Rodrigo Fuhr

Rompimento da Aliança Sino-Soviética: a Influência dos Respectivos Líderes e da Política Doméstica Chinesa 58

Maitê Roman Goulart

Victor Hugo Dresch da Silva

Política Externa Soviética sob Brejnev (1964-1982): a Marinha Soviética como Instrumento de Poder Político 77

Douglas de Quadros Rocha

A Política Soviética Para o Egito e seus Desdobramentos Sobre a Primeira Crise do Suez.....	93
<i>Bruna Hayashi Dalcin</i>	
<i>Laura Schaan Chiele</i>	
A atuação da URSS no conflito entre Etiópia e Somália e os impactos na Guerra Fria.....	114
<i>João Vitor Miranda de Souza da Silva</i>	
<i>Lorenzo Andreoli da Silva</i>	
A Política Externa Soviética para o Oriente Médio sob a Administração de Gorba-chev (1985-1991): entre a Cooperação, a Abstenção e o Conflito	127
<i>Henrique Pigozzo da Silva</i>	
<i>Luis Felipe Eick</i>	
<i>Marina Felisberti</i>	
Biografias: Grandes Nomes da História Soviética.....	146
<i>Bruna Hayashi Dalcin</i>	
<i>Douglas de Quadros Rocha</i>	
<i>Eduardo Tomankievicz Secchi</i>	
<i>Gabriela Ruchel de Lima</i>	
PARÂMETROS PARA SUBMISSÃO DE ARTIGOS	173

SUMMARY

EDITORIAL

ARTICLES

Soviet Nuclear Policy: from the Second World War to SALT I9

Helena dos Anjos Xavier

Rodrigo dos Santos Cassel

The External Determinants of Political Consolidation of the Communist Party
of Czechoslovakia Between 1938 and 1948.....24

Flávia Zanonato Buseti

The International Division of Labour in the Socialist Field: Myth, Reality and
the role of COMECON 38

Eduardo Tomankievicz Secchi

Rodrigo Fuhr

Sino-Soviet Split: the Influence of the Respective Leaders and of Chinese Do-
mestic Policy 58

Maitê Roman Goulart

Victor Hugo Dresch da Silva

Soviet Foreign Policy Under Brejnev (1964-1982): the Soviet Navy as an Ins-
trument of Political Power..... 77

Douglas de Quadros Rocha

The Soviet Policy for Egypt and its Developments on the First Crisis Of Suez....
.....93

Bruna Hayashi Dalcin
Laura Schaan Chiele

The USSR involvement in the Ethiopian and Somali conflict and its impacts in
the Cold War.....114

João Vitor Miranda de Souza da Silva
Lorenzo Andreoli da Silva

Soviet Foreign Policy for the Middle East under Gorbachev's Administration
(1985-1991): Between Cooperation, Abstention and Conflict.....127

Henrique Pigozzo da Silva
Luis Felipe Eick
Marina Felisberti

Biographies: Great Names of the Soviet History..... 146

Bruna Hayashi Dalcin
Douglas de Quadros Rocha
Eduardo Tomankievicz Secchi
Gabriela Ruchel de Lima

PARAMETERS FOR ARTICLES SUBMISSIONS... 173

Editorial

A Revolução Soviética, que completou seu centenário em 2017, constitui, paradoxalmente, um fenômeno ainda pouco conhecido e insatisfatoriamente estudado. Há aspectos ainda muito pouco analisados. Ela foi tanto uma *Revolução Socialista com Russa*, e seus aspectos sociais e político-ideológicos não representam os únicos fatores relevantes em seu desencadeamento. Ela foi uma Revolução marcada *pela Grande Diplomacia, pelas Guerras e pela Geopolítica, ou seja, foi um fenômeno internacional*.

Daí o interesse em oferecer um seminário aos alunos de graduação em Relações Internacionais da UFRGS no segundo semestre de 2017, cujos melhores artigos produzidos pelos alunos são aqui apresentados como um dossiê. Como o leitor poderá observar, os artigos tratam de uma gama de temas internacionais decorrentes dos efeitos internacionais e da política externa da Revolução, e não apenas da Rússia. No final, há um conjunto de biografias dos principais personagens da História da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e das conjunturas que a precederam e posteriores à sua dissolução.

A Revolução Russa de 1917 foi a mais impactante da história por seu alcance mundial e por sua duração (74 anos), tendo sido o elemento catalisador de todo o século XX. Ela construiu o primeiro Estado socialista (a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas/URSS), transformando uma gigantesca nação atrasada numa superpotência e influenciando profundamente a política global. A ela se agregaram outros países socialistas que formaram o bloco soviético e, depois, o campo socialista, viabilizando um conjunto de Estados que se proclamavam marxistas e se apoiavam em seu modelo. Em seu apogeu (1983) eles chegaram a

abarcam um terço da população e, aproximadamente, um quarto da superfície e da produção mundiais.

Interessante que, apesar das mudanças radicais que promoveu, ela ocupou a posição geopolítica da antiga Rússia Imperial Czarista e herdou todos os seus problemas. Até 1870 era possível manter um Império vasto e fraco, porque ele estava afastada das grandes rotas internacionais e as potências vizinhas na Europa e na Ásia eram a pequena Prússia e o decadente Império Chinês. Mas a unificação alemã e sua industrialização, bem como a Revolução Meiji do Japão, criaram duas potências industriais que a ameaçavam em seus extremos Ocidental e Oriental.

Logo a Rússia perdeu suas posições na Ásia oriental e ficou seriamente ameaçada pela Alemanha do II e do III Reich. A modernização da URSS resolveu problemas que o czarismo não fora capaz e tornou a nação uma potência mundial, ainda que contraposta ao sistema mundial capitalista. Dessa posição ela desafiou as potências rivais e auxiliou Revoluções em outras partes do mundo. A vitória sobre a Alemanha nazista permitiu que o país se tornasse membro do Conselho de Segurança da ONU e gerasse a configuração do Sistema Bipolar da Guerra Fria, constituindo um *Sistema Mundial alternativo*. Ele contribuiu para a independência dos Estados afro-asiáticos que triplicaram os membros da Organização.

Assim, a abordagem internacional da Revolução Russa e da URSS representam elementos indispensáveis para o estudo da Diplomacia e da Guerra no século XX. E isso é algo que ainda persiste, pois seria impossível compreender a Rússia de Vladimir Putin e dos desafios geopolíticos do século XXI.

Essa publicação foi possível graças ao apoio do Bolsista de Iniciação Científica do NERINT, Eduardo Secchi, que organizou o material; da Editora-Assistente da Revista Perspectiva, Maitê Roman, que diagramou e editorou o material; da doutoranda Luana Margarete Geiger, que revisou o material; e da Editora-Chefe da Revista Perspectiva, Professora Analúcia Danilevitz Pereira, que resgatou essa importante publicação dos alunos do Curso de Relações Internacionais.

Paulo Fagundes Visentini¹

1 Professor Titular de Relações Internacionais da UFRGS e autor da obra “Os paradoxos da Revolução Russa (1917-1991)”, Editora Alta Books.

A Política Nuclear Soviética: da Segunda Guerra Mundial ao SALT I

*Helena dos Anjos Xavier
Rodrigo dos Santos Cassel¹*

RESUMO: O presente artigo objetiva analisar a política nuclear soviética no período que concerne desde as primeiras iniciativas de pesquisa sobre fissão atômica levadas a cabo pela União Soviética – institucionalmente, a partir de 1942 – até 1972, quando da ocorrência da primeira rodada das Conversações sobre Limites para Armas Estratégicas (SALT I). No trabalho, são apresentados momentos importantes para a doutrina nuclear soviética, tais como o estabelecimento do primeiro programa de pesquisa na área, os primeiros testes nucleares realizados, o desenvolvimento da bomba de hidrogênio, a morte de Stalin em 1953, e a conseqüente reorganização do aparato burocrático encarregado do programa nuclear. Paralelamente, visa-se à apresentação dos condicionantes que levaram a União Soviética a desenvolver um programa nuclear próprio, ressaltando a necessidade de solidificar e proteger o Estado contra a ameaça imediata representada pelos Estados Unidos.

PALAVRAS-CHAVE: Bomba Atômica. União Soviética. Guerra Fria. Programa Nuclear.

¹ Graduandos do 6º semestre de Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

1 Introdução

A nível estatal, a política nuclear da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), previamente à deflagração da Segunda Guerra Mundial, era pequena ou inexistente. Apenas alguns acadêmicos e físicos, de maneira independente, desenvolviam pesquisas relacionadas à temática da fissão nuclear. Com o escalonamento do conflito, no entanto, e frente a um cenário no qual as nações ocidentais já empenhavam esforços para o desenvolvimento de tal tecnologia, a URSS, liderada à época por Stalin, passara a estabelecer postos dedicados à pesquisa nuclear. Mesmo assim, foi apenas após os bombardeios de Hiroshima e Nagasaki por parte dos Estados Unidos da América (EUA) que os soviéticos observaram o fato de que, no pós-guerra, as bombas atômicas desempenhariam um papel central no (des)equilíbrio da balança de poder internacional, tornando-se prioritário, a partir de então, o estabelecimento de um programa nuclear nacional robusto.

Embora tenham iniciado o pós-guerra em grande desvantagem em relação aos EUA, logo os soviéticos foram capazes de organizar as estruturas internas para o seu projeto de construção da bomba atômica. Assim, em 1949, somente quatro anos após o término da guerra, a URSS já realizava o seu primeiro teste nuclear, obtendo sucesso. A partir disso, diversos outros testes foram levados a cabo, e os esforços relacionados à tecnologia atômica já vislumbravam a bomba de hidrogênio. Conforme será evidenciado posteriormente, no entanto, com a morte de Stalin, em 1953, houve uma reorganização burocrática no comando do projeto nuclear soviético, o que gerou um modesto esvaziamento durante um período de dois anos. Com a posse de Efim Slavsky no Ministério de Construção de Máquinas Médias, órgão encarregado do programa nuclear, a produção voltaria, e, até 1986, seria verificada uma expansão anualmente constante do arsenal soviético.

O presente artigo, portanto, além de explorar em detalhes o contexto acima descrito, também visa à elucidação dos motivos pelos quais a União Soviética opta pelo desenvolvimento do referido programa nuclear robusto, isto é, um programa que fosse capaz de se equiparar – ou, até, superar – ao estadunidense. Para tanto, há de se entender o contexto histórico no qual tal fenômeno estava inserido: nomeadamente, a Guerra Fria, momento no qual dois sistemas econômico-sociais disputavam influência global. Nesse ínterim, o desenvolvimento de uma doutrina

nuclear soviética estava relacionado à necessidade de proteger a nação de forças externas, as quais buscavam não somente o monopólio de poder internacional à época, mas também a destruição das bases ideológicas sobre as quais o Estado e a sociedade soviéticos estavam assentados.

Para tanto, o texto está estruturado em três eixos de desenvolvimento. O primeiro busca descrever as primeiras iniciativas soviéticas acerca da pesquisa no campo nuclear, evidenciando como o Ocidente influenciou tal dinâmica e apontando os fatores internos que restringiam uma produção nuclear soviética em larga escala até então. Posteriormente, o artigo apresenta o contexto do imediato pós-Segunda Guerra Mundial, quando Stalin opta pelo total desenvolvimento de um programa nuclear robusto. Por fim, visa-se ao entendimento das razões pelas quais a União Soviética embarcou em tal programa, apontando, também, os efeitos de tal movimento para a política externa do país na segunda metade do século XX.

2 Primeiros Esforços Soviéticos na Pesquisa Nuclear

Ao início da Segunda Guerra Mundial, em 1939, físicos de ambas as partes em conflito – do Eixo e dos Aliados – já possuíam conhecimento acerca da possibilidade de utilizar a tecnologia de fissão nuclear como uma arma de guerra. Ainda era desconhecida, no entanto, a forma específica de execução de um ataque nuclear. Com a preocupação de que a Alemanha nazista já estaria a desenvolver tal tecnologia para fins ofensivos, tanto os Estados Unidos quanto o Reino Unido passaram a ambicionar, internamente, programas nucleares próprios (HERRERA, 2006).

Foi apenas após o ataque japonês a *Pearl Harbor* (1941), contudo, que os EUA iniciaram um processo de investimento maciço na área. Os britânicos, por sua vez, embora possuíssem, à época, uma intensidade de pesquisa nuclear que suplantava a estadunidense, logo ficou claro que o esforço industrial demandado para o desenvolvimento prático da nova tecnologia seria incompatível com a sua economia restrita em tempos de guerra. Como resultado, em 1942, inicia-se um esforço conjunto – contando, também, com a contribuição do Canadá – para a produção de explosivos baseados na tecnologia de fissão nuclear, com a preocupação de o fazer antes da Alemanha. A iniciativa, denominada Projeto Manhattan, obteve o seu primeiro explosivo detonado em 1945, no Novo México, sendo este

o primeiro teste nuclear da humanidade – denominado Experiência *Trinity*. Os incidentes de Hiroshima e Nagasaki viriam a ocorrer um mês depois, também em 1945 (GROVES, 1983).

Ao observar o conjunto de Estados envolvidos no Projeto Manhattan, desprende-se a conclusão de que houve uma intenção estadunidense e britânica de alienar a União Soviética (URSS) – o outro ator no comando dos Aliados – das novas tecnologias nucleares sendo desenvolvidas à época. Os soviéticos, entretanto, possuíam acesso a relatórios de inteligência que descreviam avanços tecnológicos na área, os quais eram disponibilizados por espíões do país infiltrados no Projeto Manhattan. Stalin, por outro lado, centrado nos esforços imediatos da guerra, ainda permanecia cético quanto à inteligência coletada, reconhecendo que os relatórios acerca da bomba atômica possuíam desvios propagandísticos e alegando que a URSS não estaria prestes a desenvolver tal forma de “superbomba”. (CHIKOV, 1991, p. 43).

Somado a isso, se Stalin já se demonstrava relativamente alheio às discussões sobre o poder nuclear, o escalonamento da guerra, agora atingindo diretamente o espaço soviético, viria a intensificar tal disposição. Nomeadamente, em 22 de junho de 1941, quando da deflagração da Operação Barbarossa – invasão da União Soviética pelas nações do Eixo –, os soviéticos passam a se empenhar em combater a ofensiva nazista em seu território. Como um resultado imediato, quaisquer pesquisas no campo da fissão nuclear foram desmobilizadas até o final do referido ano, de maneira que diversos físicos e químicos, anteriormente dedicados à pesquisa nuclear, tiveram seu foco realocado para funções relacionadas à guerra convencional (COCHRAN; NORRIS; BUKHARIN, 1995).

Em 1942, embora já com o fracasso da Alemanha na Operação Barbarossa, a Frente Oriental da Segunda Guerra Mundial continuava operante, e assim se manteria até a derrota do Eixo em 1945. O desenvolvimento da atividade acadêmica soviética, no entanto, mesmo que enfraquecido, viria a demonstrar sinais de retomada rapidamente. Assim, já em 1942 – nem um ano após o término da invasão nazista – pesquisadores da URSS passaram a notar que estava havendo um esvaziamento na divulgação científica sobre o tema da fissão nuclear por parte de alemães, britânicos e estadunidenses, fato que os colocou em alerta para a

possibilidade de tais Estados estarem perseguindo programas nucleares de maneira velada. Dentre tais acadêmicos, destaca-se Georgy Flyorov, físico soviético que escreveu uma carta para Stalin, alertando-o sobre os fatos referidos acima e clamando pelo desenvolvimento nacional de uma bomba de urânio (HOLLOWAY, 1994).

Já com a inteligência propiciada pelos espões infiltrados no Projeto Manhattan e com a suspeita dos acadêmicos sobre a possibilidade do desenvolvimento de programas secretos no Ocidente, o fator que viria a representar o ponto de inflexão para as autoridades soviéticas no que tange à bomba atômica seria evidenciado em abril de 1942. Na ocasião, um assistente de Sergei Kaftanov – presidente do Conselho Técnico-Científico da URSS – recebera um caderno capturado de um oficial alemão; nele, havia uma lista de materiais necessários para a confecção da bomba. Como conclusão, Kaftanov passou ao Comitê de Defesa do Estado (*Gosudarstvenny Komitet Oborony* - GKO, presidido por Stalin) a inteligência que apontava para o interesse alemão em sistemas nucleares ofensivos (HOLLOWAY, 1994).

Cochran, Norris e Bukharin (1995) apontam que, a partir disso, Kaftanov enviou uma carta ao GKO recomendando a criação de um centro de pesquisa nuclear; tal recomendação teria sido aceita por Stalin em julho, ainda em 1942. Iniciam-se, portanto, os esforços para a institucionalização de uma pesquisa estatal sobre fissão nuclear, a qual seria dirigida pelo físico soviético Igor Kurchatov. Concretizada em fevereiro de 1943, tal iniciativa de pesquisa ainda representava um momento de modéstia do programa nuclear soviético.

3 O Pós-Segunda Guerra Mundial e o Projeto da Bomba Atômica

Como visto acima, quando do final da Segunda Guerra Mundial (1945), os soviéticos possuíam um sério, porém modesto, projeto de pesquisa nuclear. Mesmo tendo conhecimento do sucesso da Experiência *Trinity* (julho de 1945), ou seja, que os Estados Unidos haviam realizado o primeiro teste com a bomba atômica, a equipe de Kurchatov não sentira a necessidade de intensificar o programa. Os bombardeios a Hiroshima e Nagasaki (agosto de 1945), no entanto, causaram impacto nos soviéticos, cuja liderança, agora, estava convencida de que a bomba atômica desempenharia um papel central nas disputas de poder do pós-guerra.

Segundo registros históricos, logo em seguida a tais acontecimentos, Stalin teria reunido Kurchatov e Boris Vannikov, Comissário de Munições, no Kremlin e demandado-os a fabricação da bomba atômica “no menor tempo possível”, informando-os de que Hiroshima havia “balançado o mundo e destruído a balança de poder”(HALLOWAY, 1994, p. 132). Nesse sentido, no imediato pós-guerra, para o líder da URSS, o “esforço de quatro anos de guerra pareceu desperdiçado e o fugaz sentimento de vitória tornou-se ameaçado, haja vista a emergência de um novo fator determinante na política mundial”. (COCHRAN; NORRIS; BUKHARIN, 1995, p. 25).

Em última instância, a situação corrente – apenas os Estados Unidos como possuidores da bomba – era intolerável. A única opção, dessa forma, era o desenvolvimento de um programa rápido e massivo, com alto investimento estatal. Assim, apenas dez dias após Nagasaki, em 20 de agosto de 1945, o GKO adotou uma decisão que estabelecia um Comitê Especial para “resolver o problema nuclear” soviético. Lavrenti P. Beria, chefe da polícia secreta, tornou-se o diretor do comitê, o qual passou a empreender pesquisa e produção em larga escala logo após o seu estabelecimento. Em 1947, iniciou-se a construção de um local para o teste da bomba atômica, sendo escolhido um território no Cazaquistão. Em 1949, toda a infraestrutura para a realização do teste já estava em ordem. Em agosto do mesmo ano, o primeiro teste ocorria com sucesso. Após, até 1953, uma série de outros testes foram levados a cabo. Se, na primeira tentativa, a tecnologia utilizada na bomba era quase idêntica ao projeto estadunidense, já em 1951 “as bombas projetadas pelos soviéticos eram duas vezes mais poderosas e muito mais leves do que o ‘estilo estadunidense’ de design”. (COCHRAN; NORRIS; BUKHARIN, 1995, p. 29).

Com tais etapas ultrapassadas, os soviéticos, agora, logravam atingir o próximo patamar: desenvolver e testar uma bomba de hidrogênio, isto é, uma bomba que operasse por meio da fusão nuclear. Ao contrário do contexto da bomba de fissão nuclear, no qual a URSS adentrara a corrida armamentista em desvantagem, as pesquisas sobre a bomba de hidrogênio avançavam simultaneamente para os soviéticos e para os estadunidenses. Na verdade, de acordo com cientistas e oficiais da

URSS², em mais um teste, a União Soviética teria detonado a primeira bomba de hidrogênio do mundo, encerrando o que era chamado de “segundo monopólio” dos Estados Unidos (HEWLETT; HOLL, 1989).

Um fato, no entanto, viria a causar amplas mudanças no programa nuclear soviético: a morte de Stalin (1953). Com isso, alterações burocráticas afetaram a raiz da iniciativa, abrindo um processo de reorganização estrutural. A primeira e mais significativa mudança, para além da ausência do próprio Stalin, foi a prisão e o assassinato do ex-dirigente Lavrenti Beria. Na visão da equipe engajada no desenvolvimento do programa nuclear, o afastamento de ambos havia deixado a iniciativa “verdadeiramente órfã”. O sucessor de Stalin, Georgi Malenkov, por exemplo, não possuía conhecimento acerca da bomba de hidrogênio soviética. Kurchatov e Vyacheslav Malyshev – substituto de Beria apontado pelo próprio Malenkov – tiveram a tarefa de repassá-lo todas as informações essenciais (GOLOVANOV, 1990). De acordo com Cochran, Norris e Bukharin (1995), isso seria uma fiel representação de que a era de gerenciamento do programa de maneira centralizadora e por parte do alto escalão do partido estava sendo substituída por outra que concedesse maior independência ao Ministério de Construção de Máquinas Médias, responsável pelo programa nuclear.

Em seguida, Malenkov e, conseqüentemente, Malyshev seriam forçados a renunciar seus cargos (1955). Malenkov logo fora substituído por Nikita Khrushchev. A situação do ministro responsável pelo programa nuclear soviético, por outro lado, tornou-se extremamente inconstante. Em um período de dois anos, houve três autoridades à frente da iniciativa (Zaveniagin, de 1955 a 1956, Boris Vannikov, por alguns meses de 1957, e M.G. Pervukhin, de maio a julho de 1957). A situação somente seria normalizada quando da posse de Efim Slavsky, que traria consigo a era de estabilidade de volta, permanecendo no cargo até 1986. Nos quase trinta anos à frente do ministério – e a quase totalidade da Guerra Fria – Slavsky manteve um crescimento constante dos arsenais nucleares soviéticos, com o pico de 45.000 ogivas em 1986 (COCHRAN; NORRIS; BUKHARIN, 1995).

2 No contexto da corrida armamentista e das disputas da Guerra Fria, analistas estadunidenses desconsideraram o teste termonuclear soviético de 12 de agosto de 1953 como a primeira bomba de hidrogênio a ser testada, devido a especificidades técnicas relacionadas à alegação de que grande parte da explosão teria sido gerada pela fissão de camadas de urânio (COCHRAN; NORRIS; BUKHARIN, 1995, p. 29).

4 Os Efeitos da Tecnologia Nuclear nas Relações Soviéticas Durante a Guerra Fria

Entende-se o desenvolvimento de programas de energia nuclear e, consequentemente, seu aperfeiçoamento na constituição de armas desse tipo, como um fenômeno revolucionário na política internacional (BELL, 2016). Como visto anteriormente, a utilização desse tipo de tecnologia foi fundamental, no final da Segunda Guerra Mundial em 1945, para a projeção de forças dos Estados Unidos da América, ao pautar um novo tipo de relação no Sistema Internacional, permeada pela ameaça da guerra nuclear.

Sobretudo, como foi indicado anteriormente, identifica-se no ato estadunidense de utilização desse novo tipo de arma, com tamanho poderio de destruição, uma clara estratégia de demonstração de suas capacidades de extermínio nos conflitos futuros. Não se pode esquecer, nesse sentido, a divergência ideológica que existia entre os Estados Unidos e, até então, sua aliada no conflito, União Soviética. Como visto posteriormente, com o desfecho da Segunda Guerra, os soviéticos passariam a ser vistos como os novos inimigos norte-americanos, colocando-os no centro alvo do poderio militar desenvolvido até então, incluindo ogivas nucleares de poder de destruição semelhante ou até maior daquelas usadas em Hiroshima e Nagasaki. Conforme Brites (2012), o governo estadunidense inclusive elaborou diversos planos de ataque nuclear à União Soviética pós-Segunda Guerra Mundial. Entre eles, a autora cita o *Totality* (1945), *Charioteer* (1948) e o *Fletwood* (1948), os quais giravam em torno da utilização de cerca de 300 ogivas a serem lançadas em centros estratégicos e vitais do Estado soviético, tais como instalações industriais e administrativas.

Portanto, o projeto nuclear desenvolvido pela União Soviética deve ser compreendido nesse contexto e, acima de tudo, enquadrado nas diretrizes de política externa as quais guiavam o Estado desde sua constituição. Deve-se evidenciar aqui, a título de exemplo, a política defendida por Stalin desde sua posse em relação ao “Socialismo num só país”. O líder soviético entendeu, ao formular tal plano de ação, que, para a finalidade de manter viva a filosofia ideológica que dera base conceitual ao movimento revolucionário soviético, era preciso defender e, sobretudo,

consolidar sua maior referência de sucesso, a União Soviética (MCDERMOTT, 2006; BRITES, 2012).

O entendimento dessa lógica é de suma importância para entender a política externa do Estado soviético e, nesse contexto, suas motivações para a constituição e o desenvolvimento de armamento nuclear – visto o sentimento de constante ameaça declarado pelos dirigentes do governo dos Estados Unidos e seus aliados, principalmente em relação à expansão da ideologia revolucionária e seu núcleo, a União Soviética. Conforme Brites (2012), essa estratégia defensiva, logo, visa a garantir a proteção do modelo político, econômico e social inaugurado pela Revolução de Outubro. Ainda, defender o estabelecimento dos valores os quais serviram de guia para a formação do projeto revolucionário, adverso à ordem capitalista estabelecida anteriormente.

Assim, frente ao sucesso do projeto nuclear soviético – cujo primeiro teste se deu em 1949 –, pode-se observar as bases clássicas características do período denominado Guerra Fria. Entende-se aqui a existência de duas superpotências de poderio nuclear, de bases ideológicas divergentes e conflitantes, as quais estabelecem durante o conflito, dois polos de poder antagônicos. Denota-se ainda um cenário de competição internacional, liderado pelos Estados Unidos (BRITES, 2012), em busca da autoafirmação de seu modelo econômico e do isolamento de sua adversária, a União Soviética. Assim, percebe-se que, durante a segunda metade do século XX, todas as relações desenvolvidas no Sistema Internacional eram permeadas pela bipolaridade estabelecida com as duas superpotências e objetivo de conflito entre essas.

A tecnologia nuclear, nesse sentido, coloca-se numa posição central enquanto característica do embate descrito. Segundo Holloway (2010), esse tipo de armamento militar foi tão fundamental para a história da Guerra Fria que seria até difícil separar o conflito e a existência desse tipo de poderio nuclear. Entende-se, por essa sentença, que as relações dos dois polos de poder do período eram interpostas pela tensão da utilização dessas armas, visto suas capacidades de destruição em massa. O termo cunhado que engloba essa definição é o da “dissuasão nuclear”, ou seja, caracteriza o fato de que União Soviética e Estados Unidos reconhecem o poderio nuclear um do outro e não tomam iniciativas de ataque direto pela existência da

possibilidade de retaliação em mesmo ou maior nível. Nesse sentido, tanto quanto o conflito ideológico e suas repercussões na periferia do sistema, a existência do arsenal nuclear é basilar para entender as relações externas da União Soviética durante o período.

Atribui-se, enfim, tal *status* de importância sistêmica à União Soviética graças a política externa elaborada e conduzida por Stalin, a qual colocou o Estado revolucionário no patamar de superpotência e estabeleceu um equilíbrio de forças em relação aos norte-americanos, pelo menos quando se falando do território europeu (BRITES, 2012). Observa-se tal fato essencialmente através do estabelecimento e expansão sobre as zonas de influência no leste do continente.

No entanto, o reconhecimento desse equilíbrio no teatro europeu e as ameaças de guerra nuclear e destruição mútua através dos poderios militares, não impediram as duas superpotências de participar – limitadamente – de conflitos na periferia do sistema para defender seus modelos políticos (HALLIDAY, 1994). Observa-se essa situação na Guerra da Coreia (1950-1953) e na Guerra do Vietnã (1955-1975), nas quais Estados Unidos e União Soviética se envolveram através do envio de armas e soldados para os conflitos. Dessa maneira, ainda poderiam defender seus modelos ideológicos antagônicos em guerras limitadas e sem a grande ameaça de utilização da tecnologia nuclear.

Foi com a morte de Stalin, em 1953, que passou-se a observar na União Soviética uma verdadeira ênfase em relação ao desenvolvimento de seu arsenal nuclear (HOLLOWAY, 2010). Seu sucessor, Khrushchev, desenvolveu uma nova estratégia na qual o armamento nuclear constituía importância central na posição soviética em relação à Guerra Fria, baseada no uso preemptivo do teatro nuclear, de modo que a defesa tenha se tornado apenas um conceito de nível tático (BATTILEGA, 2004).

Ainda durante a liderança de Khrushchev deu-se um dos maiores momentos de tensão e proximidade de deflagração de uma guerra de proporções nucleares – a Crise dos Mísseis de Cuba, em 1962. A problemática dessa situação gira em torno da instalação de mísseis balísticos soviéticos no território cubano – com objetivo de proteger o regime comunista cubano, ameaçado pelos estadunidenses – e da

represália do governo norte-americano em relação a essa atitude, visto a presença massiva de armamentos a 145 km de sua costa (HOLLOWAY, 2010).

Percebe-se, nesse sentido, que embora houvesse um poder coercitivo e dissuasório entre as duas superpotências – o que poderia limitar, num primeiro momento, as possibilidades de uma guerra nuclear –, a ameaça da destruição mútua e da guerra nuclear era uma constante estratégia utilizada como forma de barganha nos conflitos envolvendo União Soviética e Estados Unidos. Segundo Holloway (2010), ainda, ao se aumentarem as tensões nucleares, tal qual aconteceu na Crise dos Mísseis, tanto um acidente quanto uma ação não autorizada, por exemplo, poderiam levar ao perigo de perder o controle da situação e deflagrar um conflito de grandes proporções.

Foi somente a partir da administração de Brejnev, depois da queda de Khrushchev, que passaram a se observar indícios da tentativa de coexistência pacífica com a outra superpotência. Conforme Brites (2012), houve foco no aprimoramento das relações de cooperação com o Terceiro Mundo e os governos de esquerda que chegavam ao poder. Ainda, de acordo com a autora, identifica-se uma preocupação em intensificar a articulação entre os países que faziam parte do Pacto de Varsóvia e do COMECOM (na zona de influência soviética).

Em relação aos programas nucleares, a liderança de Brejnev entendeu que a utilidade de tais armamentos havia sido superestimada, bem como reconheceu que a quantidade presente no arsenal norte-americano poderia levar a “perdas irreparáveis” (BATTILEGA, 2004). Assim, conforme o autor, juntamente às delimitações de estratégias para consolidar uma política permanente de paz com os estadunidenses, procurou-se, para fins de defesa, o delineamento de um plano sob uma nova perspectiva de conflito, considerando-se ainda as novas tecnologias submarinas e aéreas que estavam sendo desenvolvidas.

Nesse contexto, identificam-se os esforços do Estado soviético liderado por Brejnev no estabelecimento da coexistência pacífica com os norte-americanos, visando ao “desarmamento nuclear, à proibição de testes nucleares e à manutenção da paz”. (BRITES, 2012, p. 60). Assim, anteviu-se o período da *Détente*, marcado pela diminuição dos conflitos e das tensões entre os polos antagônicos do Sistema Internacional. Para tanto, a autora evidencia três principais tratativas as quais

tangenciam esse objetivo soviético sendo eles o Tratado de Moscou, o Tratado de Não-Proliferação e o SALT I.

Logo, como apontado em Brites (2012), o primeiro tratava-se do banimento da realização de testes nucleares no território soviético. O segundo, o qual entrou em vigor apenas em 1970, fazia referência a não proliferação de armas de tipo nuclear, ou seja, aqueles detentores dessa tecnologia seriam proibidos de transferir o conhecimento para aqueles que ainda não houvessem desenvolvido um programa nuclear, a fim de não auxiliá-los. Por fim, o SALT I (Strategic Arms Limitation Talks I), relaciona-se às conversas envolvendo União Soviética e Estados Unidos para a realização de um acordo que abordasse a limitação do uso de armas estratégicas entre as duas superpotências.

Enfim, essas iniciativas assinalam, como mencionado anteriormente, o período da *Détente* e a diminuição dos conflitos entre as superpotências durante determinado período da Guerra Fria. A partir disso, denota-se uma diretriz muito importante da política externa soviética a qual se refere à coexistência pacífica. Como se observa ao longo dessa seção, grande parte do envolvimento soviético no teatro de disputas internacionais e, para a finalidade da presente reflexão, a constituição de seu programa nuclear, estão ligados à estrita reação ou defesa de sua filosofia política de modelo de Estado e modo de produção frente à ameaça ocidental. Logo, a partir da *Détente* identifica-se a pró-atividade do governo soviético em exercer a coexistência pacífica com os mesmos objetivos que guiam suas atividades no Sistema Internacional: a proteção de seu Estado, cerne da Revolução.

5 Considerações Finais

Com o final da Segunda Guerra Mundial houve a reorganização do Sistema Internacional em torno do embate ideológico entre Estados Unidos e União Soviética. Desse modo, pode-se observar que todas as relações dadas a partir do final do conflito, são permeadas pela dinâmica de hostilidades estabelecida entre as duas superpotências.

Essa situação remonta os encaminhamentos para o final do conflito mundial, visto a apresentação norte-americana, durante um ataque à Hiroshima e Nagasaki, no Japão, de sua nova arma de destruição em massa: a bomba atômica. Sobretudo,

deve-se entender essa situação no contexto de uma ameaça ao Estado soviético que, com as tratativas do final do conflito, deixava de ser um aliado estadunidense e passava, declaradamente, a posto de inimigo. Assim, a partir da presente reflexão, cujo objetivo é pensar abrangentemente a política externa soviética e seu programa nuclear, destacam-se três pontos essenciais para o entendimento do problema proposto – a partir da definição do uso instrumental da política nuclear a fim de promover as diretrizes guias do Estado soviético.

A evidência de um princípio norteador da política soviética desde sua formação, qual seja a proteção do Estado como símbolo do sucesso revolucionário e da implementação do socialismo. Na conjuntura posta, logo, é possível entender o posterior desenvolvimento do programa nuclear soviético através do destaque desse traço marcante da política externa. Nessa situação, o desenvolvimento do poderio militar soviético constituiu um posicionamento reativo e defensivo em relação às ameaças ocidentais.

Nesse sentido, deve-se compreender, ainda, a União Soviética como o núcleo da Revolução socialista e, portanto, sua consolidação, fortalecimento e, nesse momento, defesa; atravessam a barreira da simples proteção da existência de um Estado. Conclui-se, nesse sentido, que o Estado soviético é a base da ideologia e do sucesso do modo de produção socialista em seus desdobramentos econômicos, políticos e sociais, os quais são objetos de proteção de sua política externa.

Ainda, percebe-se, através do sucesso da constituição do programa nuclear soviético, a inauguração de um novo tipo de relação no Sistema Internacional, entreposta pelo conflito Leste-Oeste, junto a uma ordem determinada pela capacidade de destruição proveniente desse tipo de armamento. A Guerra Fria, como foi visto, constitui-se essencialmente em torno das capacidades dissuasórias das superpotências nucleares – as quais compõem dois polos antagônicos de poder –, de modo que o conflito nunca se dê diretamente entre elas, embora sejam permeados pelos antagonismos ideológico dos dois sistemas em competição.

Deve-se ressaltar, por fim, outra diretriz marcante da política externa soviética, a qual só pode se desdobrar a partir da segunda metade da década de 1960, à beira de uma quase guerra nuclear. A coexistência pacífica havia pautado a atuação externa soviética em conjunto com a reação e defesa às ameaças ocidentais, de modo

que se entenda tais princípios norteadores como complementares. Nesse sentido, observa-se, nos anos que antecederam o período de Détente, a pró-atividade dos líderes soviéticos em defender a manutenção da paz com os Estados Unidos da América, o que se refletiu principalmente na sua política militar e nuclear – através da limitação e da não proliferação.

Soviet Nuclear Policy: from the Second World War to SALT I

ABSTRACT: The present article aims at analyzing Soviet nuclear policy in the period since the first atomic fission research initiatives carried out by the Soviet Union – institutionally, from 1942 – until 1972, when the first round of Strategic Arms Limitation Talks (SALT I) took place. In this study, relevant moments for the Soviet nuclear doctrine are presented, such as the establishment of the first research program in the field, the first nuclear tests carried out, the development of the hydrogen bomb, the death of Stalin in 1953, and the consequent reorganization of the bureaucratic apparatus in charge of the nuclear program. At the same time, it aims at presenting the conditions that led the Soviet Union to develop its own nuclear program, stressing the need to solidify and protect the State against the immediate threat posed by the United States.

KEYWORDS: Atomic Bomb. Soviet Union. Cold War. Nuclear Program.

Referências

BATILLEGA, John A. Soviet Views of Nuclear Warfare: The Post-Cold War Interviews. In: SOKOLSKI, Henry D. (Eds.). *Getting Mad: Nuclear Mutual Assured Destruction, its origins and practice*. EUA: Lulu Press, 2014.

BELL, Mark S. Nuclear Weapons and Foreign Policy. 2016. 291f. Tese (Doutorado em Filosofia em Ciência Política). Departamento de Ciências Políticas. Massachusetts Institute of Technology. Cambridge, 2016.

BRITES, Alessandra S. *A Política da União Soviética e Seus Impactos nas Relações Internacionais (1917-1985)*. 2012. 93f. Dissertação (Mestrado em de Estudos Estratégicos Internacionais). Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

CHIKOV, Vladimir. *Espionage Role in World War II: Atom Bomb Program*. 10. ed. [s.l]: Jprs, 1991.

COCHRAN, Thomas B.; NORRIS, Robert S.; BUKHARIN, Oleg A. *Making the Russian Bomb: From Stalin to Yeltsin*. Boulder: Natural Resources Defense Council, 1995. 261 p.

GOLOVANOV, Yaroslav. *Secret Details of Early ICBM: Nuclear Warhead Development Revealed*. [s.l]: Jprs, 1990.

HALLIDAY, Fred. *Rethinking International Relations*. Londres: Macmillan, 1994.

HERRERA, Geoffrey Lucas. *Technology and International Transformation: The Railroad, the Atom Bomb, and the Politics of Technological Change*. Sunny Press, 2006. 179 p.

HEWLETT, Richard G.; HOLL, Jack M. *Atoms for Peace and War: 1953-1961*. Berkeley: University Of California Press, 1989.

HOLLOWAY, David. *Stalin and the Bomb: the Soviet Union and atomic energy*. New Haven: Yale University Press, 1994. 421 p.

HOLLOWAY, David. Nuclear weapons and the escalation of the Cold War, 1945–1962. In: LEFFLER, Melvyn; WESTAD, Odd. (eds). *The Cambridge History of the Cold War*. EUA: Cambridge University Press, 2010.

GROVES, Leslie R. *Now It Can Be Told: The Story of the Manhattan Project*. Kok: da Capo Press, 1983.

MCDEMORTT, Kevin. *Stalin: Revolutionary in a Era o War*. EUA: Palgrave Macmillan, 2006.

Os Determinantes Externos da Consolidação Política do Partido Comunista da Tchecoslováquia entre 1938 e 1948

Flávia Zanonato Busetti¹

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar os determinantes externos que impactaram na consolidação da política do Partido Comunista da Tchecoslováquia (KSČ) entre 1938 e 1948 e sua conexão com os determinantes internos. A autora propõe-se responder a seguinte pergunta ao longo do artigo: “Quais foram os fatores externos que impactaram na consolidação política do KSČ na Tchecoslováquia entre 1938 e 1948?”. Para responder a este questionamento, assumem-se três hipóteses; as três foram corroboradas nas quatro subseções do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Partido Comunista da Tchecoslováquia. Primeira República. Acordo de Munique. Frente Nacional. Autonomia Limitada.

¹ Graduanda de Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

1 Introdução

A Tchecoslováquia tem sua história marcada pela ingerência externa e pela dependência de sua política internacional em relação a grandes potências. O período de 1938 a 1948 marca a subjugação tchecoslovaca à Alemanha do Terceiro Reich, com o fim do período democrático da Primeira República, e, subsequentemente, a libertação deste domínio, somente possível se considerar-se como fator de análise a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e sua política externa de Guerra Fria.

Portanto, o fim do presente artigo é analisar os determinantes externos que impactaram na consolidação da política do Partido Comunista da Tchecoslováquia (KSČ) entre 1938 e 1948 e sua conexão com os determinantes internos. Para isso, é feita a seguinte pergunta: “Quais foram os fatores externos que impactaram na consolidação política do KSČ na Checoslováquia entre 1938 e 1948?”. Assumem-se três hipóteses para responder a pergunta ao longo do trabalho: (i) a Segunda Guerra Mundial e o Acordo de Munique (1938) forneceram uma retórica nacionalista e democrática da qual o KSČ se utilizou para construir a imagem do partido e da Frente Nacional Comunista; (ii) a importância estratégica e política da Tchecoslováquia em meio a Segunda Guerra Mundial influenciou nas relações com a União Soviética e, conseqüentemente, na autonomia da Frente Nacional Comunista; (iii) devem ser considerados na análise os determinantes internos para a consolidação política do KSČ, já que estão intrinsecamente conectados aos determinantes externos.

O artigo divide-se em quatro seções, considerando esta introdução, e quatro subseções. As três hipóteses serão exploradas ao longo das quatro subseções. A primeira trata do legado democrático deixado pela Primeira República para a população tchecoslovaca, que posteriormente será utilizado pelo KSČ na construção de sua imagem; a segunda explica de que modo a frente comunista valeu-se dos reflexos do Acordo de Munique e da Segunda Guerra Mundial para ampliar seu escopo de aceitação interna; a terceira esclarece a atuação do KSČ na Frente Nacional e como esta serviu à via pacífica de implementação do comunismo tchecoslovaco; a última seção explora a relação com a URSS, que, após a libertação do Exército Vermelho, passou a ser a principal aliada da Tchecoslováquia. Na seção

final, são apresentadas considerações finais, com a corroboração das três hipóteses elaboradas inicialmente.

2 Tchecoslováquia: 1918 – 1948

A presente seção tem por objetivo discorrer sobre a história da Tchecoslováquia, desde sua independência em 1918, até o ano de 1948. A primeira parte demonstrará o legado da Primeira República, a segunda o Acordo de Munique e as relações do país a partir da Segunda Guerra Mundial, a terceira tratará sobre a Frente Nacional, e, por fim, as relações com a União Soviética.

2.1 O Legado da Primeira República

A Tchecoslováquia foi declarada independente em 28 de outubro de 1918 e seu território formou-se a partir de cinco regiões de população tcheca e eslovaca do antigo Império Austro-Húngaro, então derrotado na Primeira Guerra Mundial. O estabelecimento dos limites do novo território, bem como o reconhecimento internacional do Estado-Nação, aconteceram na Conferência de Paz em Paris em 1919 (HEIMANN, 2009). A independência do Estado-Nação não foi ditada apenas pela decisão dos vencedores da guerra, não obstante, como McDermott (2015) explica, foi consequência tanto da ambição das nações tcheca e eslovaca em formar um governo autônomo como da intenção das potências vitoriosas de estabelecer uma zona tampão para conter o avanço do comunismo para o Ocidente, considerando a recente Revolução de 1917.

A Primeira República solidificou-se em meio a uma conjuntura externa de pós-guerra, com a reconstrução econômica dos países envolvidos, de nacionalismo exacerbado e de governos centralizadores e autoritários. Ao contrário das tendências continentais, o recente país tinha seus alicerces na democracia liberal multipartidária, que, como McDermott (2015) afirma, fazia parte da visão defendida pelas elites tchecas e era personificada pelo primeiro presidente tchecoslovaco, Tomáš Garrigue Masaryk. O presidente buscou inspiração nas constituições francesa e norte-americana para a formulação do seu governo, que era composto por um parlamento bicameral, eleições multipartidárias e sufrágio universal para homens e mulheres.

A propaganda foi elemento essencial do empreendimento de construção do Estado-Nação. Os líderes políticos tchecos Tomás Masaryk e Edvard Benes utilizaram-se do mito nacional para respaldar sua causa. De acordo com o mito, os tchecos teriam sofrido sob o poder dos austríacos e sua consciência como nação quase se perdeu em meio à subjugação. Após a formação do Estado-Nação, o mito se perpetuou através de uma Tchecoslováquia singular em contexto de autoritarismo e fascismo, se destacando pela racionalidade e democracia de sua governança. Sob a autoridade de líderes tchecos, o poder político do país era tolerante quanto à diversidade de nacionalidades, línguas e religiões advindas das diferentes regiões que formavam o território (ORZOFF, 2009).

Não somente a Primeira República se consolidou como exemplo de democracia no continente europeu devido a suas leis políticas, mas também por causa dos critérios em termos de direitos civis, com destaque para um sistema judiciário independente. A cultura era reflexo desta visão democrática e modernizadora, sendo que as tendências esquerdistas eram grandes contribuintes dos movimentos culturais da época. Não menos importante foram a reforma agrária, que distribuiu os latifúndios da aristocracia entre pequenos fundiários tchecos e eslovacos, e as leis trabalhistas, que permitiram a redução das tensões entre classes. Todos estes determinantes não excluía certos funcionamentos da política do governo e comportamentos do então presidente Masaryk que envolviam a democracia tchecoslovaca em contradições. Entretanto, estas incoerências não eram relevantes o suficiente ou não eram perceptíveis à população a ponto de minar a imagem da Primeira República (MCDERMOTT, 2015).

2.2 O Acordo de Munique e a Segunda Guerra Mundial

Próximo ao começo da Segunda Grande Guerra, no final de 1938 as ameaças de Adolf Hitler intensificaram em relação ao direito da Alemanha quanto aos Sudetos. Em uma tentativa de apaziguar as crescentes ambições do Terceiro Reich, as grandes potências acordaram entre si, sem a presença do que era o Estado em discussão, a entrega da região de interesse para os alemães, o que acarretou na perda de aproximadamente um terço do território e da população tchecoslovaca. Benes, então presidente da Tchecoslováquia, junto ao parlamento, compreendeu que a

aceitação seria a melhor escolha política frente a uma guerra que se iniciava, já que Inglaterra e França deixaram claro que não iriam prestar ajuda caso o Estado não aceitasse as condições e decidisse lutar (ORZOFF, 2009). Como Hobsbawn (2003) defende:

O acordo de Munique de 1938 demonstrou perfeitamente essa combinação de confiante agressão de um lado, medo e concessão do outro, o que explica por que durante gerações a própria palavra “Munique” se tornou sinônimo, no discurso político ocidental, de retirada covarde. A vergonha de Munique, sentida quase imediatamente mesmo por aqueles que assinaram o acordo, estava não apenas em entregar a Hitler um triunfo fácil, mas no palpável medo de guerra que o antecedeu, e na ainda mais palpável sensação de alívio por tê-la evitado a qualquer custo. (HOBSBAWN, 2003, p. 148).

A partir das determinações de setembro de 1938, os Sudetos alemães foram cedidos ao Terceiro Reich, enquanto que a Hungria e a Polônia se aproveitaram das negociações para reclamar o direito das regiões do sul da nação eslovaca, da Rutênia e da Silésia. O resultado, aceito pelo então presidente Benes, foi a perda de um quinto do território e um quarto da população da Tchecoslováquia, sem contar o enfraquecimento da soberania deste Estado perante o sistema europeu. Em parte, a concordância de Benes foi motivada pelas promessas em relação à preservação da independência do seu Estado, que estavam contidas no Acordo de Munique (MCDERMOTT, 2015).

A Segunda República, instalada em outubro do mesmo ano, passava a seguir as tendências de um governo autoritário, de um partido único e de eleições restritas, o que, aos olhos da população, era um retrocesso em relação ao período da presidência de Masaryk. O auge deste sistema de governo se deu com a tomada completa do país pelos alemães em Março de 1939. A partir deste momento, as promessas realizadas durante o Acordo de Munique perderam sua validade (MCDERMOTT, 2015). Heimann (2009) elucida a importância de se entender a tão pouco pesquisada Segunda República, breve período de governo entre o Acordo de Munique em setembro de 1938 e a transformação do Estado tchecoslovaco em protetorado alemão em março de 1939. Estes seis meses foram suficientes para transformar uma Tchecoslováquia consagrada durante vinte anos por sua democracia em um Estado autoritário, antes mesmo que suas atitudes pudessem ser decorrentes da influência e poder alemães.

De acordo com Hart (1970), a Alemanha nazista se aproveitou da conjuntura interna de instabilidade da Tchecoslováquia, promovendo e apoiando os movimentos separatistas, com o objetivo de produzir uma ruptura de dentro para fora. Dias antes da invasão completa, o líder eslovaco Padre Tiso declarou a independência desta nação em relação a Praga. Fatos como este propiciaram a tomada de poder pelo Terceiro Reich, pois representavam a falta de coesão social uma vez vista durante a Primeira República e que determinava que não haveria resistência suficiente ao exército nazista por parte da população tchecoslovaca.

Os acontecimentos e reflexos da Segunda Guerra Mundial também foram determinantes da conjuntura interna de instabilidade da Tchecoslováquia. Nas palavras de McDermott (2015, p.23, tradução da autora), “A Tchecoslováquia não foi a mais afetada, mas até mesmo aqui as perdas totais foram calculadas em mais de quatro bilhões de dólares”². Ainda, o autor (2015) afirma que aproximadamente 3,7% da população checoslovaca foi morta em decorrência da guerra, sendo este número quase quatro vezes a soma de perdas estimadas pela Grã Bretanha.

2.3 A Frente Nacional e a Via Pacífica

O Partido Comunista da Tchecoslováquia (KSČ), fundado em 1921, já possuía histórico de aceitação nas eleições do país durante a Primeira República. McDermott (2015) exemplifica esta popularidade do partido através dos dados das eleições de 1925, em que o KSČ atingiu quase um milhão de votos, tornando-se o segundo maior partido do momento. De acordo com Calvocoressi (2009, tradução da autora), “Antes da Segunda Guerra Mundial, o Partido Comunista da Tchecoslováquia não era, ao contrário de seus vizinhos, nem ilegal nem subterrâneo. Foi o segundo maior partido político no país”.³

A Tchecoslováquia deixou de ser um protetorado alemão, unificou-se novamente e recuperou sua independência em 1945. O mês de maio marca o começo da Terceira República, governada pela então liga provisória, que não havia sido eleita democraticamente, de seis partidos exclusivamente de esquerda, desta vez entre eles partidos eslovacos, denominada Frente Nacional. Ainda que a junção dos

2 “Czechoslovakia was not the worst affected, but even here total losses were calculated over four billion dollars”. (MCDERMOTT, 2015, p. 23).

3 “Before the Second World War, the Communist Party of Czechoslovakia was, unlike its neighbours, neither illegal nor underground. It was the second largest political party in the country”. (CALVOCORESSI, 2009)

seis partidos não tenha sido completamente artificial, na medida em que possuíam objetivos e interesses comuns entre si, ela abertamente excluiu dois dos partidos mais populares no pré-guerra, de orientação direitista e ligados à convivência com o domínio alemão, o Partido Agrário Tcheco e o Partido Popular Eslovaco. Dos vinte e cinco cargos para ministro eleitos inicialmente, mais de um terço pertencia aos políticos integrantes dos partidos comunistas (HEIMANN, 2009).

A grande aceitação do partido comunista refletiu-se no crescimento de filiados ao partido, que, segundo McDermott (2015), passou de 25 mil para 1 milhão em cerca de um ano. Além disso, o poder do KSČ foi relevante nas eleições livres de 1946, em que fizeram maioria comunista no parlamento, resultando na colocação do líder do KSČ, Klement Gottwald, como Primeiro Ministro da Tchecoslováquia. A liderança, entretanto, inseria-se em um contexto multipartidário, em que vários partidos precisavam estar de acordo com as decisões tomadas, o que limitava sua expressividade e prevenia o monopólio completo do partido comunista (MYANT, 2008).

Dessa forma, a partir da instalação da Frente Nacional, a imagem do KSČ foi gradativamente retomando sua popularidade. Os anos de guerra somados às consequências dos Acordo de Munique construíram um sentimento de aversão por parte da população tchecoslovaca às potências da Europa Ocidental, ao mesmo tempo em que abriram espaço para a retórica comunista, que se solidificou com a participação dos comunistas nacionais na resistência ao exército alemão e com a reputação do Exército Vermelho como libertador da dominação nazista (MCDERMOTT, 2015). Hobsbawn (2003) explica a tendência política:

Na verdade [...] em vários países a mobilização contra o fascismo iria produzir um patriotismo da esquerda, sobretudo durante a guerra, quando a resistência ao Eixo era feita por “frentes nacionais” ou governos que abrangiam todo o espectro político, excluindo apenas os fascistas e seus colaboradores. (HOBSBAWN, 2003, p. 138).

Neste contexto, um discurso sobre luta de classes não era suficiente para a consolidação deste partido e outros temas eram mais latentes na recém liberta Tchecoslováquia. Nos últimos sete anos, a população havia sofrido imensas perdas humanas e materiais com a guerra e a subjugação aos alemães. A perda de soberania e, conseqüentemente, de independência política e econômica no período da Segunda

República, gerou o sentimento de libertação nacional entre a população que fora oprimida. Além disso, a visão da democracia ocidental liberal já não era mais a mesma, uma vez que esta foi responsável por deixar penetrar o extremismo fascista e nazista. Fazia-se necessário, portanto, a remodelação e atualização da democracia, para as quais somente o KSČ se mostrou apto (MCDERMOTT, 2015).

A expropriação e o reassentamento forçado de quase três milhões de alemães que haviam ocupado a Tchecoslováquia representou a consequência imediata e mais violenta deste sentimento de libertação nacional. A iniciativa se dividiu em dois estágios, sendo o primeiro, de maio a agosto de 1945, mais desorientado e arbitrário e o segundo, de agosto em diante, ratificado pela Conferência de Potsdam. Como resultado mais visível destaca-se a maior homogeneização quanto às nações que compunham o Estado. No curto prazo, as terras expropriadas foram entregues à população. A administração dos Ministros do Interior e da Agricultura, que compunham a face comunista do governo, orientou e fez as correções necessárias quanto à distribuição destas terras, garantindo certa igualdade e prevenindo que oportunistas tirassem vantagem da situação (MCDERMOTT, 2015). Segundo McDermott:

[...] e é aqui que podemos detectar uma clara correlação entre as expulsões e a crescente popularidade comunista. Sabe-se que a porcentagem de votos emitidos para o KSČ nas fronteiras reassentadas nas eleições parlamentares de maio de 1946 foi substancialmente maior do que a média nacional. (MCDERMOTT, 2015, p.46, tradução da autora)⁴.

A distribuição destas terras representou em última instância a ascensão social e econômica que ainda não tinha sido possível para um número expressivo de camponeses e trabalhadores, o que logicamente converteu-se em popularidade para a frente comunista e votos para o KSČ. A expulsão dos alemães teve como último resultado a alteração da composição social e étnica da Tchecoslováquia, criando espaço para o experimento de um socialismo próprio e moderno (MCDERMOTT, 2015).

⁴ [...] and it is here that we can detect a clear correlation between the expulsions and growing communist popularity. It is well known that the percentage of votes cast for the KSČ in the resettled borderlands in the May 1946 parliamentary elections was substantially higher than the national average. (MCDERMOTT, 2015, p. 46).

A respeito do discurso de democracia comunista, em 1945 foi anunciado o prestigiado Programa Kosice da Frente Nacional. Este programa era a representação das políticas elaboradas pelo KSČ visando suprir as necessidades da sociedade pós-Segunda Guerra Mundial e, diferentemente do experimento de 1918, teve sucesso graças à estrutura organizacional do partido, que permitiu unidade e determinação para colocar as políticas em prática (MYANT, 2008).

Dentre as iniciativas deste programa, houve endosso dos eleitos Comitês Nacionais de âmbito local e distrital como fundação de um novo aparato estatal, o reconhecimento da igualdade entre tchecos e eslovacos e da existência de uma nação eslovaca independente e, por fim, o banimento dos colaboracionistas do governo protetorado do Terceiro Reich, que faziam parte das forças armadas e da administração pública. O programa representava as aspirações da esquerda de uma nova democracia que seria a via não-revolucionária e não-violenta para o comunismo. (MCDERMOTT, 2015). Nas palavras de McDermott:

Assim, nas condições tchecoslovacas de 1938-1948, a democracia foi parcialmente desencadeada de suas conotações parlamentares liberais do “antigo mundo” e passou a significar uma “democracia socializadora” ou “nova ordem”, que abrange a reforma social e de bem-estar, a justiça econômica, a intervenção estatal para a reconstrução nacional, um papel proeminente para os trabalhadores, e uma “cultura nacional” “desburguesada” e “desgermanizada”, ou o que os comunistas chamavam de “democracia popular”. (MCDERMOTT, 2015, p.41, tradução da autora)⁵.

2.4 As Relações com a União Soviética

O século XX foi marcado por três invasões à URSS cujo reflexo foi a presença do tema de segurança nacional na agenda internacional desta potência. Stalin especialmente acreditava que uma zona de influência era necessária para manter a URSS protegida de seus inimigos. Com o aumento de tensões da Guerra Fria em 1947, o posicionamento em relação aos países europeus em que mantinha certa influência tornou-se mais vigoroso (MCDERMOTT, 2015). A estratégia em relação à Tchecoslováquia era semelhante àquela praticada nos outros países vizinhos:

5 So, in the Czechoslovak conditions of 1938-48, democracy has been partially unchained from its ‘old world’ liberal parliamentary free market connotations and came to signify a ‘socialising democracy’, or ‘new order’, embracing social and welfare reform, economic justice, state intervention for national reconstruction, a prominent role for the working people, and a debourgeoisified and de-Germanised ‘national culture’, or what the communists called ‘people’s democracy’. (MCDERMOTT, 2015, p. 41).

Por um lado, a URSS estabeleceu relações diplomáticas cordiais com o governo de Benes no exílio em Londres, tendo oficialmente reconhecido-o em 1941, com o objetivo de influenciar os desenvolvimentos futuros no país. Por outro lado, Stalin e seus chefes ideológicos procuraram informar e dirigir as estratégias gerais dos líderes do KSČ domiciliados em Moscou, ao mesmo tempo em que os permitiram e inevitavelmente seus companheiros sitiados no Protetorado e na República Eslovaca, uma justa flexibilidade tática no terreno. (MCDERMOTT, 2015, p.30, tradução da autora)⁶.

Neste sentido, o Tratado de Mútua Assistência entre os dois países, firmado em maio de 1935 representava a tentativa de estabelecer as relações cordiais que colocariam a Tchecoslováquia dentro da zona de influência soviética. Não obstante, é imprescindível lembrar que esta relação não era unilateral e impositiva. Havia também interesse por parte da potência menor. Primeiramente, a clara demonstração de insatisfação a respeito das resoluções do Acordo de Munique quanto à questão tchecoslovaca, bem como a ajuda prestada pelo Exército Vermelho na expulsão dos alemães, foram responsáveis por gerar uma boa imagem da URSS. Ou seja, as relações entre os dois países eram bem quistas pela população tchecoslovaca (MCDERMOTT, 2015)

Ao mesmo tempo, como havia sido acordado no tratado de 1935, a potência maior prometia ajuda à potência menor. Este auxílio poderia vir de diversas formas – econômica, securitária ou política. Fazer parte da zona de influência soviética significava contar com o amparo da URSS em ocasiões que fossem necessárias. Conforme Ragsdale:

Em maio de 1935, os franceses e os soviéticos assinaram um tratado de aliança. Duas semanas depois, a Tchecoslováquia e a União Soviética assinaram um quase idêntico. O tratado franco-soviético estipulava sua assistência militar mútua no caso de qualquer poder ser atacado por outra potência europeia. O Pacto checoslovaco-soviético continha uma disposição adicional que estipulava o auxílio soviético à Tchecoslováquia apenas seguido aquele da França. (RAGSDALE, 2004, p.10, tradução da autora)⁷.

6 On the one hand, the USSR established cordial diplomatic relations with Benes's government-in-exile in London, having officially recognised it in 1941, with a view to influencing future developments in the country. On the other, Stalin and his ideological chiefs sought to inform and direct the overall strategies of the KSČ leaders domiciled in Moscow, while permitting them, and perforce their beleaguered comrades in the Protectorate and Slovak Republic, a fair degree of tactical flexibility on the ground. (MCDERMOTT, 2015, p. 30).

7 In May 1935, the French and the Soviets signed a treaty of alliance. Two weeks later, Czechoslovakia and the Soviet Union signed a nearly identical one. The Franco-Soviet Treaty stipulated their mutual military assistance in the event that either power were attacked by another European power. The Czechoslovak-Soviet Pact contained an additional provision stipulating Soviet aid to Czechoslovakia only following that of France. (RAGSDALE, 2004, p. 10).

Este estreitamento de relações veio acompanhado, todavia, de alguns percalços, se considerarmos que Eduard Benes, político alinhado com Ocidente, se encontrava restituído no poder. O então presidente da Tchecoslováquia era o principal símbolo, na Europa central, do desejo de conduzir um Estado de acordo com os valores ocidentais, porém com a URSS como aliada. Logicamente, esta era uma fórmula de difícil garantia, o que se tornou explícito na tentativa tchecoslovaca de fazer parte do Plano Marshall, de assistência financeira dos Estados Unidos para a reconstrução e reestabilização da Europa durante o período da Guerra Fria (CALVOCORESSI, 2009).

O Plano Marshall surgiu em um momento em que predominava a manutenção de boas relações entre as potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial, incluindo a URSS. Não obstante, já era possível observar os primeiros movimentos da Guerra Fria e a aproximação entre os governos tchecoslovaco e soviético, que compartilhavam o mesmo receio quanto a uma possível retomada de poder alemã, o que afastava qualquer aliança com os Estados Unidos. A aceitação da Doutrina Truman, anterior ao plano, já revelava uma divisão política na sociedade tchecoslovaca entre dois lados, um que apoiava a assistência prestada pelos Estados Unidos à Europa e outro que rejeitava, pois entendia que fazia parte da tentativa deste país em interferir nos assuntos políticos europeus e afastar a influência da URSS (MYANT, 2008).

A retomada de prosperidade na Europa Ocidental implicava no distanciamento do apelo do comunismo como alternativa de sistema econômico. Além do mais, a pretensão de incluir a Alemanha no novo bloco deixava clara a existência de objetivos políticos anti-soviéticos. Na visão de Stalin, o plano era uma tentativa de isolar a URSS do restante da Europa e, portanto, este deixou claro que a participação da Tchecoslováquia nas conferências sobre o plano rompia com os termos do Tratado de Assistência Mútua entre os dois países. Ao mesmo tempo, o líder garantiu recompensas pela preservação da aliança, tais como ajuda econômica e suprimento de grãos e equipamentos industriais (MCDERMOTT, 2015).

A determinação soviética em consolidar seu controle na Europa Oriental foi consequência lógica deste movimento dos Estados Unidos na Guerra Fria. Como resultado, há a formação do Cominform, comitê comunista que visava orientar e

subordinar os partidos comunistas dos outros Estados à influência soviética. As ações e os comportamentos do KSČ passam então a ser analisados mais rigorosamente, solidificando a tendência de autonomia limitada da frente comunista nacional e, congruentemente, da Tchecoslováquia em si (MCDERMOTT, 2015).

Apesar de haver certa restrição na autonomia política da Tchecoslováquia, este Estado, sob a liderança do KSČ, possuía sua própria via para o socialismo, pacífica e parlamentar, da qual não abdicou até 1948, mesmo que pressões externas conduzissem ao oposto. Conforme McDermott:

Esta ênfase cautelosa em uma transição específica, gradual e por implicação democrática para o socialismo mais sintonizada com a cultura política e os níveis de desenvolvimento socioeconômico tchecoslovacos e evitando formas abertas de repressão política atingiu acordes profundos entre a intelligentsia do partido e muitos membros do baixo escalão, mesmo talvez entre alguns trabalhadores e intelectuais não-comunistas. Também era suficientemente ambíguo para oferecer esperança aos elementos mais radicais no partido que achava difícil renunciar à herança do ativismo revolucionário e à devoção ao protótipo soviético (MCDERMOTT, 2015, p.39, tradução da autora)⁸.

3 Considerações Finais

O período entre 1938 e 1948 é apenas um recorte de uma história nacional marcada pela ingerência externa e pela dependência da Tchecoslováquia em relação a grandes potências. Após breves vinte anos de democracia, durante a chamada Primeira República de Masaryk, o país retomou o estado de subjugação a outra potência, tornando-se protetorado alemão.

O Acordo de Munique e os impactos da Segunda Guerra Mundial sobre este território formaram gradativamente uma consciência da população em geral em torno dos valores da democracia e do nacionalismo. A capacidade do KSČ de se utilizar destes valores como retórica para construir sua imagem, bem como a Frente Nacional Comunista, revelou que este era o único partido apto para fornecer uma alternativa viável à política interna da Tchecoslováquia.

⁸ This cautious emphasis on a specific, gradual and by implication democratic transition to socialism more attuned to indigenous Czechoslovak political culture and levels of socio-economic development and eschewing overt forms of political repression struck deep chords among the party intelligentsia and many rank-and-file members, even perhaps among some non-communist workers and intellectuals. It was also sufficiently ambiguous to offer hope to the more radical elements in the party who found it difficult to renounce the Comintern heritage of revolutionary activism and devotion to the Soviet prototype. (MCDERMOTT, 2015, p. 39).

Subsequentemente, a libertação do domínio alemão somente foi possível a partir da ação da União Soviética e sua política externa de Guerra Fria. A ajuda militar do Exército Vermelho foi o primeiro passo para a construção de uma aliança política, securitária e econômica, que trouxe benefícios para ambos lados mas que também implicou na limitação da autonomia da Frente Nacional Comunista e do KSČ no contexto de formulação de uma via própria e pacífica para o comunismo.

Finalmente, considerou-se o jogo das forças internas como importante fator da consolidação política do KSČ, e, portanto, desta análise. Deve-se destacar a influência dos anseios e da consciência da população para as decisões da Frente Nacional assim como para a construção da imagem do KSČ, pois a análise considera que esta foi decisiva para os rumos que foram tomados, tendo como ápice o ano de 1948, com a implementação do regime comunista na Tchecoslováquia.

The External Determinants of Political Consolidation of the Communist Party of Czechoslovakia Between 1938 and 1948

ABSTRACT: This article aims to analyze the external determinants that have impacted on the consolidation of the Czechoslovak Communist Party (KSČ) policy between 1938 and 1948 and its connection with internal determinants. The author proposes to answer the following question throughout the article: “What were the external factors that impacted on the political consolidation of KSČ in Czechoslovakia between 1938 and 1948?”. In order to answer this question, three hypotheses were assumed; the three hypotheses were corroborated in the four subsections of the paper.

KEYWORDS: Communist Party of Czechoslovakia. First Republic. Munich Agreement. National Front. Limited Autonomy.

Referências

CALVOCORESSI, P.. *World Politics Since 1945*. London: Pearson Education, 2009.

HART, B. H. L. *History of the Second World War*. Londres: Cassell & Company, 1970.

HEIMANN, M. *Czechoslovakia: the state that failed*. New Haven: Yale University Press, 2009.

HOBSBAWN, E. J. *Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

MCDERMOTT, K. *Communist Czechoslovakia, 1945-89: a political and social history*. London: Palgrave Macmillan, 2015.

MYANT, M. *Socialism and democracy in Czechoslovakia, 1945-1948*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

ORZOFF, A. *Battle for the Castle. The Myth of Czechoslovakia in Europe, 1914-1948*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

RAGSDALE, H. *The soviets, the Munich Crisis, and the coming of World War II*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

A Divisão Internacional do Trabalho no Campo Socialista: Mito, Realidade e o Papel do COMECON

*Eduardo Tomankievicz Secchi
Rodrigo Fuhr¹*

RESUMO: Este artigo trata sobre como se deu a Divisão Internacional do Trabalho (DIT) dentro do Bloco Socialista e dentro da própria União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Muito se questiona sobre qual fora o papel da URSS no planejamento da economia do Campo Socialista e qual era a autonomia garantida aos outros Estados no seu desenvolvimento econômico. Organizada de forma diferente da Divisão Capitalista, a DIT Socialista era mais horizontalizada e garantia um determinado grau de liberdade para os Estados menores. O COMECON exercera um significativo papel na estruturação dessa Divisão, principalmente devido à necessidade de consenso em suas decisões, o que fornecia uma maior autonomia aos Estados do Bloco.

PALAVRAS-CHAVE: Divisão do Trabalho; COMECON; União Soviética; Integração Econômica.

¹ Graduandos do sexto semestre do curso de Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Email: eduardotsecchi@hotmail.com; rodrigofuhr@gmail.com.

1 Introdução

A estruturação do Bloco Socialista é tradicionalmente tida como um processo unilateral, tendo a União Soviética imposto um modelo de sociedade aos países que, no decorrer da Segunda Guerra Mundial, foram ocupados durante a ofensiva contra o Eixo. Tais modelos sociais seriam uma cópia da sociedade soviética e estariam sob comando de Moscou, reproduzindo seus vícios, discursos e sua divisão social.

No presente trabalho busca-se analisar o modelo de estruturação produtiva do Bloco Socialista, focando primeiramente no modelo econômico interno da União Soviética e posteriormente no papel que o Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON) teve no desenvolvimento de tal estruturação. Será analisada a interação entre os países do Bloco Socialista dentro do COMECON e nos acordos bilaterais sobre investimentos e ajuda econômica, visando entender como se deu o processo de integração econômica promovido dentro do Bloco. Procura-se também estruturar uma avaliação sobre o processo de Divisão Internacional do Trabalho (DIT) dentre os países examinados, tanto intra quanto extra Bloco.

A hipótese do presente artigo é de que houve uma Divisão Internacional do Trabalho dentro do Bloco Socialista qualitativamente diferente da DIT no mundo capitalista. Enquanto a segunda era caracterizada por uma distinta segmentação entre um grupo de países ricos e industrializados (o denominado centro capitalista) e sua periferia (composta por países dependentes do setor agrícola-extrativista), a economia socialista era caracterizada por uma divisão horizontalizada das atividades produtivas, com espaços para a industrialização e o desenvolvimento de todos os países componentes do Bloco. Como metodologia, foi utilizada uma ampla revisão bibliográfica relativa à URSS, ao Bloco Socialista durante a Guerra Fria e ao COMECON, além de uma análise empírica de dados sobre as economias dos Estados da região.

O artigo divide-se em quatro partes além desta introdução. Inicia-se com uma rápida apresentação da estruturação da economia soviética (2), focando na atuação do Comitê Central de Planejamento (o GOSPLAN) e do Comitê de Distribuição de Recursos (GOSSNAB). Em seguida será tratado da Divisão

Internacional do Trabalho dentro do Bloco Socialista (3), construída primeiramente na conceituação de DIT, seguido por uma análise da construção do Bloco Socialista e na função do COMECON nesse processo. Para exemplificar as análises teóricas, serão feitos dois estudos de caso que apresentaram dinâmicas parecidas em certos pontos e distintas em outros: o caso da Romênia (3.3) e o caso da Polônia (3.4). O texto será finalizado com uma conclusão contendo um apanhado da discussão e uma verificação da hipótese apresentada previamente (4).

2 A Divisão do Trabalho na Economia Soviética

Diferentemente de uma economia capitalista, em que as medidas estatais perpassam por um longo caminho até tomarem forma através da atuação de empresas privadas, no caso soviético os aspectos micro e macroeconômicos estão intimamente relacionados devido ao controle estatal das maiores empresas (NOVE, 1992). Portanto, enquanto a Divisão Nacional do Trabalho dentro de um país capitalista tende a se organizar através de uma lógica de livre mercado, baseado principalmente em vantagens comparativas e nas decisões individuais dos capitalistas, na economia soviética a Divisão tende a depender do planejamento central e das diretrizes macroeconômicas determinadas pelo governo (KOZLOV; LIFSHITS; KHAKIMOV, 1974).

O planejamento central tomou forma na URSS ainda nos anos de 1930, mantendo-se praticamente estável até o prenúncio da *Perestroika* nos anos 1980. Enquanto que a área agrícola mantinha algum grau de propriedade e produção privada, toda a produção advinda das indústrias pesadas foi estatizada no início dos anos 30. Para isso, o órgão denominado Comitê de Planejamento Estatal do Conselho de Ministros da União Soviética ou GOSPLAN detinha um forte protagonismo: seguindo as diretrizes do Partido, cabia ao GOSPLAN determinar planos de curto, médio e longo prazo que eram seguidos pelas empresas estatais (CARR, 1952). Contudo, as decisões não partiam do órgão e sim do próprio Partido; assim, os planos tomados tinham um caráter muito mais político² do

² Julgamos que uma extensão na explicação do funcionamento de tomada de decisões econômicas dentro do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) não seria de caráter substancial para a explicação da Divisão do Trabalho dentro da URSS. Contudo, caso o leitor deseje se aprofundar na questão, recomenda-se Alec Nove (1992) e Angelo Segrillo (2000).

que produtivo, fugindo à lógica de produção capitalista. Stálin, ainda no início dos anos 1930, também coibiu a participação de lideranças partidárias no manejo e gerenciamento de empresas, gerando certo distanciamento entre as diretrizes políticas tomadas pelo partido e a realidade produtiva das empresas, corroborando ainda mais para que a Divisão do Trabalho dentro da URSS não seguisse uma lógica capitalista (SEGRILLO, 2000).

Essas medidas garantiram um amplo desenvolvimento tecnológico e industrial da União Soviética entre os anos 1930 e 1950. Focando os recursos e os interesses em áreas prioritárias para o desenvolvimento soviético, o PCUS pôde fugir da estagnação do crescimento da produção industrial³ comum nos países capitalistas (atingido quando a maximização dos ganhos do produtor impede que ele continue aumentando sua produção) e construir uma base industrial forte e localizada, conseguindo com isso subsídio para se fortalecer e fazer frente aos Estados Unidos no Sistema Internacional (CARR, 1953).

Outro órgão estatal também detinha um importante papel no planejamento interno da União Soviética. Enquanto que o GOSPLAN redigia e gerenciava os planos de curto, médio e longo prazo, cabia ao Comitê Estatal de Suprimento Material e Técnico da União Soviética, ou GOSSNAB, criar e gerenciar os planos de distribuições de recursos e suprimentos dentre os países e federações. Esses dois departamentos, então, atuavam seguindo as diretrizes do Partido, mas com algum grau de autonomia; a partir de suas decisões, determinava-se qual empresa receberia uma maior quantidade de recursos, qual república soviética seguiria um plano de maior produção em curto prazo e qual outro receberia um plano de desenvolvimento e produção em longo prazo (NOVE, 1992; SEGRILLO, 2000). Segundo Ioffe e Maggs (1987), por mais que a atuação do GOSPLAN e do GOSSNAB fosse dividida dessa forma, na prática suas ações se davam de forma concomitante e muitas vezes suas funções eram misturadas, com o GOSSNAB criando planos de curto e médio prazo para gerenciamento de recursos e com o GOSPLAN determinando certos parâmetros distributivos. Os dois órgãos seguiam, dentre diversas

³ Essas medidas ocasionavam alguns efeitos colaterais. Segundo Segrillo (2000), o foco em produção bruta no setor industrial ocasionava um desperdício de insumos e no uso de tecnologia ultrapassada em certos casos que, para adaptação, exigiria um período de queda na produção. Enquanto que até os anos 1950 esses problemas eram contornados pela necessidade rápida de industrialização, nos anos 1960 o acumulado desses efeitos ocasionou sérios problemas para a economia soviética.

diretrizes, a priorização da área de bens de produção à área de bens de consumo; a lógica básica para tais medidas se encontravam ainda em Marx, que afirmava que para obter um crescimento contínuo em uma economia planejada não poderia haver um estrangulamento entre diferentes departamentos – que seria obtido caso o setor de bens de consumo utilizasse mais recursos do que aqueles produzidos pelo próprio setor (SEGRILLO, 2000). Assim, uma maior quantidade de recursos era alocada para regiões e repúblicas com maior índice de desenvolvimento de indústrias pesadas, minando o desenvolvimento de indústrias leves e de bens de consumo (IOFFE; MAGGS, 1987).

Essas políticas de planejamento gerenciadas pela GOSPLAN e pela GOSSNAB ocasionavam o que Segrillo (2000) trata como “departamentalismo”. Para evitar a dependência entre setores e departamentos, e para combater os problemas de abastecimento interno, os ministérios e departamentos tendiam a se tornar o mais autossuficientes possível. Para tal, desintegravam-se da economia nacional e setorializavam-se dentro o seu próprio ministério, controlando todas as esferas de produção (da obtenção de insumos à distribuição). Isso acarretava altos custos à economia soviética, principalmente pela distribuição por longas distâncias de recursos de um mesmo setor, ao invés da distribuição a locais mais próximos, mas de setores diferentes. O departamentalismo também gerava problemas ao governo central pela dificuldade de gerenciamento do planejamento estatal soviético, visto as dificuldades de dinamizar localmente a produção intersetorial e a tendência a internalizar a produção nos departamentos e diminuir a influência da GOSPLAN (IOFFE; MAGGS, 1987; MORTIMER, 1991; NOVE, 1992; SEGRILLO, 2000). Somando-se a essa tendência, o aumento de custos pela autossuficiência dos departamentos e a falta de comunicação entre os ministérios dificultava o desenvolvimento de tecnologias avançadas que interligariam diferentes setores de produção “devido à ‘má vontade inercial’ com que frequentemente os ministérios aceitavam colaborar entre si”. (SEGRILLO, 2000, p. 77). Assim, a tendência ao “departamentalismo” estava intrinsecamente ligada à Divisão Nacional do Trabalho dentro da URSS.

Por fim, é válido citar o papel central da Rússia na Divisão interna soviética. Apesar da distribuição dos ministérios por todo o território da URSS, é possível

observar que algumas regiões se especializavam em determinados setores de produção. Esses eixos estratégicos eram determinados pelo PCUS e administrados pelos órgãos supracitados, estando tanto o GOSPLAN quanto o GOSSNAB sediados em Moscou. Enquanto a Ásia Central focava especialmente no fornecimento de matéria prima, os países bálticos se concentravam na produção de bens de consumo e países como Ucrânia e Bielorrússia focavam na indústria pesada, coube à Rússia o papel de centralizar a produção e processar os diferentes bens produzidos (IOFFE; MAGGS, 1987; MORTIMER, 1991; NOVE, 1992).

3 A Divisão Internacional do Trabalho no Bloco Socialista

Antes de se prosseguir com a análise, julgamos necessário conceituar o que será entendido, nesse artigo, como Divisão Internacional do Trabalho. Ainda nessa seção serão apresentados tanto o papel do COMECON na formulação da DIT socialista quanto a relação de dois países do Bloco com a Divisão, sendo o caso romeno o primeiro a ser apresentado, seguido pelo caso polonês.

3.1 O Conceito de Divisão Internacional do Trabalho

A denominação de Divisão do Trabalho recebeu na tradução para o Português uma carga de ambiguidade. Por um lado é tida como a divisão produtiva entre setores econômicos distintos, como por exemplo o setor industrial e o agrícola (OIT, 2017), mas também pode se referir ao processo de divisão de tarefas dentro do processo de integração econômica transnacional, como a construção de modelos específicos de automóveis e maquinário (COMECON, 1962; KOZLOV; LIFSHITS; KHAKIMOV, 1974).

O uso do termo Divisão Internacional do Trabalho foi evitado pelos países socialistas pelo caráter pejorativo que carregava quando aplicado ao mundo capitalista, onde uma minoria do centro do sistema explorava uma imensa periferia, estruturando uma divisão injusta de produção (ibidem). O termo cunhado e utilizado no campo socialista seria o de Divisão Socialista Internacional do Trabalho⁴, na qual todos os países alcançariam o desenvolvimento em um processo de integração

⁴ Em inglês: “The International Socialist Division of Labor” (COMECON, 1962, p.1).

econômica que “respeita as leis objetivas da economia e o desenvolvimento político do Bloco”. (COMECON, 1962, p.1).

Será utilizado para a análise feita a seguir o termo Divisão Internacional do Trabalho como apresentado pelos documentos da COMECON aqui expostos, na qual a DIT é vista como um processo natural de integração produtiva e desenvolvimento conjunto, sem delimitações setoriais – sendo essa uma das principais críticas feitas ao modelo do mundo capitalista. Em especial, será dado foco aos principais setores econômicos dos países socialistas sob a perspectiva de que a indústria pesada é o sustentáculo de uma economia moderna e de uma sociedade desenvolvida, sendo também representativo do nível de desenvolvimento econômico.

3.2 A Construção do Bloco Socialista

A ocupação soviética dos territórios que compõem a Europa Oriental é tida como o início da imposição do socialismo sobre as populações que habitavam a região. Excetuando-se o caso Iugoslavo, os demais países alegadamente não possuíam movimentos socialistas e fizeram pouco para erigir uma sociedade socialista, esta criada a partir de fora pelo Exército Vermelho (CURTIS, 1996).

A análise mencionada é permeada de preconceitos advindos do conflito ideológico da Guerra Fria e se faz presente até os dias atuais. O problema desta análise encontra-se na penumbra formada pelo argumento de que uma potência totalitária controla todos os seus satélites, não havendo espaço para a articulação política sem que a União Soviética se fizesse presente. O COMECON é tido como instrumento soviético de imposição de um modelo econômico, fato bastante controverso. Documentos do Comitê Central do Partido Comunista Romeno demonstram negociações prévias ao encontro de fundação do COMECON⁵ nas quais o secretário-geral do Partido Comunista Romeno, Gheorghe Gheorghiu-Dej, propõe ao Kremlin⁶ um curto rascunho que viria a ser proposto no encontro de fundação da entidade internacional (DRAGOMIR, 2014).

A Romênia é um dos principais exemplos de autonomia dentro do Bloco Socialista e foi, junto com a Tchecoslováquia, decisiva na construção e evolução

⁵ Tida como sendo em 25 de janeiro de 1949 quando da publicação da notícia no jornal Pravda de Moscou (DRAGOMIR, 2015).

⁶ Em viagem realizada em janeiro de 1949 (DRAGOMIR, 2015).

do COMECON com o passar do tempo, contrariando a União Soviética diversas vezes. Como mencionado por Bruno Jubran: “Com a abertura de informações de arquivos anteriormente não conhecidos, é possível reconhecer com uma boa dose de segurança que os pioneiros da ideia de criação do COMECON não foram os dirigentes soviéticos, mas a Romênia e a Tchecoslováquia”. (SHIKOMOV, 2013, apud JUBRAN, 2015, p.5). Ainda mais:

Ainda que em alguns momentos se buscou a formalização de instâncias de caráter supranacional, sobretudo por parte da própria União Soviética, a resistência de alguns países, sobretudo a Romênia, preveniu que o COMECON seguisse a trajetória da própria CEE [COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPEIA], a qual, desde seus momentos iniciais, previu instituições com poder de decisão vinculante sobre os Estados. (JUBRAN, 2015, p.9)

3.2.1 O Papel do COMECON

O papel inicial do COMECON foi coordenar os esforços de cooperação econômica entre a União Soviética e os países da Europa Oriental, visando a construção de economias industrializadas, autossuficientes e modernas. Não se pode confundir a cooperação técnico-material oferecida pela União Soviética com uma tentativa de imposição de controle do país sobre os demais. Diversas foram as interações entre o Bloco e a URSS, indo de uma visão mais cooperativa, e por vezes submissa, até posições antagônicas como já ressaltado no presente trabalho (COMECON, 1962; VOROB'EV, 1975).

A institucionalização do COMECON teve grande impacto no *modus operandi* da instituição no passar das décadas. O órgão foi criado, por um lado, como ferramenta de auxílio pela qual técnicos soviéticos poderiam oferecer ajuda, tanto técnica quanto material, na construção de economias socialistas dos países da Europa Oriental (COMECON, 1962; JUBRAN, 2015) e, por outro, como mecanismo pela qual a URSS poderia cobrar reparações de guerra dos países que lutaram ao lado do Eixo, iniciativa logo abandonada em prol da cooperação econômica e industrialização dos países do Bloco (JUBRAN, 2015; DRAGOMIR, 2014).

Os pilares basilares defendidos dentro do COMECON, em especial pelos países mais autonomistas, foram o de cooperação dos países com mais recursos para com os menores países, além do compartilhamento de tecnologia, a integração

e a especialização produtiva dentro dos setores econômicos e, principalmente, o respeito à soberania (KOZLOV; LIFSHITS; KHAKIMOV, 1974; VOROB'EV, 1975). Tendo a Romênia e a Tchecoslováquia como principais defensores, a autonomia decisória dos Estados participantes foi de vital importância dentro do órgão quanto à especialização produtiva. O princípio era de que investimentos, formulação de planos quinquenais, acordos bilaterais e acordos multilaterais deveriam ser aprovados por todas as partes envolvidas, não permitindo a criação de medidas vinculantes. Essa tese ia contra a tentativa soviética, em especial após a fundação da Comunidade Econômica Europeia (CEE), em 1957, de reestruturação do COMECON, com os Estados-parte perdendo autonomia decisória em prol da integração econômico-produtiva supranacional (JUBRAN, 2015).

A organização passou por diversas fases ao longo de sua história e as divisões temporais das mesmas não são unânimes. Para a análise utilizaremos a divisão feita por Bruno Jurman, na qual o autor se refere a uma primeira fase indo da fundação do COMECON em 1949 até a morte de Stalin, período marcado por uma baixa institucionalização, sem estatuto formal, na qual a organização serviu como instituto formal de cooperação⁷, formalização do comércio entre os países socialistas e meio de uniformização de procedimentos e formulação de planos quinquenais (JURBAN, 2015). Não explicitado pelo autor, o período foi marcado pela fragilidade econômica da União Soviética advinda da guerra e a necessidade de sua reconstrução (VISENTINI, 2017), garantindo pouca dinamicidade para robustecer a organização internacional.

O segundo período compreende a transição do governo Stalin para o governo Krushev, entre 1956-1962, na qual a União Soviética já se consolida internamente e passa a reagir aos programas ocidentais, como representado pela criação da CEE em 1957. Formaliza-se o estatuto do COMECON em 1959 e criam-se comissões específicas para cada setor econômico visando uma maior cooperação internacional no seu desenvolvimento. Também são lançados os “Princípios Básicos da Divisão Internacional do Trabalho”, documento que sintetiza os objetivos da cooperação econômica socialista:

7 Cabe ressaltar que as deliberações obtidas nas sessões do Conselho Executivo do COMECON, órgão mais alto na hierarquia da instituição, deveriam passar por consenso das partes mencionadas para possuírem validade, não havendo a possibilidade de um Estado tomar uma medida unilateral.

A comunidade dos países socialistas está realizando seus objetivos por meio da cooperação compreensiva nos âmbitos político, econômico e cultural. Para este fim, todos os Estados socialistas são firmemente guiados pelos princípios da total igualdade, respeito mútuo pela independência e pela soberania, assistência mútua fraternal, e benefícios recíprocos. No campo socialista, nenhum país tem, ou pode ter, qualquer direito ou privilégio especial. (COMECON, 1962).

Como demonstrado no trecho acima, havia igualdade formal no tratamento das questões dentro do COMECON, gerando uma incapacidade de vinculação de decisões sobre Estados-parte que não aceitassem voluntariamente aos acordos (COMECON, 1962). Isso não significa que não houvesse uma estrutura de poder assimétrica dentro da instituição, tendo Moscou exercido papel central no órgão tanto pela preponderância política do país no Sistema Internacional quanto pela sua preponderância econômica dentre os Estados socialistas. Tal assimetria, no entanto, tinha na equidade formal um freio pelo qual países podiam manobrar e, em alguns casos, barrar a aprovação de iniciativas soviéticas (MORTIMER, 1991).

Se no período Krushev ocorre uma transição de um modelo formalista e pouco prático para um modelo mais dinâmico e material, é a partir de 1962 que a organização irá se institucionalizar e se consolidar no mundo socialista e no Sistema Internacional como um todo. Foi criado o Banco Internacional para Cooperação Econômica (BICE), e organizações setoriais intergovernamentais, caso da Intermetall, focada na cooperação e integração produtiva no setor de siderurgia (JURBAN, 2015). O último período vai de 1985-1991 e é marcado pela desestruturação do COMECON conforme o governo Gorbachev se retraiu internacionalmente e também pelo colapso do Bloco Socialista, levando ao fim da instituição em 1991.

Como apresentado, observa-se que havia, apesar das fases, uma genuína experiência de cooperação e integração (mesmo que esta palavra não tenha sido utilizada até a terceira fase histórica da organização) entre os países socialistas. Na próxima seção, buscaremos analisar alguns aspectos que apresentam os padrões de interação entre os países do Bloco, buscando demonstrar como o COMECON impactou a estruturação econômica dentro do Bloco Socialista a partir do caso da Romênia e da Polônia.

3.3 O Caso Romeno

Utilizamos o caso romeno devido ao papel destacado que o país teve dentro do Bloco Socialista. Ao mesmo tempo em que o país adotou certas estruturas sociais semelhantes à URSS, especialmente dentro do partido e nos mecanismos de repressão, também adotou uma política combativa, e por vezes solitária, ao hegemonismo soviético dentro do COMECON e na estruturação dos laços econômicos socialistas (MURESAN, 2008).

Durante as primeiras duas décadas de existência do COMECON, o país obteve o mais rápido crescimento industrial dentre os países da Europa Oriental, focando nos setores de siderurgia, produção de maquinário e no setor químico. Nota-se que, justamente no período em que o COMECON atuou de maneira mais tímida e no qual a União Soviética lutava para superar os desafios deixados pela guerra, a Romênia obteve grandes êxitos na modernização da sua economia e da sua sociedade, ainda que com discrepâncias na produção de bens de consumo (CROWTHER, 1988).

O levante húngaro de 1956 por melhorias nas condições de vida atraiu a atenção dos dirigentes romenos que reduziram os investimentos na indústria pesada em prol de uma política de aumento salarial, elevando os salários gerais em 15%, e melhoria da qualidade de vida da população. A consolidação da ordem quando da intervenção soviética fez o governo romeno voltar à estratégia de industrialização acelerada aos moldes stalinistas. Alguns autores citam que entre o período de 1950 e 1965 a produção industrial aumentou em mais de 600%, números impressionantes mesmo entre os países socialistas. Técnicos soviéticos e a cooperação do COMECON auxiliaram na instalação de parte do parque industrial romeno, mas as iniciativas soviéticas propunham a manutenção de certa hierarquização industrial dentro do Bloco, tendo a Alemanha Oriental e a Tchecoslováquia, zonas já industrializadas ou com histórico industrial, privilégio frente a zonas menos desenvolvidas, caso da Romênia (CROWTHER, 1988; DRAGOMIR, 2012).

O interesse romeno na criação do COMECON advém justamente dessa posição de subdesenvolvimento. O país necessitava de maquinário e insumos processados para garantir seu processo de industrialização, necessitando exportar bens agrícolas e materiais não processados, com ênfase no petróleo, para sustentar

o crescimento. Precedente a criação do COMECON, o comércio exterior romeno era qualitativamente parecido com o dos países da periferia capitalista em relação ao centro, vendendo produtos de baixo valor agregado para importar itens de muito valor agregado. A criação da instituição permite a estruturação de linhas de comércio mais igualitárias entre os países membros, com menor discrepância entre o valor dos produtos, além de permitir abertura de linhas de crédito para a realização do comércio, gerando assim o interesse e o protagonismo romeno na sua criação (DRAGOMIR, 2012).

A criação do COMECON, no entanto, não solucionou os problemas referentes à obtenção de tecnologia e maquinário para a indústria romena. Como explicita Dragomir (2012), os “líderes romenos também lamentam que a URSS, Tchecoslováquia, Polônia e Hungria não possam satisfazer as demandas romenas por maquinário em sua totalidade devido ‘aos seus próprios planos. Então devemos buscar [esses bens] no Oeste”’. (DRAGOMIR, 2012, p.46-47, tradução nossa).

Gheorghiu-Dej ressaltou que havia pouca cooperação entre os países da Europa do Leste entre si, devido, por um lado, ao Ocidente que, tentando provocar a defecção dos países socialistas, importava os bens industrializados da Alemanha e da Tchecoslováquia e, por outro lado, à União Soviética, que mantinha pressão para a manutenção do *status quo* intra-Bloco, inviabilizando os acordos bilaterais entre os países socialistas. A multilateralização do debate limitaria o comércio dos países do COMECON com o mundo externo, dando preferência para a cooperação com parceiros socialistas, e também diluía o poder que a União Soviética exercia sobre os países individualmente (CROWTHER, 1988; DRAGOMIR, 2012; MURESAN, 2008).

A cooperação dentro do COMECON, contudo, nunca deixou de ter caráter pragmático, na medida em que o país não assinava acordos e diretrizes, diversas vezes unilateralmente e sem suporte, não sendo, portanto, vinculado a tais decisões. O foco na indústria pesada, em especial na siderurgia e na indústria química, permaneceu constante pela maior parte do período de funcionamento do COMECON (MURESAN, 2008).

O papel diferenciado da Romênia dentro da lógica do sistema socialista recorrentemente ganha destaque pela literatura. O país possui um governo com

autonomia de ação e com linhas políticas que destoavam dos demais, tendo tido resultados diferenciados em diversos setores. Por possuir reservas de petróleo importantes, o país firmou acordos com a URSS e demais países na área petroquímica, colaborou com diversos empreendimentos conjuntos de fornecimento de materiais químicos para fertilizantes e na construção de maquinário; entretanto, foi no setor siderúrgico, estratégico na visão da governança romena, que a autonomia se exerceu de maneira mais completa (PETRESCU, 2005; CROWTHER, 1988).

A “maior parte dos grandes empreendimentos metalúrgicos dos países do COMECON foram planejados pela URSS, construídos com ajuda de especialistas soviéticos, e em um grau considerável por equipamento soviético”. (KOZLOV; LIFSHITS; KHAKIMOV, 1974, p.43). Essa visão de autores de dentro do regime soviético é contrastada por estudos posteriores que demonstram que o parque industrial de Galati, distrito romeno, conhecido como Galati Works, não só contou com pouco apoio soviético, mas também sofreu resistência na sua implementação, não tendo recebido equipamento soviético (CROWTHER, 1988).

A construção do grande complexo industrial foi levada a cabo com apoio chinês, tanto político como material, e importações vindas do Ocidente. Mas foi a partir do esforço nacional que o projeto ganhou maior força, com o uso de propaganda e da visão de que era um projeto de autonomia e determinismo da nação, obtendo status de meta nacional e envolvendo grandes setores da população na sua execução. No mesmo período, ambos os governos, da Romênia e da União Soviética, entraram em confronto nas instâncias de órgãos socialistas tendo as teses sobre a integração e a cooperação socialistas como cerne do debate. O papel da URSS nas importações Romanas caiu de 57,7% em 1958 para 37,7% em 1964, ao passo que as importações do Ocidente subiram de 21.5% para 39.9% no mesmo período (CROWTHER, 1988).

3.4 O Caso Polonês

A Polônia do período pré-guerra era um país relativamente aberto ao Ocidente e com grandes volumes de comércio com o mesmo, tendo um perfil pouco inclinado tanto ao Eixo quanto à União Soviética. O progresso bélico, a ocupação soviética e a reconstrução nacional geraram rupturas de padrões prévios

de política externa e de modelos de sociedade. O país, no entanto, manteve certas características próprias dentro do Bloco, como uma economia fortemente descentralizada e um modelo político menos alinhado ao modelo stalinista (FISCHER; GELB, 1991).

A Polônia, assim como a Romênia e os demais países socialistas, passou a maior parte do século XX sob análise do Ocidente, que identificava no país um espelho soviético, com a maior parte das decisões políticas sendo tomadas em Moscou, não em Varsóvia. Essa análise é identificada em relatórios e estudos de caso elaborados pelo governo norte-americano na época, que demonstram que:

Nos anos pós-guerra, todos os Estados da Europa Oriental, incluindo a Polônia, adotaram fundamentalmente uma estratégia de desenvolvimento “voltada para dentro”, seguindo o modelo soviético de industrialização acelerada e coletivização da agricultura. Os planejadores pretendiam impor altas taxas de crescimento e atingir um alto grau de autossuficiência. Tendências autárquicas fortes foram modificadas somente pela mudança de requerimento para importação [de produtos] da União Soviética e por acordos de especialização internamente à COMECON; esses acordos eram limitados, contudo, pela insulação dos acordos aos fatores de lucratividade real e à [os princípios de] vantagem comparada. (USA, 2018, p. 1, tradução nossa).

O fim da Guerra Fria pareceu engendrar novas teses de pesquisa, muitas delas revendo teorias tidas como óbvias durante o período anterior. Como já demonstrado no caso Romeno, o alinhamento às posições soviéticas não era automático e havia espaço para a articulação entre os países do Bloco Socialista sem passar necessariamente pelo centro do Bloco. O período da Polônia socialista é um período de reafirmação como nação e de demonstração de autonomia, ainda que por muitas vezes limitada (VALENTA, 1982).

O território polonês foi, por séculos, meio de contato entre russos e alemães, ainda que esta seja apenas uma parte do contexto geoestratégico do país no pós-Segunda Guerra Mundial. Grande parte da infraestrutura que conecta a União Soviética ao centro da Europa, isto é, à Alemanha, passa por território polonês. Ferrovias, oleodutos e gasodutos foram construídos no país para levar os recursos energéticos da União Soviética ao centro europeu. Mesmo não possuindo reservas importantes de gás e petróleo, o país possuía capacidade de refino além

das necessidades nacionais, sendo um dos principais centros de refino do petróleo vindo do Oriente Médio em direção à Europa Oriental (PARK, 1977).

A economia polonesa era dependente do comércio externo de maneira pouco similar à soviética. Enquanto que para esta o comércio externo representava pouco mais de 7% do Produto Nacional, para aquela era cerca de 25%⁸, ambos valores em 1962. A necessidade de importação de recursos energéticos, em especial o petróleo, permitia um grande poder de barganha soviético no país (WILCZYNSKI, 2008).

A criação do COMECON aumentou a importância do setor externo no Produto Nacional polonês, tanto quantitativamente, pelo aumento do comércio e investimentos recíprocos, quanto qualitativamente pelo desenvolvimento da indústria especializada no país. A maior parte da indústria foi desmantelada ou destruída pelo Eixo quando da retirada contra o Exército Vermelho e a maior parte teve de ser reconstruída do zero, contando com suporte soviético. A estrutura de comércio de longo prazo e estável criada pelo COMECON permitiu que os países do Bloco se especializassem com baixos riscos. A polônia tornou-se grande fornecedora de motores, navios e veículos, tanto automóveis quanto vagões e locomotivas (KOZLOV; LIFSHITS; KHAKIMOV, 1974).

A estrutura de comércio criada entre a Polônia e a URSS foi caracterizada por um padrão de exportação de bens manufaturados para a URSS em troca de produtos primários. Os principais bens importados durante a maior parte do período de existência do COMECON foram derivados do petróleo e gás, fósforo, enxofre e outros produtos para fertilização, ferro não processado e outros bens primários. Já a pauta exportadora tinha grande presença dos estaleiros poloneses, herdados do período entreguerras e expandidos na Guerra Fria, maquinário, motores e equipamento industrial, em especial no setor químico (*ibidem*).

Ao contrário da Romênia e do sul da Europa Oriental, a Polônia se integrou nas cadeias produtivas do COMECON em uma posição intermediária. A produtividade industrial per capita era cerca de metade da alemã e da tcheca, mas praticamente o dobro da romena e da búlgara (WILCZYNSKI, 2008). A criação

⁸ Vale ressaltar que outros países do Bloco possuíam índices ainda mais elevados, caso da Hungria na qual o setor, à mesma época, correspondia a 60% da renda nacional (WILCZYNSKI, 2008).

do Gasoduto de Druzhba, ligando as reservas de gás da Sibéria até a Alemanha, passando pela Polônia, permitiu a integração do país no comércio internacional de energia, a posição de trânsito dos recursos se mantém ainda hoje. O desenvolvimento endógeno de maquinário, especializado na construção e ferramentas, permitiu ao país se integrar na produção de equipamento não apenas petroquímico, mas de tecnologias similares, tais como a indústria química, o processamento de resíduos e a indústria de materiais (KOZLOV; LIFSHITS; KHAKIMOV, 1974).

Embora a União Soviética fosse o principal parceiro da Polônia, outros países do Bloco também possuíam setores importantes para a integração econômica do país. O comércio entre estes países parecia, no entanto, adequar-se a uma lógica que seguia as diferenças de produtividade entre os mesmos. O comércio polaco-tcheco era marcado pela importação de equipamentos e materiais sofisticados pela Polônia e a exportação de fertilizantes, produtos pouco processados como enxofre ou combustíveis, ao passo que o comércio com a Hungria envolvia a produção conjunta de automóveis. Com a Bulgária a lógica se invertia, havendo exportação de bens industrializados em troca de bens agrícolas (ibidem).

O Ocidente teve menor papel quando se trata do manejo polonês dentro do Bloco, tendo pouca autonomia para fazer tratados e acordos bilaterais. A principal interação viria a acontecer no final da Guerra Fria quando do endividamento generalizado dos países do Bloco com bancos ocidentais, possuindo para tanto o aval soviético, tácito ou explícito. Alguns acordos de menor expressão ocorreram principalmente no setor naval, garantindo reservas, ainda que insuficientes, de moeda conversível internacional para o país (WILCZYNSKI, 2008).

Houve cooperação técnica entre a Polônia e os demais países do Bloco em alguns setores econômicos específicos mas, dada a proximidade com os centros industriais soviéticos e a importância da região para a estratégia de defesa e desenvolvimento deste país, as parcerias via de regra se concretizavam com a URSS. Os principais setores de cooperação foram os já mencionados setores de transportes e construção de maquinário industrial, mas também houve certa cooperação nos ramos de metalurgia, principalmente com a Tchecoslováquia, e na produção de carvão, com a Tchecoslováquia e com a Alemanha Oriental (KOZLOV; LIFSHITS; KHAKIMOV, 1974).

4 Considerações Finais

Enquanto que certos aspectos da Divisão – tanto Nacional quanto Internacional – do Trabalho no Bloco Socialista são inéditos e exclusivos às economias socialistas, outros aspectos ainda estão de acordo com a dinâmica da divisão do Bloco Capitalista. Essa diferenciação qualitativa entre as Divisões do Trabalho se encontram principalmente no caráter mais horizontal do Bloco Socialista, qual é evidenciado na atuação do COMECON, e no alto grau de autonomia dos ministérios e departamentos, no caso da economia soviética. Ainda mais, as políticas de incentivo e subsídio que fogem à lógica de lucralidade e necessidade de maximização dos ganhos garantiu à URSS uma rápida industrialização (NOVE, 1992; SEGRILLO, 2000) e ao Bloco Socialista uma capacidade de competição no Sistema Internacional (KOZLOV; LIFSHITS; KHAKIMOV, 1974).

Quanto à atuação da União Soviética internacionalmente, principalmente por intermédio do COMECON, vê-se como a URSS se utilizou dos subsídios como ferramenta para angariar apoio político dentro do Bloco. Enquanto que a Romênia utilizou-se do COMECON para seguir um caminho autonomista em prol do seu desenvolvimento industrial, a Polônia se viu mais integrada à URSS depois do aumento do seu comércio externo pós-1950.

Já em relação ao papel do COMECON, a cláusula que prevê a necessidade de consenso nas suas atuações diluiu o poder da União Soviética dentro do Bloco, forçando-a a angariar o apoio através da política de subsídios e transferência de recursos e tecnologia. Essa maior horizontalidade na atuação dentro do Bloco Socialista configurava-se como a maior diferenciação entre os modelos de DIT capitalista e socialista; enquanto o primeiro é altamente sectarizado, com uma economia periférica e uma forte economia central, a DIT socialista encontra-se em um cenário institucional mais igualitário e no qual os menores Estados encontram possibilidade de negociação e conseguem apoio da União Soviética.

The International Division of Labour in the Socialist Field: Myth, Reality and the role of COMECON

ABSTRACT: This article is about the building of the International Division of Labour inside the Eastern Bloc and also inside the Soviet Union. There are many questions about which was the role of the USSR in the planning of the Socialist Field economy and how much autonomy these States had in their own economic development. Built differently from the Capitalist Division, the Eastern Division of Labour was more horizontal and granted some degree of freedom for the least developed States. COMECON had a strong role in the structuring of this Division, mainly because of the consensus clause in its decisions, which provided greater autonomy to the States of the Eastern Bloc.

KEYWORDS: Division of Labour; COMECON; USSR; Economic Integration.

Referências

ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli (Org.). *UMA LONGA TRANSIÇÃO: Vinte Anos de Transformações na Rússia*. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <http://www.excedente.org/wp-content/uploads/2014/11/livro_russia.pdf>. Acesso em: 21 out. 2017.

AZAROV, T. Problems in Coordinating the Scientific and Technical Research of Comecon Countries. *Problems in Economics*, 1965 v.7, n. 9, 47-52.

BLAZYCA, George. Comecon and the Polish Crisis. *The World Today*, 1981, v.37, n.10, 375-379.

BRITES, Alessandra Scangarelli. *A Política Externa Soviética e seus Impactos nas Relações Internacionais (1917-1985)*. 2012. 91 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

BRZEZINSKI, Z. K. *The Soviet Bloc: Unity and Conflict*. New York: Frederick A. Praeger Publishers, 1961.

BOGOMOLOV, B.. Economic Cooperation among the Comecon Countries. *Problems in Economics*, 1965, v.7, n. 9, 39-46.

CARR, E. H. *A History of Soviet Russia: The Bolshevik Revolution, 1917-1923: Volume 2*. London: Macmillan, 1952.

COMECON. *The Basic Principles of the International Socialist Division of Labor*. 1962.

CROWTHER, William E. *The Political Economy of Romanian Socialism*. Editora Praeger, 1988.

CURTIS, Gleen E. *Russia: A Country Study*. Washington: Library of Congress. 1996.

DRAGOMIR, Elena. *The creation of the Council for Mutual Economic Assistance as seen from the Romanian archives*. Historical Research, Londres, v. 88, n. 240, p.355-379, 30 set. 2014. Wiley-Blackwell. <http://dx.doi.org/10.1111/1468-2281.12083>.

DRAGOMIR, E.. The Formation of the Soviet Bloc's Council for Mutual Economic Assistance: Romania's Involvement. *Journal of Cold War Studies*, 2012, v.14, n,1, 34-47. Disponível em: <http://www.mitpressjournals.org/doi/abs/10.1162/JCWS_a_00190#.VWYvT0Z4Z81>. Acesso em: 27 mai. 2015.

EHRlich, Éva; RÉVÉSZ, Gábor. *Coming in from the Cold: The Hungarian Economy in the 20th Century*. 2000. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/p/iwe/workpr/109.html>>. Acesso em: 21 out. 2017.

FISCHER, Stanley; Alan Gelb. 1991. The Process of Socialist Economic Transformation. *Journal of Economic Perspectives*, v.5, n.4, 91-105.

IOFFE, O. MAGGS, P. B. *The Soviet Economic System: a Legal Analysis*. Boulder: Westview Press, 1987.

JUBRAN, Bruno Mariotto. *A política externa soviética e seus desígnios econômicos: O caso do Comecon*. In: 5º ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2015, Belo Horizonte. Belo Horizonte: Abril, 2015.

KOZLOV, I.; LIFSHITS, A.; KHAKIMOV, V.. Collaboration of Comecon Countries in the Key Branches of Industry. *Problems In Economics*, Tallahassee, v. 17, n. 5, p.20-38, nov. 1974.

MORTIMER, Louis R. *Soviet Union: A Country Study*. Washington: Library of Congress. 2a ed, 1991.

MURESAN, Maria. Romania's Integration in COMECON: The Analysis of a Failure. *The Romanian Economic Journal*, 2008, v. 11, n.30, 27-58.

NOVE, A. *An Economic History of the USSR: 1917-1991*. London: Allen Lane The Penguin Press, 1992.

PARK, John Daniel. *The Oil and Gas Industries of the Soviet Union and Eastern Europe in Relation to the Comecon Energy Balance and the world petroleum market*. Tese de Doutorado: Universidade de Glasgow, 1977.

PETRESCU, Cristina; PETRESCU, Dragoş. Resistance and Dissent under Communism: The Case of Romania. In: HEYDEMANN, Günther (Ed.). *Totalitarismus und Demokratie*. 2. ed. Dresden: The Hannah Arendt Institute For The Research On Totalitarianism, 2005. p. 323-346.

SEGRILLO, Angelo. O Declínio da URSS: Um estudo das Causas. Rio de Janeiro: Record, 2000. USA. *Poland: The Economy Under Communism*. The Library of Congress, 2018 Disponível em: <<http://countrystudies.us/poland/49.htm>>. Acesso em: 07 jan. 2018.

VALENTA, Jiri.. “Normalization”? *The Soviet Union and Poland*. The Washington Quarterly, 1982, v.5, n.4, 105-119.

VISENTINI, Paulo Fagundes et al. *Revoluções e Regimes Marxistas: Rupturas, Experiências e Impacto Internacional*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *Os Paradoxos da Revolução Russa: Ascensão e Queda do Socialismo Soviético (1917-1991)*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.

VOROB'EV, V.A.. *A Comprehensive Program of Socialist Economic Integration and the International Investment Bank*. *Problems in Economics*, 1975, v.18, n. 8, 56-69.

WILCZYNSKI, J. Comecon: Success or Failure?. *Australian Outlook*, 2008, v.19, n.1, 47-61.

Rompimento da Aliança Sino-Soviética: a Influência dos Respective Líderes e da Política Doméstica Chinesa

*Maitê Roman Goulart
Victor Hugo Dresch da Silva¹*

RESUMO: O objetivo do presente artigo é analisar o desenvolvimento da política externa soviética em relação à República Popular da China, mais notadamente o fim das relações diplomáticas que levaram ao rompimento da aliança sino-soviética a partir do fim da década de 1950. Tendo em vista a relevância dos dois principais países comunistas de então, a deterioração das relações se torna significativa pois surtiu impactos importantes para o desenrolar da Guerra Fria. Este trabalho, portanto, busca discutir a construção da aliança sino-soviética e os condicionantes que levaram ao seu rompimento, a partir da análise do seu contexto histórico e da política externa soviética em relação à China.

PALAVRAS-CHAVE: Aliança Sino-soviética. Política Externa Soviética. China. Guerra Fria.

¹ Graduandos em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

1 Introdução

Em 1950, com a assinatura do Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua Sino-Soviética, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a China formalizam uma das alianças mais significativas da história. Em um contexto de Guerra Fria e de tensão internacional, a consolidação da aliança significou a associação dos mais poderosos países comunistas que, juntos, abarcavam extensões territoriais e números populacionais continentais. A inauguração da República Popular da China (RPC), em 1949, foi a culminância de décadas de luta por parte do Partido Comunista Chinês; desde a sua formação, em 1921, o Partido foi muito influenciado pelos princípios soviético na sua busca pela construção de um país socialista.

Apesar da relevância da aliança e do seu êxito inicial, ela rapidamente entra em desestabilização a partir do final dos anos 1950. Diversos fatores impulsionam a sua deterioração e esta, posteriormente, termina com o rompimento total das relações sino-soviéticas; as duas potências comunistas mundiais embarcam em um período de hostilidades, o qual impacta profundamente a Guerra Fria. Diversos fatores podem nos auxiliar a entender as razões que levaram a esse rompimento, tendo como objetivo analisar diferentes perspectivas sobre o assunto, em um esforço de mostrar, principalmente, a influência da política doméstica chinesa e as ações dos líderes chinês e soviético como fator determinante.

Para compreender o rompimento sino-soviético é necessário também entender o modo como as relações entre ambos os países desenvolveram-se ao longo da história. Uma análise da forma como os dois partidos comunistas enxergavam um ao outro, desde a sua formação, bem como do papel da URSS na construção da China, é essencial para entender o posterior rompimento. Tendo isso em vista, a primeira seção deste artigo busca descrever esses fatos, desde a formação do partido chinês até o auge da aliança nos início da liderança Khrushchov. Em seguida, a segunda metade do trabalho tem como objetivo elaborar o fim das relações diplomáticas entre ambos os países, apresentando o seu contexto e as suas causas.

2 A Construção da Aliança

A criação do Partido Comunista Chinês (PCC), em 1921, foi profundamente marcada pela Revolução de 1917. Os líderes chineses adotaram muitos dos princípios e visões exaltados pela Revolução que derrubou o Império Russo e que, posteriormente, inaugurou a URSS. A Rússia comunista era, para os membros do PCC, o grande baluarte da luta proletária e anti-imperialista no mundo, o que para muitos tornaria uma aliança entre chineses e soviéticos algo completamente natural. No entanto, mesmo com o claro alinhamento ideológico entre ambos os partidos, a influência do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) em território chinês foi bastante branda durante as suas primeiras décadas; passando-se muitos anos até que a política externa em relação à China adquirisse alguma prioridade dentro da agenda soviética. O grande exemplo dessa política foi o escasso apoio da URSS à luta do PCC durante a sua busca pelo controle da China e a diretriz advinda do Comintern que, na tentativa de barrar o avanço imperialista na região, até mesmo defendia a consolidação de uma frente única entre o Partido Comunista Chinês e o Kuomintang – também conhecido como Partido Nacionalista (CHEN, 1983).

A já baixa influência soviética dentro do PCC entra em ainda maior declínio quando, em 1927, o Kuomintang volta-se contra o seu aliado comunista, debilitando-o profundamente e forçando a sua retirada para a periferia chinesa. Foi nesse momento de reconstrução que Mao Zedong, figura importante na futura consolidação da República Popular da China, começa a ascender como principal líder dentro do partido. Em um período de reconstrução do PCC, é diante de uma nova oportunidade de implantar e desenvolver suas próprias ideias de construção de uma sociedade comunista que as primeiras divergências ideológicas entre Mao e Stalin começam a surgir (WESTAD, 1998). A partir da década de 1930, Mao começa a cada vez mais consolidar-se como um teórico marxista para o comunismo chinês; o líder do PCC afirmava que o marxismo soviético era “russificado” e, portanto, deveria ser readaptado às condições chinesas. O líder do partido chinês inclusive culpava as diretrizes do Comintern e de Stálin pela quase ruína do PCC, afirmando que eles não deveriam ter apoiado a continuação da aliança entre os partidos chineses. É nesse contexto de divergência ideológica, somado a crescente

tensão no continente europeu nos anos 1930, que a importância da China para a União Soviética se mantém pouco relevante (LÜTHI, 2008).

Apesar de todas as discordâncias, a invasão japonesa à China fomentou certa aproximação entre ambos os partidos comunistas. Quando o ataque por parte do Japão forçou o PCC a sair do isolamento, uma breve trégua com o Kuomintang permitiu que o partido de Mao se consolidasse e expandisse sua influência pelo território chinês. É nesse cenário que o interesse soviético em relação ao PCC passa a gradualmente retornar. O grande objetivo de Mao torna-se, após a Segunda Guerra Mundial, trazer o Exército Vermelho para a guerra contra o Japão, o que auxiliaria na busca pelo controle sobre a China. O líder comunista chinês busca então adaptar as políticas do seu partido para que elas se alinhassem às diretrizes soviéticas e para que, assim, Stálin aceitasse enviar apoio ao Exército Popular de Libertação. No entanto, os oficiais chineses surpreendem-se quando as forças soviéticas se recusam a enviar ajuda na luta contra o Japão (WESTAD, 1998).

De acordo com Westad (1998), essa falta de apoio trouxe consigo duas lições: em primeiro lugar, havia muito trabalho a ser feito para que os líderes soviéticos realmente reconhecessem a liderança chinesa e para que as políticas propostas por eles fossem aceitas como alinhadas às soviéticas; e o Partido Comunista Chinês, sob hipótese alguma, deveria depender da ajuda da URSS para alcançar seus objetivos. Esses dois pontos rodaram, por muitos anos, a formulação da posição chinesa frente à URSS.

A visão soviética em relação aos avanços do Partido Comunista Chinês ainda permaneceu inalterada mesmo com a evidente derrocada do Kuomintang, a partir de 1948, e com significativas vitórias por parte do PCC. Stálin ainda temia que diversos cenários, como a insurgência de grupos anticomunistas, o reerguimento do Kuomintang ou até mesmo um ultimato estadunidense, ainda poderiam minar uma possível vitória comunista. Era muito arriscado desviar recursos soviéticos em direção a uma revolução que, na perspectiva soviética, dificilmente sairia vitoriosa. Essa ideia era ampliada pelo fato de que, após o fim da Segunda Guerra Mundial, a atenção soviética manteve-se muito voltada para o início da Guerra Fria na Europa, o que impedia que qualquer ajuda à revolução chinesa pudesse ser consolidada (JUN, 1998).

Nesse contexto de início da Guerra Fria, o objetivo da URSS dentro do território chinês era, em linhas gerais, impedir que a influência ocidental se consolidasse dentro da China, principalmente em regiões fronteiriças como a Mongólia e Xinjiang, e essa meta não necessariamente demandava um sucesso revolucionário. Um ótimo resultado para a URSS seria a consolidação de negociações internacionais que garantissem a paz dentro do território chinês; dessa maneira as tensões decorrentes da então recente Crise de Berlim seriam minimizadas e a URSS ainda assim seria capaz de conservar certa influência nos assuntos chineses. No entanto, Mao enxergou essa visão com extrema hostilidade. Na sua perspectiva, esse tipo de negociação permitiria que potências ocidentais se inserissem na China, o que beneficiaria diretamente os interesses estadunidenses (WESTAD, 1998).

Mesmo com todas as divergências e com anos nos quais não houve apoio qualquer, o líder chinês ainda julgava como essencial uma aliança consolidada com a União Soviética. A partir do fim da guerra civil e da sucessiva inauguração da República Popular da China, no fim de 1949, Mao percebe que havia a necessidade de garantir o apoio soviético, tanto militar quanto econômico, para que a China pudesse se consolidar como Estado. Além da utilidade do apoio soviético para o desenvolvimento do comunismo chinês, a crescente hostilidade por parte dos Estados Unidos contribuía para que Mao adotasse essa posição (LÜTHI, 2008). Contudo, na sua visão, a China Comunista ainda deveria se empenhar na consolidação de sua relevância dentro do bloco comunista, e, portanto, “Mao Zedong buscava uma parceria de longo prazo, porém frouxa, que permitiria que a RPC ainda desfrutasse de alguma margem de manobra”. (LÜTHI, 2008, p. 30, tradução nossa). Em 1949 essa posição acaba por ser concretizada, com a visita de Anastar Mikoyan, um membro do partido soviético, à China, que foi sucedida pela ida de Liu Shaoiqi, o segundo no comando do PCC, à URSS. Como anunciado publicamente por Mao, a política externa da República Popular da China passa a gradualmente se inclinar em direção à União Soviética.

A culminância de todos esses aspectos foi, em 1950, a viagem de Mao Zedong até Moscou e seu encontro com Stálin, os quais trouxeram como resultado a assinatura do Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua Sino-Soviética, consolidando o apoio da URSS à construção do novo Estado chinês. Através do

tratado, os oficiais soviéticos garantiram apoio de diversas maneiras, tanto militar quanto econômica; havia, no entanto, muitos pontos importantes na agenda do PCC que foram categoricamente rejeitados por Stálin. Dentre eles estava a ambição de unir a Mongólia e a RPC, a busca por ajuda para a reconquista de Taiwan e a formulação de uma estratégia conjunta que moldasse as bases dos princípios revolucionário na região. Já desde o início estava muito claro que a mais nova aliança era marcada por muitas assimetrias. Os oficiais soviéticos e, principalmente Stálin, a todo o momento rebaixavam as autoridades chinesas, deixando claro que a China deveria se submeter à agenda e aos princípios promulgados pela União Soviética (JUN, 1998).

Na evolução histórica da aliança sino-soviética, após a assinatura do Tratado de Amizade, a eclosão da Guerra das Coreias, em 1950, significou a primeira concretização de muitos dos princípios estabelecidos por ele. Ambos puderam por em prática os acordos de cooperação estabelecidos apenas meses distante da primeira invasão da Coreia do Norte ao seu vizinho meridional (WEATHERSBY, 1998). A intervenção chinesa – a qual só aconteceu devido a pressões diretamente vindas de Stálin – foi fortemente apoiada pelo suporte soviético, que enviou suprimentos militares e conselheiros para auxiliar no esforço de guerra liderado pelo exército chinês. A cooperação ao longo das batalhas na península coreana mostra com clareza que, em seu período inicial, a aliança sino-soviética manteve-se harmoniosa (NAKAJIMA, 1987).

Em 1953, a morte de Stálin e a subsequente ascensão de Nikita Khrushchov como líder do partido marcaram profundamente as relações sino-soviéticas. O novo líder da URSS, em comparação com seu antecessor, enxergava a RPC como muito mais importante; a aliança com a China deveria ser aprofundada no momento em que ela significava uma grande vantagem na luta contra o Ocidente. Era o início de uma nova era que, embora curta, pode ser considerada o auge da parceria entre chineses e soviéticos. Nesse sentido, a primeira grande viagem de Khrushchov para o exterior foi uma visita à China, evento que carregou como símbolo o fato de que a posição da RPC estava se consolidando internacionalmente (LÜTHI, 2008).

Diante de um histórico de ambiguidade – que foi da estranheza à aproximação – nas relações sino-soviéticas conduzidas por Stálin, o modo como

Khrushchov percebe a aliança com a China impacta profundamente o seu desenrolar. Na visão do novo líder soviético, o modo como a URSS agia em relação à China poderia ser assemelhado a vínculos coloniais empregados por potências imperialistas, e todas essas assimetrias deveriam ser diminuídas. Como resultado dessa visão deu-se o desmantelamento dos protocolos que garantiam a dominação, tanto econômica quanto militar, de regiões como a Manchúria e Xinjiang, além do aprofundamento da cooperação em diversas áreas. No entanto, é importante mencionar que mesmo com as claras alterações empreendidas por Khrushchov, o líder do PCUS nunca deixou de admirar o legado deixado por Stálin. Todas as bases dessa aliança – que, na visão de Khrushchov, poderia ser muito próspera – foram assentadas pelo seu antecessor, o qual permitiu a evolução de uma das alianças mais poderosas diante das dinâmicas políticas da Guerra Fria (PLESHAKOV, 1998).

A posição de Khrushchov em relação à China também estava em consonância com o modo como o líder soviético passou a instituir sua nova política externa. Tendo em vista o rompimento da Iugoslávia com o bloco comunista, ao buscar a estabilização das relações bilaterais do país, Khrushchov tentou impedir que qualquer outro cenário semelhante ocorresse novamente. Essa ideia era essencialmente importante para a aliança chinesa, já que qualquer rompimento similar com a China iria, na visão de Khrushchov, trazer consequências ainda piores para a posição soviética, pois a consolidação territorial chinesa serviria aos interesses estratégicos da URSS ao garantir a proteção da massa continental do continente asiático (PLESHAKOV, 1998).

Um ponto importante no acordo de cooperação sino-soviético foi o Programa de Conselheiros Soviéticos, o qual foi estabelecido ao longo da década de 1950 na tentativa de auxiliar a construção do novo Estado chinês. Dentro desse programa, milhares de especialistas soviéticos, das mais diferentes áreas, foram enviados à RPC com o objetivo de ajudar no seu estabelecimento; durante a sua primeira década, muitos dos planos de desenvolvimento e de industrialização chineses – como o Primeiro Plano Quinquenal – foram baseados em modelos soviéticos de implementação do comunismo (KAPLE, 1998). Além disso, a ascensão de Khrushchov representou o aprofundamento nas relações econômicas de ambos os países. A cooperação econômica sino-soviética foi marcada por diversos aspectos, desde

a concessão de créditos e de auxílio financeiro à transferência de tecnologia. A cooperação militar também foi aprofundada durante os primeiros anos da liderança de Khrushchov; a União Soviética até mesmo garantiu apoio na transferência de tecnologia que permitisse o desenvolvimento do programa nuclear chinês e a sua futura produção de armas nucleares – as quais a URSS já havia desenvolvido em 1949 (TEIWES, 1987).

Não restam dúvidas que a aliança foi capaz de prosperar ao longo de seus anos iniciais. Desde a influência ideológica presente na fundação do PCC até o apoio militar ao longo da Guerra das Coreias, o acordo entre as duas potências comunistas foi importante em diversos âmbitos, trazendo resultados positivos para ambos os lados. No entanto, apesar desse sucesso, a partir da metade dos anos 1950 a antes tão importante aliança sino-soviética passa a entrar em um processo de deterioração. O objetivo da seção seguinte é, portanto, além de descrever esse processo de degradação, analisar os possíveis fatos que levaram a esse momento.

3 Ruptura Sino-soviética: uma Análise das Causas

A presente seção tem por objetivo realizar uma análise das principais causas da ruptura sino-soviética, em um esforço para elucidar que o desenrolar de fatos históricos – a partir de um determinado período – e as diferenças ideológicas não foram os únicos fatores que contribuíram para o desgaste das relações. Tais elementos possuem importância para a explicação, no entanto, é preciso também considerar como as políticas domésticas chinesas moldaram as ações de seus respectivos líderes, assim como a desconfiança mútua que se desenvolveu ao longo dos anos.

3.1 O Declínio das Relações (1956-1959)

Grande parte dos estudos sobre a ruptura da aliança entre a União Soviética e a China data o declínio das relações em fevereiro de 1956, quando Nikita Khrushchov criticou Stalin e suas ações no Vigésimo Congresso do Partido Comunista da União Soviética. No entanto, é importante lembrar que esse marco não é um consenso dentro do meio acadêmico, e que a base para o desentendimento entre as partes não começou a partir desse marco – ela foi construída ao longo de toda a relação (WESTAD, 1998).

A falta de unanimidade sobre quando começou a tensão entre China e União Soviética não exclui o fato de que o Congresso de 1956 marcou um ponto de inflexão nas atitudes políticas de ambas as partes. Depois do discurso anti-Stalin proferido por Khrushchov, Mao e seus colegas de Partido sentiram-se profundamente ofendidos com o desenrolar dos acontecimentos. No entanto, o discurso em si não foi o fundamento de tal ressentimento, mas sim o fato de que os soviéticos não fizeram nenhuma tentativa de consultar previamente seus camaradas chineses sobre o discurso (JIAN; KUISONG, 1998). Depois de tal episódio, Mao presidiu várias reuniões do Comitê Central do Partido Comunista Chinês para discutir o discurso de Khrushchov, expondo a decisão final do Partido através do jornal “Renmin ribao” – onde argumentou que Stalin, apesar de todos os seus erros sérios, ainda precisava ser respeitado como um grande marxista-leninista (WESTAD, 1998).

A resposta inicial de Mao no que diz respeito à desestalinização e os acontecimentos posteriores ao Congresso elucidam a mudança significativa na postura chinesa em relação aos soviéticos: mesmo que publicamente Mao continuasse sustentando o discurso de que a URSS permanecia o centro do campo socialista, o líder chinês acreditava que ele era o mais qualificado para ditar o caminho do movimento mundial. Tais divergências entre Pequim e Moscou tornaram-se evidentes nas respostas dos dois frente às crises polonesa e húngara no final de 1956 (LÜTHI, 2008).

Diante do florescimento de conflitos internos desencadeados por sentimentos anticomunistas da população polonesa, Moscou informou Pequim de sua intenção de intervir militarmente no território em outubro de 1956. Os chineses não apenas portaram-se veementemente contrários a tal ação, como afirmaram que tal intervenção era contrária à soberania da Polônia (PERSAK, 2006). Em contraponto, quando o Politburo informou sua decisão de retirar suas tropas da Hungria – país que enfrentava uma revolta popular contra as políticas do governo e da União Soviética – os líderes chineses afirmaram que tal intenção seria uma traição à população húngara, e que colocaria os soviéticos em uma posição de criminosos históricos (JIAN; KUISONG, 1998). Em ambos os casos os soviéticos acabaram mudando suas intenções iniciais, entretanto, tais episódios elucidam as diferenças estratégicas de ambos os países – assim como o acirramento das tensões

políticas, visto que as ações chinesas podem ser explicadas pela crença de que a crise na Hungria era anticomunista, e a crise na Polônia era primariamente anti-soviética (PERSAK, 2006).

A atitude de Pequim em relação à crise húngara refletiu a crença de Mao de que a luta de classes continuava a existir em um país socialista. Diante de tal certeza, o líder chinês reforçou sua determinação de promover a revolução contínua da China, especialmente nos campos da política e da ideologia – através da campanha das Cem Flores. Tal campanha consistiu no incentivo ao livre pensamento, inclusive o anticomunista. No entanto, quando inúmeras críticas ao partido aconteceram, Mao radicalizou sua política e estabeleceu o controle absoluto da opinião pública da China (KISSINGER, 2011). A radicalização interna ultrapassou as fronteiras domésticas e caracterizou o posicionamento internacional do país, visto que mais do que nunca a posição como líder do movimento comunista deveria fortalecer a imagem do poder chinês, aprofundando as desavenças políticas e ideológicas entre China e União Soviética (DANHUI, 2011).

Mesmo com o aprofundamento das tensões, alguns estudiosos afirmam que as relações ainda estavam longe do seu fim e que tais acontecimentos não caracterizaram o início da deterioração da aliança. Tal pensamento é fundamentado no fato de que as relações – principalmente militares e econômicas – continuaram se desenvolvendo ao longo dos anos de 1956 e 1957. Em algumas áreas, como a de tecnologia militar e nuclear, elas até mesmo se intensificaram – celebradas pelo acordo firmado entre as partes, em 1957, que dizia respeito a um aumento do intercâmbio de tecnologia nuclear (WESTAD, 1998). A explicação de Mingjiang Li para a contínua cooperação sino-soviética, mesmo em face aos episódios de tensão, gira em torno do seu argumento de que Mao Tsé-Tung escalonou – de maneira intencional – as disputas ideológicas entre as partes para avançar seus programas domésticos e derrotar seus desafidores políticos (principalmente depois dos acontecimentos posteriores à campanha das Cem Flores) (LI, 2010).

Apesar da significativa cooperação empreendida por China e União Soviética, o ano de 1957 marcou outro acontecimento importante no que tange a deterioração das relações. A partir de meados de tal ano, Khrushchov tentou ajustar suas relações com Pequim para atender a sua nova busca: o relaxamento das tensões

com o Ocidente (PLESHAKOV, 1998). No entanto, paralelamente a nova política soviética, Mao participou de celebrações para o quadragésimo aniversário da Revolução de 1917, proferindo um discurso de que a China, a URSS e os movimentos socialistas ao redor do mundo configuravam-se como uma força contra os Estados Unidos e seus aliados, afirmando que “o vento oriental prevalece sobre o vento ocidental” (WESTAD, 1998). Tais afirmações não poderiam ter vindo em pior momento para os soviéticos, assim como a busca pela coexistência pacífica de Khrushchov foi expressivamente atacada pelo líder chinês. Tais linhas de política chinesas, consideradas agressivas pelos soviéticos, provavelmente tiveram grande influência na decisão da URSS em fazer grandes propostas militares para Pequim em 1958 (aleadamente com o objetivo de melhor controlar as ações chinesas) (LÜTHI, 2008).

Assim, em junho de 1958, a União Soviética apresentou um conjunto de propostas de cooperação e integração militar entre os países. Os principais pontos dos planos diziam respeito a instalações conjuntas de inteligência técnica, estações de comunicações navais de longa distância e a criação de uma força conjunta de submarinos para operar ao longo da costa chinesa e no Pacífico – todas instaladas em território chinês e pagas pelos soviéticos (WESTAD, 1998). Tais acordos não apenas foram veementemente recusados pela China, mas também acusados de representar uma tentativa soviética de controlar o país militarmente. É importante lembrar que a desconfiança de Mao em relação às ações soviéticas esteve presente desde os primeiros encontros com Stalin, portanto, as raízes do desentendimento já existiam anos antes de tais acontecimentos. A suspeita mútua criada a partir desse episódio aumentou ainda mais em 1959, quando o ministro da defesa chinês, Pen Tehuai foi deposto de seu cargo – aparentemente por ser o principal defensor das propostas soviéticas (LÜTHI, 2008).

Uma nova era de desentendimentos entre Pequim e Moscou foi desencadeada pela radical virada das políticas domésticas chinesas durante o ano de 1958. O principal motivo da mudança foi o anúncio chinês da intenção de promover o Grande Salto Adiante (Great Leap Forward), projeto que tinha como objetivo transformar a China em uma grande potência industrial em apenas uma década (LÜTHI, 2008). O plano do Grande Salto consistia em uma ampla mobilização

de massas – em menos de um ano mais de 500 milhões de camponeses chineses integraram-se a 26.000 comunas nas quais não havia qualquer tipo de propriedade privada. O intuito era fazer com que os camponeses aprendessem as técnicas usadas na indústria, construindo, de uma forma intensa, o caminho para o comunismo (PALESE, 2009). Os profundos efeitos negativos da empreitada começaram a ser sentidos na economia chinesa a partir da primavera de 1959, quando a população rural revoltou-se diante da mentalidade do “avanço contínuo” do trabalho, e com a queda da produção industrial chinesa. O cenário deteriorou-se ainda mais com o passar do tempo, sendo tal deterioração representada pelo desencadeamento de uma rebelião anticomunista no Tibete (JIAN; KUISONG, 1998).

O Grande Salto Adiante não acarretou apenas em consequências dentro das fronteiras chinesas, mas também no posicionamento internacional que Mao começou a tomar a partir de então. Primeiro, o discurso inicial proferido pelos chineses era de que apenas eles estavam realmente engajados na construção do comunismo e que apenas eles eram comunistas de verdade. Segundo, o líder chinês começou a enxergar os problemas e resultados negativos de sua política intimamente atrelados aos seus colegas de partido que não souberam liderar as campanhas durante o Grande Salto, acusando-os de estar presos ao modelo soviético de desenvolvimento (JIAN; KUISONG, 1998). Por fim, grande parte das decisões e ações desenvolvidas por Mao, a partir dos negativos resultados de suas políticas, possuíam o intuito subjacente de retirar o foco das atenções dos seus fracassos e colocá-lo nas tensões e disputas com a União Soviética. Como esperado, os soviéticos portaram-se extremamente contrários a todas essas ações chinesas – contribuindo ainda mais para a ascensão das tensões (LÜTHI, 2008).

No entanto, é importante ressaltar que muitos pesquisadores acreditam que o retrato de Mao é completamente exacerbado, e que a “culpa” pela deterioração das relações não pode ser colocada completamente nas costas dos chineses. Segundo o escritor Dong Wang, as ações chinesas não eram tão extremas como portadas nos fatos históricos e, na realidade, durante essa época, os chineses ainda acreditavam genuinamente que a unidade sino-soviética era indispensável para a melhoria da situação estratégica da China, e que os benefícios da unidade superavam as diferenças entre os dois. O autor também afirma que a causa mais preponderante

para o agravamento das relações foi a perseguição de Khrushchov à melhoria das relações com o Ocidente (WANG, 2012).

Em julho de 1958, o Exército Popular de Libertação da China empreendeu bombardeios em larga escala em Quemoy, arquipélago controlado pelas forças do Kuomintang. Mao não havia informado Khrushchov de suas intenções e, quando os soviéticos ofereceram apoio logístico e especialistas militares, a China afirmou que era outra tentativa soviética de controlar as ações chinesas e o próprio resultado da crise. Segundo Jiang e Kulsong, a campanha chinesa não pretendia envolver a China em um confronto militar direto com os Estados Unidos. O objetivo era, além de chamar a atenção para a questão de que Taiwan fazia parte da República Popular da China, aumentar o apoio popular para as transformações do Grande Salto Adiante – fortalecendo a imagem chinesa perante o Sistema Internacional e, conseqüentemente, dentro do seu próprio território (JIAN; KUISONG, 1998).

A divergência entre a China e a União Soviética tornou-se pública pela primeira vez em agosto de 1959, quando um conflito fronteiriço entre a China e a Índia desencadeou-se. As disputas fronteiriças sino-indianas caracterizam-se como questões históricas complexas – visto que ambos os países não concordavam com a delimitação da fronteira entre estes (ZHANG; LI, 2013). Apesar de a China ter mantido relações amigáveis com o governo indiano ao longo de toda a década de 1950, esse aparente progresso das relações sofreu um expressivo baque quando a Índia aceitou o líder religioso tibetano da época, o 14º Dalai Lama – o qual tinha acabado de fugir de uma revolta fracassada contra o governo chinês – como exilado em seu território. Tal ação desencadeou uma forte militarização da fronteira por ambas as partes, culminando em um conflito armado no final de 1959. Em setembro, a mídia soviética emitiu uma declaração expressando grande pesar sobre os acontecimentos na fronteira sino-indiana. Na visão de Pequim, a URSS havia adotado uma posição clara de apoio ao governo indiano. Já Khrushchov acreditava que Mao tinha o objetivo claro de sabotar os esforços no que tange a coexistência pacífica, assim como causar problemas em sua aliança com Nova Deli (LI, 2010).

Paralelo a tais acontecimentos, Khrushchov viajou para Pequim para participar das festas do décimo aniversário da República Popular. Em tal ocasião, o líder soviético fez um discurso enfatizando o desenvolvimento do relaxamento

das tensões com os Estados Unidos, e como não era sensato o uso de meios militares para testar a estabilidade do sistema capitalista – em uma alusão aos recentes acontecimentos em Taiwan (WESTAD, 1998). O acirramento das diferenças estratégicas e ideológicas entre os dois países não conseguia mais ser escondido. Mao e os líderes do Partido repudiaram vigorosamente os discursos “revisionistas” e “anti-revolucionários” adotados pelo líder soviético em diversas ocasiões. Na visão da China, os soviéticos estavam compactuando com os líderes imperialistas – algo que consideravam inaceitável (DANHUI, 2011).

3.2 A Ruptura das Relações

É difícil datar o acontecimento ou período exato que marcou a ruptura da aliança sino-soviética. Entretanto, o congresso do Partido dos Trabalhadores da Romênia, em 1960, proporcionou o cenário para a primeira exibição pública da divisão do movimento comunista (PLESHAKOV, 1998). Ambos os governos compareceram a reunião com o propósito de defender a sua percepção sobre a situação internacional e sobre o movimento socialista mundial. Khrushchov, através de seu discurso, pontuou que na ocorrência de dois sistemas mundiais distintos, seria imperativa a construção de esforços mútuos para impedir a possibilidade de uma guerra, e que se devia cessar as afirmações de que as guerras imperialistas só seriam terminadas quando o socialismo triunfasse no mundo inteiro. No final da reunião, Khrushchov perdeu seu temperamento, acusando Mao de “ultra-esquerdista” (WESTAD, 1998).

As consequências das disputas verbais não demoraram a emergir na superfície. A base do programa de industrialização chinês consistia em ampla ajuda técnica proveniente da União Soviética. Em julho de 1960, Khrushchov retirou mais de 1.300 especialistas técnicos do território e reduziu drasticamente a ajuda material e militar a Pequim. As consequências negativas para o programa chinês foram imediatas, tendo em vista a já precária situação causada pelas falhas do Grande Salto Adiante (DANHUI, 2011). Apesar de tal acontecimento ter aprofundado ainda mais a degradação das relações, elas ainda não haviam sido cortadas completamente, visto que a cooperação econômica e militar entre China e URSS ainda continuava em determinados setores (SAVRANSKAYA; TAUBMAN, 2010).

Três episódios podem ser considerados como os desencadeadores finais da ruptura sino-soviética. No ano de 1962, a Índia enviou tropas militares para áreas disputadas das montanhas do Himalaia – despertando a certeza chinesa de que tal ação consistia em um preparativo para um posterior ataque às posições chinesas no território. Diante disso, Mao ordenou o exército chinês atacar primeiro e, depois de duas ondas de investidas, as forças chinesas derrubaram as unidades indianas e adentraram o nordeste do território (ZHANG; LI, 2013). A posição da União Soviética perante o acontecimento não poderia ser mais clara: o bloco mostrou seu total suporte ao governo indiano através do envio de armas e transportes para fins militares (JIAN; KUISONG, 1998).

A crise dos mísseis em Cuba foi o segundo acontecimento externo que empurrou ainda mais as relações para seu espiral descendente. Depois da retirada da URSS, em 28 de outubro de 1962, a propaganda do Partido Comunista direcionou-se totalmente a ataques contra a ação soviética, afirmando que estes estavam assustados diante da agressão imperialista (WESTAD, 1998). Por fim, em 25 de julho de 1963, representantes da União Soviética, dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha assinaram um tratado parcial de proibição de testes nucleares, o primeiro acordo tangível da nova distensão entre Oriente e Ocidente. Khrushchov esperava que a China assinasse tal tratado, no entanto, a resposta de Pequim foi a classificação do tratado como uma fraude destinada a preservar o monopólio nuclear e a prova final da traição soviética ao movimento comunista. A União Soviética, por sua vez, acusou a posição chinesa como a prova da compulsão do país em obter armas nucleares (PLESHAKOV, 1998).

Com o desenrolar dos anos a situação já deteriorada aprofundou-se ainda mais. Mesmo depois da saída de Khrushchev, a China parecia estar preparada para inaugurar o início da multipolaridade no cenário internacional – emergindo como desafiante tanto para a União Soviética como para os Estados Unidos. Os chineses detonaram seu primeiro dispositivo nuclear no outono de 1964 e testaram com sucesso um míssil balístico em 1966. No mesmo ano, respondendo em parte a esse desenvolvimento, a URSS começou a implantar os primeiros elementos de um sistema de mísseis antibalísticos (ABM) em torno de Moscou (SAVRANSKAYA; TAUBMAN, 2010).

4 Considerações Finais

Por fim, diante da análise elaborada ao longo da história das relações sino-soviéticas e sem desconsiderar o mérito de outras interpretações – pode-se perceber a expressiva influência que as ações dos líderes soviéticos e de Mao Zedong tiveram no desencadeamento da ruptura do pacto e das relações entre ambos. Mesmo quando há divergência no que diz respeito a como os líderes políticos foram retratados, as diferentes perspectivas, ainda assim, convergem para a importância que tais governantes apresentaram em todo o desenrolar histórico.

Mao, o líder supremo do sistema político chinês, pautou suas relações e ações com a União Soviética em suas próprias lutas internas e, em larga medida, manipulou e escalou as disputas ideológicas sino-soviéticas para seus propósitos domésticos, ou seja, pressionando por seus programas domésticos radicais, afirmando sua própria supremacia ideológica e verificando o poder e a influência de seus rivais políticos. Também é importante ressaltar como Mao mantinha esforços contínuos para tirar a atenção das consequências negativas de suas políticas internas, principalmente no que diz respeito ao “Grande Salto Adiante”. Stalin, por sua vez, também influenciou o relacionamento em grande medida, visto que as relações com a China conduzidas por ele foram enxergadas com desconfiança e estranheza devido ao seu modo assimétrico. Mao e os líderes chineses nunca esqueceram o modo como a URSS agiu em relação à China, plantando a semente da desconfiança que aprofundaria ainda mais com o passar dos anos. Por fim, as ações de Khrushchov também tiveram sua parcela de influência – principalmente no que diz respeito à posição estratégica empreendida por ele em relação ao Ocidente a partir do final da década de 1950.

Sino-Soviet Split: the Influence of the Respective Leaders and of Chinese Domestic Policy

ABSTRACT: The present article aims to analyze the development of the Soviet foreign policy towards the People's Republic of China, more precisely the end of the diplomatic relations that led to the split of the Sino-Soviet alliance by the end of the 1950s. Bearing in mind the relevance of the two most important communist countries then, the relevance of this scenario emerges as the diplomatic deterioration produced significant impacts for the unfolding of the Cold War. From its historical context and from the Soviet foreign policy towards China, this paper seeks, therefore, to discuss the arrangement of the Sino-Soviet alliance and the constraints that led to its disruption.

KEYWORDS: Sino-soviet Alliance. Soviet Foreign Policy. China. Cold War.

Referências

CH'EN, Jerome. *The Chinese Communist Movement to 1927*. In: FAIRBANK, John K. (Ed.). *The Cambridge History of China: Republican China 1912-1949, Part 1*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983. p. 505-526.

DANHUI, Li. *After Leaning to One Side: China and its Allies in the Cold War*. Washington, Dc: Woodrow Wilson Center Press, 2011.

JIAN, Chen; KUISONG, Yang. *Chinese Politics and the Collapse of the Sino-Soviet Alliance*. In: WESTAD, Odd Arne. *The Origins of the Sino-Soviet Alliance*. Washington, D.c.: Woodrow Wilson Center Press, 1998. p. 246-295.

JUN, Niu. *The Origins of the Sino-Soviet Alliance*. In: WESTAD, Odd Arne (Ed.). *Brothers in Arms: The Rise and Fall of the Sino-Soviet Alliance, 1945-1963*. Washington: The Woodrow Wilson Center Press, 1998. p. 47-90.

KAPLE, Deborah A. *Soviet Advisors in China in the 1950s*. In: WESTAD, Odd Arne (Ed.). *Brothers in Arms*. Washington: The Woodrow Wilson Center Press, 1998. p. 117-140.

KISSINGER, Henry. *On China*. New York: The Penguin Press, 2011.

LI, Mingjiang. Ideological dilemma: Mao's China and the Sino-Soviet split, 1962–63. *Cold War History*, Singapura, v. 3, n. 11, p.387-419, set. 2010.

LÜTHI, Lorenz M.. *The Sino-Soviet Split: Cold War in the Communist World*. New Jersey: Princeton University Press, 2008.

NAKAJIMA, Mineo. *Foreign relations: from the Korean War to the Bandung Line*. In: TWITCHETT, Denis; FAIRBANK, John K. (Ed.). *The Cambridge History of China: The People's Republic, Part 1: The Emergence of Revolutionary China 1949-1965 Cambridge Histories*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. p. 259-283.

PALESE, Adriana. *The Great Leap Forward (1958-1961): Historical events and causes of one of the biggest tragedies in People's Republic of China's history*. Høstterminen: Lunds University, 2009.

PERSAK, Krzysztof. The Polish – Soviet confrontation in 1956 and the attempted Soviet military intervention in Poland. *Europe-Asia Studies*, [s.l.], v. 58, n. 8, p.1285-1310, dez. 2006.

PLESHAKOV, Constantine. *Nikita Khrushchev and Sino-Soviet Relations*. In: WESTAD, Odd Arne (Ed.). *Brothers in Arms: The Rise and Fall of the Sino-Soviet Alliance, 1945-1963*. Washington: The Woodrow Wilson Center Press, 1998. p. 226-245.

SAVRANSKAYA, Svetlana; TAUBMAN, William. *Soviet foreign policy, 1962–1975*. Cambridge Histories Online, Cambridge, v. 7, n. 90, p.134-157, abr. 2010.

TEIWES, Frederick C. *Establishment and consolidation of the new regime*. In: TWITCHETT, Denis; FAIRBANK, John K.. *The Cambridge History of China: The People's Republic, Part 1: The Emergence of Revolutionary China 1949-1965 Cambridge Histories*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. p. 51-143.

WANG, Dong. *The Quarrelling Brothers: New Chinese Archives and a Reappraisal of the SinoSoviet Split, 1959-1962*. Washington: Woodrow Wilson International Center For Scholars, 2012.

WEATHERSBY, Kathryn. *Stalin, Mao and the End of the Korean War*. In: WESTAD, Odd Arne (Ed.). *Brothers in Arms: The Rise and Fall of the Sino-Soviet Alliance, 1945-1963*. Washington: The Woodrow Wilson Center Press, 1998. p. 90-116.

WESTAD, Odd Arne. *Introduction*. In: WESTAD, Odd Arne (Ed.). *Brothers in Arms: The Rise and Fall of the Sino-Soviet Alliance, 1945-1963*. Washington: The Woodrow Wilson Center Press, 1998. p. 1-47.

ZHANG, Hongzhou; LI, Mingjiang. *Sino-Indian Border Disputes*. Ispi, Singapura, v. 5, n. 181, p.1-10, jun. 2013.

Política Externa Soviética sob Brejnev (1964-1982): a Marinha Soviética como Instrumento de Poder Político

Douglas de Quadros Rocha¹

RESUMO: Este artigo busca analisar as relações entre a Marinha Soviética e a prática da Política Externa Soviética, sobretudo no Terceiro Mundo, durante o período em que esteve sob a liderança de Leonid Brejnev (1964-1982). Partindo da concepção estratégica de Julian Corbett, a evolução e atuação da Marinha Soviética ao longo do século XX podem ser compreendidas em sua essência defensiva. Na década de 1970, a União Soviética se estabeleceria como uma potência genuinamente global e, para tanto, passou a aplicar sua política externa ao Terceiro Mundo, instrumentalizando suas capacidades navais em favor de seus interesses estratégicos nos termos da disputa da Guerra Fria.

PALAVRAS-CHAVE: União Soviética. Política Externa. Segurança Internacional. Marinha. Guerra Fria. Terceiro Mundo.

¹ Graduando de Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

1 Introdução

As características geográficas russas, cujo território se estende pela amplitude dos continentes europeu e asiático, fazem da Federação Russa uma potência fortemente territorial. Apesar de ter acesso marítimo em diversas de suas fronteiras, seja no Oceano Pacífico e no Ártico, seja no Mar Báltico e Mar Negro, boa parte de suas costas permanecem congeladas durante boa parte do ano. Tal condição impõe constrangimentos que influenciam na concepção estratégica da Rússia, uma vez que todos os acessos aos mares esbarram em pontos de estrangulamento, como os Estreitos Turcos no Mar Negro e os Estreitos Dinamarqueses no Mar Báltico (BUSHKOVITCH, 2014). Assim, a construção de uma Marinha capaz de atuar nos grandes oceanos globais, sendo capaz de projetar poder nas principais linhas de comunicação do mundo, tornou-se um objetivo a ser conquistado ao longo dos séculos. Tal objetivo, que remonta do período czarista, no entanto, só foi conquistado sob a liderança de Leonid Brejnev (1964-1982), quando a União Soviética dispôs dos meios necessários para atuar além de seu entorno estratégico, sobretudo nos países do Terceiro Mundo (THOMPSON, 2003).

Partindo da concepção estratégica do inglês Julian Corbett a respeito da importância da Marinha como instrumento de projeção de poder e controle do mar, o presente trabalho pretende analisar em que medida a Marinha Soviética foi importante na política externa da União Soviética como potência propriamente global durante a liderança de Brejnev. A hipótese inicial atribui às forças navais soviéticas um papel central para a projeção de poder efetivamente global adquirida pela União Soviética na década de 1970, principalmente em relação ao Terceiro Mundo.

O artigo está dividido em três partes, além da introdução e conclusão: a primeira seção apresenta a concepção de Corbett sobre a importância da Marinha como instrumento de política externa no Sistema Internacional; a segunda seção apresenta a evolução estratégica da Marinha Soviética ao longo do século XX; a terceira e última seção pretende demonstrar de que maneira o desenvolvimento da Marinha Soviética nos anos 1970 foi importante para a sua política externa no Terceiro Mundo, sobretudo no Oriente Médio.

2 A Visão Corbettiana Sobre as Forças Navais

O início do século XX foi marcado por um salto qualitativo nas tecnologias, assim como na resistência, letalidade e precisão empregadas às capacidades navais das principais esquadras do mundo. A corrida naval desencadeada poucos anos antes da eclosão da Primeira Guerra Mundial resultou no desenvolvimento dos grandes encouraçados, principalmente pela *Royal Navy*, “Senhora dos Mares” por cerca de dois séculos (KENNEDY, 1989). Devido a estas transformações no campo militar, houve a necessidade de uma maior teorização sobre a guerra marítima de modo a se adaptar à era dos encouraçados. Assim, dois nomes se destacaram no período: o Almirante estadunidense Alfred Mahan e o estrategista inglês Sir Julian Corbett. As obras *The Influence of Sea Power upon History (1660-1783)*, escrita em 1890 por Mahan, e *Some Principles of Maritime Strategy* escrita em 1911 por Corbett, são consideradas até os dias atuais como marcos iniciais da estratégia marítima.

Dado o objeto do presente artigo, isto é, a Marinha Soviética e sua relação com a política externa soviética, mostra-se útil a compreensão teórica desenvolvida por Corbett, uma vez que a estratégia marítima da União Soviética ao longo da Guerra Fria foi em grande medida influenciada pela visão corbettiana. Fortemente influenciado por Carl von Clausewitz, Corbett buscou aplicar os princípios da teoria clausewitziana à guerra marítima, uma vez que o estrategista prussiano se ateve apenas à guerra terrestre. Em sua obra *Some Principles*, Corbett (1911) apresentou uma crítica à visão de Mahan, pontuando os princípios que, segundo a sua concepção, estavam mais alinhados à guerra marítima do século XX. Dentre os mais relevantes princípios estão: i) a Marinha deve atuar em favor de interesses e objetivos políticos; ii) o principal objetivo das forças navais é o controle e o comando do mar através das linhas de comunicação marítimas; iii) a interdependência entre as forças terrestres e as forças navais; iv) a defesa prevalece sobre o ataque.

Para início, cabe sublinhar o reconhecimento feito por Corbett sobre a importância das forças navais como instrumento para o desenvolvimento nacional, mas sobretudo para atingir objetivos políticos. Segundo o estrategista, não se pode desvincular as capacidades militares dos interesses políticos nacionais desenvolvidos no interior da política externa, a qual orienta os objetivos da Marinha (CORBETT, 1911).

Os interesses políticos seriam superiores aos interesses militares, limitados a objetivos táticos, e a Marinha constituiria assim um importante instrumento da política externa do Estado no Sistema Internacional. No caso soviético, fica nítida a inter-relação entre os objetivos de política externa e a obtenção de vantagens militares, estabelecendo facilidades navais com os principais aliados políticos no Terceiro Mundo: um exemplo clássico é a relação político-militar com o Egito a partir de 1956, durante a liderança do presidente Gamal Abdel Nasser (DRAGNICH, 1974; HALLIDAY, 2005).

O princípio central em torno do qual toda a teoria corbettiana gravita é a importância do controle das linhas de comunicação marítimas. Segundo Corbett (1911), a capacidade de projetar poder, seja durante a guerra, seja durante os períodos de paz, está intimamente ligada ao controle dos principais corredores marítimos nos grandes oceanos. Uma vez que tal controle fosse alcançado, as embarcações de uma potência poderiam aumentar sua flexibilidade de ação e atuar no suporte de suas forças terrestres, agindo de forma conjunta e coordenada, impedindo dessa maneira o acesso das forças navais inimigas ao território nacional (GOUGH, 1988). Assim, não se mostra necessária a completa destruição das forças navais inimigas, apenas o comando e controle destas linhas de comunicação (VIOLANTE, 2015), principalmente dos principais estreitos e estrangulamentos estratégicos.

Por fim, o último princípio corbettiano diz respeito à superioridade estratégica da defesa em relação ao ataque. Partindo dessa noção clausewitziana, Corbett era defensor de que a defesa deveria ser privilegiada em termos navais, devendo a Marinha privilegiar embarcações com maior flexibilidade de ação para a atuação com objetivos limitados e estratégicos (VOLANTE, 2015). Assim, grandes e pesadas embarcações deveriam ser evitadas em compensação de outras menores e mais leves, capazes de estarem presentes em locais específicos quando necessárias e defender o território nacional. Tal concepção defensiva ia ao encontro da concepção de segurança da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), também fortemente defensiva e que privilegiava a utilização de submarinos com mísseis estratégicos e embarcações capazes de atuar pontualmente nos principais cenários de disputa.

Como se verá a seguir, a concepção e construção da Marinha Soviética ao longo do século XX foi fortemente influenciada pelas concepções de Julian Corbett. Fundamentada em uma visão defensiva e altamente estratégica, a evolução histórica da Marinha Soviética representa a tentativa de consolidação como potência propriamente global, atuando para além do seu entorno estratégico.

3 Evolução Estratégica da Marinha Soviética

As origens da Marinha Soviética remontam ao período do Império Russo, mais precisamente durante o reinado de Pedro, o Grande (1682-1721). Até a ascensão de Pedro ao poder no império czarista, a Rússia era fortemente territorial, não dispendo de saídas para os chamados “mares quentes”, capazes de acessar as grandes linhas de comunicação oceânicas. Devido ao grande interesse do imperador por navios, Pedro estabeleceu como objetivo a elevação da Rússia à condição de potência em igual posição às outras potências europeias, e para atingir tal objetivo, fazia-se necessária a construção de uma Marinha adequada (BUSHKOVITCH, 2014). Durante seu reinado, a Rússia conquistou os territórios que davam acesso ao Golfo da Finlândia e ao Mar Báltico, onde edificou a futura capital russa, São Petersburgo, uma janela para o Ocidente, para as grandes rotas marítimas e em última instância, para o progresso (ANDERSON, 2004).

Outro período de expansão marítima importante foi durante o reinado de Catarina, a Grande (1762-1796), quando a Rússia conquistou os últimos territórios do vale do Don, tendo acesso ao Mar Negro e se estabelecendo como potência naval dominante na região. O Mar Negro se tornou assim um dos principais acessos ao interior russo, porta de entrada para boa parte do comércio internacional e projeção de poder em direção ao Mediterrâneo. No entanto, desde esse período, a expansão da presença naval russa no Mediterrâneo esbarrou nos interesses das principais grandes potências europeias, Grã-Bretanha e França, sem deixar de mencionar os constrangimentos impostos nos Estreitos Turcos. Por volta de 1890, a Rússia figurava como a terceira maior potência naval, apesar da derrota para as potências aliadas durante a Guerra da Crimeia (1853-1856), o que freou a projeção do poder naval russo na região.

Após a Revolução Russa de 1917, a União Soviética passou por um processo de reordenamento interno nos mais diversos âmbitos nacionais, incluindo a própria concepção estratégica da Marinha Soviética face à ameaça constante das forças capitalistas contrarrevolucionárias. Devido às conturbações nos primeiros anos após a Revolução, com a intervenção externa e uma guerra civil que se estendeu até 1922, foi durante a liderança de Josef Stalin, a partir de 1924, que a Marinha Soviética foi confrontada por uma disputa entre duas visões estratégicas: a Antiga Escola e a Nova Escola. A Antiga Escola, representada por Boris Gervais, advogava em favor da retomada da visão mahaniana adotada durante o período czarista, a qual estava fundamentada na estratégia de comando do mar (WHITTEN, 1998). Tal estratégia passava pela construção de uma Marinha de águas azuis capaz de proteger as linhas de comunicação soviéticas e impedir perigos anfíbios ao território nacional. Já a Nova Escola, representada por Mikhail Petrov, apesar de manter a necessidade de uma Marinha de águas azuis, defendia o desenvolvimento de submarinos e *destroyers* em ligação direta com a guerra de guerrilha em alto-mar (LOVETT, 2010a).

Apesar da vitória da Nova Escola, formou-se uma síntese entre as duas visões no final dos anos 1930, a chamada Escola Soviética. Tal síntese correspondeu ao ajustamento da visão da Nova Escola com a visão da Antiga Escola da doutrina do “comando limitado dos mares”, devendo as forças navais auxiliar as tropas terrestres em áreas críticas à segurança nacional (WHITTEN, 1998). A partir dessa nova concepção estratégica, a União Soviética passou a privilegiar a construção de submarinos e da aviação (LOVETT, 2010a). Como pode ser percebido, a Escola Soviética possuía uma visão de forte correspondência com a concepção de Corbett sobre a atuação da Marinha.

Nas vésperas da Segunda Guerra Mundial, durante os expurgos stalinistas dos anos 1930, a Marinha foi redimensionada por Stalin para a construção de grandes embarcações em igual posição às demais grandes potências. Um plano de construção naval foi posto em prática, priorizando navios de guerra, cruzadores pesados e submarinos, deixando em aberto a discussão sobre a construção e a implementação de porta-aviões na Marinha (LOVETT, 2010a). Tal discussão seria

retomada com força no período da liderança de Nikita Krushev nos anos 1950, sob a influência do Almirante Gorshkov.

Gorshkov é reconhecido como a principal personalidade envolvida na nova concepção estratégica da Marinha Soviética durante os anos de Krushev, e principalmente durante os anos Brejnev. Buscando dotar a União Soviética de uma Marinha de águas azuis, capaz de atuar globalmente, Gorshkov partiu da nova condição nuclear do pós-Segunda Guerra para traçar um plano de reaparelhamento naval. O plano desenhado era fortemente alicerçado na construção de uma força aérea, mas principalmente na construção de submarinos com capacidade de entrega dos novos artefatos nucleares, sendo capazes de impedir o acesso ao entorno estratégico soviético pelas contrapartes ocidentais durante a Guerra Fria (LOVETT, 2010b). Novas classes de submarinos foram desenvolvidas ainda durante os anos de Stalin, como a classe *Whisky* e a *Zulu*, ambas baseadas em modelos de submarinos alemães.

Para Krushev, no entanto, a era das grandes embarcações de superfície havia terminado. Influenciado pelos avanços tecnológicos dos armamentos nucleares, o líder soviético advogava pelo desenvolvimento de mísseis balísticos nucleares que em sua visão, haviam transformado o conceito de guerra no mar. Dessa forma, privilegiou a construção de submarinos capazes de lançar mísseis cruzadores submersos, em detrimento de uma frota mais balanceada composta por embarcações de superfície convencionais (LOVETT, 2010b). Devido a esta visão, Krushev compartilhava da ideia de que os porta-aviões se tornavam tão obsoletos quanto os navios de guerra, dentro do projeto de modernização lançado por Gorshkov. Para garantir a sua segurança, a União Soviética deveria se basear no desenvolvimento de capacidades nucleares que, de acordo com o líder soviético, apresentavam um maior custo-benefício que as capacidades navais convencionais. A Marinha Soviética estaria assim alicerçada em três pilares: uma frota de superfície, submarinos e uma força aérea (LOVETT, 2010b).

A partir desse momento, a União Soviética embarcou em uma corrida armamentista com os Estados Unidos em termos tecnológicos, de seus submarinos e porta-aviões. Buscando superar o desequilíbrio estratégico, Moscou se tornou cada vez mais dependente da construção e desenvolvimento de submarinos com capacidades nucleares. No entanto, tal situação de fragilidade seria exposta durante

a Crise dos Mísseis Cubanos de 1962, quando ficou evidente que embarcações de superfície, notoriamente os porta-aviões estadunidenses, ainda prevaleciam em conflitos de baixa intensidade (LOVETT, 2010b). A derrota humilhante de Kruschev face à Crise dos Mísseis foi a causa de sua posterior queda como líder da União Soviética e, mais ainda, representou uma mudança na concepção da Marinha Soviética a respeito dos porta-aviões que passaram a ser incorporados em sua estrutura a partir da década de 1960, já sob a liderança de Leonid Brejnev (LOVETT, 2010b).

4 O Período Brejnev e a Construção da Potência Global Face ao Terceiro Mundo

O período em que a União Soviética esteve sob a liderança de Leonid Brejnev pode ser considerado como o auge e amadurecimento do poder da superpotência soviética em termos políticos e militares. Em quase duas décadas, entre 1964 e 1982, a União Soviética buscou superar a assimetria existente em relação aos Estados Unidos, utilizando as margens criadas pela *Détente* para se desenvolver internamente rumo à condição de uma potência propriamente global (THOMPSON, 2003). Boa parte do caminho para alcançar tal objetivo passou pelo desenvolvimento e modernização da Marinha, capaz de atuar globalmente em favor dos interesses de Moscou, principalmente nos países do Terceiro Mundo que se libertavam das amarras do colonialismo europeu. Nesse sentido, Brejnev soube instrumentalizar o poder militar soviético em favor dos interesses políticos com relação a estes países, estabelecendo pontos de apoio militar estratégicos nas principais linhas de comunicação do mundo.

Durante a segunda metade da década de 1960, a União Soviética passou por um processo de modernização militar que já vinha do período Kruschev, como visto anteriormente. Tal processo foi acompanhado pelo aumento da projeção de poder soviética em direção aos principais mares e oceanos do mundo, tendo estabelecido pela primeira vez uma presença permanente no Mediterrâneo (1964), no Oceano Índico (1968) e no Caribe (1969) (GOLAN, 1989; THOMPSON, 2003). Para isto, o debate sobre a incorporação de porta-aviões na Marinha Soviética foi trazido à tona e ficou clara a necessidade deste tipo de embarcação para o futuro da batalha

naval. Apesar de enfrentar resistências por autoridades que advogavam em favor dos submarinos, conjuntamente com a força aérea, os porta-aviões se mostraram essenciais para fazer frente aos submarinos *Polaris* estadunidenses, lançadores de mísseis nucleares, presentes no Mediterrâneo (GOLAN, 1989). A partir desta nova concepção estratégica, as novas classes de porta-aviões *Moskva* e *Kiev* poderiam servir para o estabelecimento da hegemonia soviética em regiões do mundo vitais para seus interesses, assim como para a defesa das linhas de comunicação marítimas (LOVETT, 2010b).

Para estabelecer uma presença genuinamente global, no entanto, fazia-se necessário que Moscou tivesse a sua disposição uma série de bases de apoio militar capazes de receber e abastecer as novas embarcações de guerra em construção. E é a partir deste momento que a política externa da União Soviética passou a considerar em maior grau as relações com o Terceiro Mundo e os países que se tornavam independentes. No entanto, cabe salientar que apesar dos objetivos globais de sua política externa, Moscou acabou priorizando as relações com os países do Terceiro Mundo de seu entorno estratégico direto, com especial destaque para o Oriente Médio e o Mediterrâneo (GOLAN, 1989; HALLIDAY, 1982). A justificativa dessa atitude está na elevada consideração que a segurança nacional possuía no pensamento estratégico soviético, dentro de um sistema bipolar majoritariamente capitalista em permanente hostilidade ao subsistema socialista.

No final da década de 1960, a União Soviética passou a utilizar nas práticas de sua política externa a chamada diplomacia naval ou coercitiva. Dotada agora de capacidades navais consideráveis e com uma maior disposição para atuar no Terceiro Mundo, Moscou recorreu à força como instrumento diplomático pela primeira vez em 1967, durante a Guerra dos Seis Dias. No entanto, vale destacar que tal postura soviética, ao contrário das percepções dos países ocidentais, estava pautada por uma posição defensiva: os movimentos tomados pela Marinha Soviética ao redor do globo tinham como objetivo principal deter as forças nucleares ocidentais, sobretudo forças dos Estados Unidos representados pela Sexta Frota, estacionada no Mediterrâneo (IISS, 1979). Outros objetivos se resumiam a exercícios navais regulares, como forma de pressão política e militar, além de assegurar o controle

sobre as linhas de comunicação marítimas com o Terceiro Mundo, tanto para ações militares, quanto econômicas.

Tal forma de diplomacia coadunava interesses militares e políticos em relação aos países do Terceiro Mundo, mas se inseria na própria lógica da disputa bipolar da Guerra Fria. Ao expandir as relações diplomáticas, econômicas e militares com estes países, a União Soviética assegurava uma maior margem de manobra em situações de crises que conflitassem com os interesses dos países ocidentais (IISS, 1979). Boa parte das relações diplomáticas com estes países era acompanhada por tratados de ajuda econômica, fornecimento de material bélico ou treinamento militar, e em alguns casos estratégicos, pela disponibilidade de facilidades navais nos principais portos. Com o acesso a estes portos, a Marinha Soviética possuía pontos de apoio para abastecimento e manutenção de suas capacidades, o que possibilitava uma presença permanente em áreas distantes e com um raio de operação muito maior do que se dependesse apenas de seus portos nacionais (GOLAN, 1979; IISS, 1979). Dessa forma, a União Soviética reafirmava sua posição e projeção de força como uma potência genuinamente global face aos Estados Unidos.

A Figura 1, abaixo, mostra os principais países do Terceiro Mundo em que a União Soviética dispunha de facilidades navais ao longo das quase duas décadas da liderança de Brejnev. O interessante a se notar é que boa parte destas facilidades eram concedidas por países estrategicamente localizados nas principais linhas de comunicação marítimas e pontos de estrangulamento do mundo, como Egito, Etiópia e Iêmen do Sul, que davam acesso ao Canal de Suez e ao acesso entre o Mar Vermelho e o Oceano Índico.

Figura 1: Facilidades navais soviéticas no Terceiro Mundo (1964-1982)²



Fonte: GOLAN, 1979; IISS, 1979. Elaboração do autor.

Estas facilidades navais se mostraram extremamente importantes durante as principais crises dos anos 1970, quando as forças soviéticas demonstraram eficiência na entrega de material bélico e envio de tropas de suporte para os principais países terceirmundistas envolvidos. Três situações merecem destaque: a Guerra de Yom Kippur (1973), a Guerra Civil Angolana e a Guerra de Ogaden (1977-1978). Nas duas guerras árabe-israelenses de 1967 e 1973, a União Soviética foi a principal responsável pelo suporte de material bélico aos países árabes envolvidos. Desde 1956 o Egito figurava como o aliado estratégico mais importante na região e desde então vinha estreitando os laços econômicos e militares com Moscou, sobretudo devido à tendência antiimperialista de Abdel Nasser (DRAGNICH, 1974). Apoiadora dos regimes nacionalistas anti-imperialistas no Oriente Médio, a União Soviética figurou como a principal aliada dos países árabes contra os interesses ocidentais e israelenses na região (WOLFE, 1969). Após a humilhante derrota árabe sofrida na Guerra dos Seis Dias (1967), a ajuda militar concedida por Moscou na Guerra de Yom Kippur foi essencial para evitar a repetição do mesmo destino catastrófico,

² Os seguintes países ofereciam facilidades navais para a URSS: Angola, Argélia, Benin, Cuba, Egito (até 1976), Etiópia, Líbia, República Democrática Popular do Iêmen, Síria, Somália (até 1977), Tunísia e Vietnã. Egito e Somália se destacam por terem mudado seus alinhamentos dentro da ordem da Guerra Fria durante o período Brejnev. (GOLAN, 1979; IISS, 1979).

o que garantiu à União Soviética um grande prestígio político e militar entre os povos árabes (THOMPSON, 2003).

Já nos outros dois eventos, tanto na Guerra Civil Angolana, quando na Guerra de Ogaden, uma semelhança os une: a participação de soldados cubanos em apoio aos interesses aliados de Moscou. Aqui vale destacar o papel de aprovisionamento de tropas cubanas e de material bélico para o Movimento de Libertação da Angola (MPLA) e para o governo etíope de Mengistu, respectivamente, em cada um dos conflitos. Ao utilizar suas forças navais desta maneira, a União Soviética demonstrou alto grau de flexibilidade e projeção de poder em escala global, atuando em favor de seus aliados no Terceiro Mundo, condição até então vinculada somente aos Estados Unidos (THOMPSON, 2003). A consequência de longo prazo dessa situação foi a progressiva dependência destes aliados em relação à ajuda econômica e militar fornecida pela União Soviética, mantendo os laços em favor dos interesses soviéticos, e consequentemente aumentando a projeção de poder e influência política soviéticas no Terceiro Mundo (GOLAN, 1979).

No entanto, os anos 1970 foram marcados também por mudanças políticas e estratégicas com relação a alguns países terceiro-mundistas, sobretudo no Egito e na Somália. Com relação ao Egito, aliado estratégico de longa data, a anulação do tratado de amizade em 1975 e a anulação das facilidades navais representaram uma mudança de alinhamento que resultaram na passagem do Egito para a influência ocidental após os Acordos de *Camp David*, em 1978 (CARRERAS, 1995; HALLIDAY, 2005). No entanto, tal perda estratégica no Oriente Médio foi compensada por uma maior aproximação com os regimes na Líbia e na Síria (GOLAN, 1979). Com relação à Somália, o apoio soviético dado ao regime marxista da Etiópia durante a Guerra de Ogaden rompeu a aliança com o governo somali. Tal ruptura representou a perda pela União Soviética das facilidades navais na entrada do Mar Vermelho, o que limitou a presença soviética no Oceano Índico, área considerada estratégica após o Mar Mediterrâneo (GOLAN, 1979).

Assim, por volta do final da década de 1970, a União Soviética dispunha de certa paridade em termos estratégicos com os Estados Unidos e poderia ser considerada uma potência com alcance e atuação genuinamente globais. Os anos sob a liderança de Brejnev representaram para a Marinha Soviética uma relativa

modernização e expansão em termos de submarinos e porta-aviões capazes de dissuadir as principais forças ocidentais em seu entorno estratégico e linhas de comunicação. Apesar das mudanças desfavoráveis à Moscou ao longo dos anos 1970, sobretudo nos casos do Egito e da Somália, o poder internacional soviético se manteve com o fortalecimento de relações com outros países que consolidaram regimes de tendência marxista-leninista, como em Angola, Etiópia e Iêmen do Sul. A atuação da União Soviética nos principais eventos internacionais, ao longo do período, demonstrou a crescente importância conferida aos países do Terceiro Mundo, sobretudo como margem para o aumento de seu poder relativo dentro da disputa bipolar da Guerra Fria.

5 Considerações Finais

O período em que a União Soviética esteve sob a liderança de Leonid Brejnev (1964-1982) pode ser considerado o auge do poder relativo da superpotência soviética nos termos da disputa Leste-Oeste na Guerra Fria. As capacidades e condições sobre as quais a União Soviética pôde agir foram resultado de um longo processo de reestruturação interna iniciada ainda no período stalinista. Neste processo, a Marinha Soviética não poderia ficar excluída, dado que buscou acompanhar as mudanças no *status* relativo soviético, rumo ao de uma superpotência com alcance e atuação genuinamente globais. Ao fim do período analisado, a União Soviética havia superado com relativo sucesso as assimetrias estratégicas que a separava dos Estados Unidos, tendo condições inclusive de agir no Terceiro Mundo e expandir sua área de influência política, econômica e militar.

Quando se analisa a concepção estratégica da Marinha Soviética, é visível o seu caráter eminentemente defensivo. Contrariando a opinião de muitos acadêmicos e políticos ocidentais que percebiam na atuação soviética uma espécie de plano de dominação mundial, a estratégia política e militar soviética visava, sobretudo, assegurar a defesa de seu território nacional e entorno estratégico. Em termos marítimos, a síntese representada pela Escola Soviética demonstrou uma forte influência das visões do estrategista inglês Sir Julian Corbett, o qual concedia especial importância à defesa em comparação ao ataque, mas sobretudo ao controle limitado dos mares e das principais linhas de comunicação marítimas. Tais percepções estão alinhadas

com as opções tomadas pela União Soviética na construção de uma Marinha com capacidade de dissuasão e de controlar os principais estrangulamentos e linhas de comunicação que condicionavam sua atuação global.

Em termos de política externa, mostrou-se extremamente pragmática, sobretudo sob a liderança de Brejnev nos anos 1970. Neste período houve a síntese entre interesses políticos e militares, o que só foi possível graças ao desenvolvimento soviético em termos militares e econômicos, impulsionando a política externa soviética cada vez mais em direção ao Terceiro Mundo. Tal movimento foi propício em razão da *Détente* estabelecida com os Estados Unidos, o que liberou energias para expandir sua influência nesta nova arena de disputas da Guerra Fria. O que se pôde perceber é que, apesar de utilizar de acordos econômicos e militares, além de facilidades navais por parte dos regimes favoráveis à Moscou, a Marinha Soviética agiu de forma estratégica e pragmática, priorizando acima de tudo a segurança nacional em detrimento de uma projeção de poder realmente ofensiva.

Assim, a relação entre a Marinha Soviética e sua política externa pode ser considerada fortemente relacionada, uma vez que as capacidades navais forneceram as condições para que a URSS pudesse desempenhar uma atuação internacional mais arrojada em posição de força sem precedentes. No entanto, tais capacidades navais foram instrumentalizadas nas relações com o Terceiro Mundo, não sendo seu objetivo principal a expansão ofensiva em direção a estes países, mas sim a defesa da integridade nacional e do subsistema socialista face às forças hostis dispostas pelo Ocidente em seu entorno estratégico.

Soviet Foreign Policy Under Brejnev (1964-1982): the Soviet Navy as an Instrument of Political Power

ABSTRACT: This article seeks to analyze the relations between the Soviet Navy and the practice of Soviet Foreign Policy, especially in the Third World, during the period in which it was under the leadership of Leonid Brezhnev (1964-1982). Starting from the strategic conception of Julian Corbett, the evolution and performance of the Soviet Navy throughout the 20th century can be understood in its defensive essence. In the 1970s, the Soviet Union would establish itself as a genuinely global power and, to this end, began to apply its foreign policy in the Third World, instrumentalizing its naval capabilities in favor of its strategic interests under the Cold War dispute.

KEYWORDS: Soviet Union. Foreign Policy. International Security. Navy. Cold War. Third World.

Referências

- ANDERSON, P. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BUSHKOVITCH, P. *História Concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014.
- CARRERAS, J. *El Mundo Árabe e Israel*. 2 ed. Madrid: ISTMO, p.145-201, 1995.
- CORBETT, J. *Some Principles of Maritime Strategy*. London: Longmans, Green and Co, 1911.
- DRAGNICH, G. S. *The Soviet Union's Quest for Access to Naval Facilities in Egypt prior to the June War of 1967*. Springfield: NTIS, 1974.
- GOLAN, G. The Soviet power and policies in the third world: The Middle East. *The Adelphi Papers*. Londres: IISS, v. 19, n. 152, p. 47-54, 1979.
- GOUGH, B. M. Maritime strategy: The legacies of Mahan and Corbett as philosophers of sea power. *The RUSI Journal*. Londres: RUSI, v. 133, n. 4, p. 55-62, 1988.
- HALLIDAY, F. *L'URSS et le Monde arabe*. Paris: Le Sycomore, 1982.
- _____. *The Middle East in International Relations: Power, Politics and Ideology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

IISS. The soviet navy as a political instrument. *Strategic Survey*. Londres: IISS, v. 80, n. 1, p. 20-24, 1979.

KENNEDY, P. *Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

LOVETT, C. The Russian/Soviet Navy, 1900-1945. In: HIGHAM, R; KAGAN, F.W. *The Military History of Soviet Union*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2010a.

_____. The Soviet Cold War Navy. In: HIGHAM, R; KAGAN, F.W. *The Military History of Soviet Union*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2010b.

THOMPSON, William. *The Soviet Union under Brezhnev*. Londres: Pearson Longman, 2003.

VIOLANTE, A. R. A teoria do poder marítimo de Mahan: uma análise crítica à luz de autores contemporâneos. *Revista Escola de Guerra Naval*. Rio de Janeiro: EGN, v. 21, n. 1, p. 223-260, 2015.

WHITTEN, R. Soviet sea power in retrospect: Admiral of the fleet of the Soviet Union Sergei G. Gorshkov and the rise and fall of the Soviet Navy. *The Journal of Slavic Military Studies*, v. 11, n. 2, p. 48-79, 1998.

WOLFE, T. W. The USSR and the Arab World. In: *Middle East Institute*, 1969, Washington DC.

A Política Soviética Para o Egito e Seus Desdobramentos Sobre a Primeira Crise do Suez

*Bruna Hayashi Dalcin
Laura Schaan Chiele¹*

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo principal analisar a influência da União Soviética (URSS) no Oriente Médio, mais especificamente no Egito, e seus impactos na Primeira Crise do Suez. Considerando que esse evento foi um acontecimento que se insere na dinâmica bipolar da Guerra Fria, este trabalho busca delinear os condicionantes e os impactos da Crise através da análise do contexto histórico, da política externa soviética para o Oriente Médio e da evolução da presença da URSS no Egito. Através da revisão bibliográfica, constatam-se as linhas de atuação da URSS no Terceiro Mundo, seus objetivos no mundo árabe e a importância da aliança egípcia-soviética para ambos os Estados. Por fim, conclui-se que a Crise do Suez foi um episódio marcante na Détente, estreitando os vínculos entre o Terceiro Mundo e a União Soviética, sinalizando o fim da presença britânica no Egito e a decadência das antigas potências coloniais e consolidando Nasser como um símbolo do pan-arabismo e do Movimento dos Não-Alinhados.

Palavras-chave: Política externa soviética, Crise do Suez, Egito, Nasserismo, Guerra Fria.

¹ Graduandas de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

1 Introdução

O presente artigo tem por objetivo compreender a influência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) na crise do Canal de Suez, de 1956, no Egito, através do embasamento teórico dos conflitos intersistêmicos abordado por Fred Halliday. Nesse sentido, busca-se fornecer entendimento acerca da conjuntura internacional que antecede e culmina nessa disputa. Logo, o problema desta reflexão consiste na análise dos condicionantes da Crise do Suez a partir da suposição de que essa se inseriu em um cenário internacional específico, o da Guerra Fria, identificando-se, assim, implicações sistêmicas sobre esse conflito.

Na primeira seção, analisa-se, através da concepção intersistêmica de Halliday, o contexto histórico do surgimento da Crise do Suez, tendo como ponto de partida o término da Segunda Guerra Mundial, investigando-se a evolução e as prioridades que pautavam a postura externa das duas grandes potências. A partir da compreensão desse cenário, é possível entender as motivações e os objetivos da URSS no Terceiro Mundo, questão que configura a segunda abordagem do presente artigo. Na respectiva seção, pretende-se associar as linhas de atuação externa da União Soviética ao caso específico do mundo árabe. Logo, a compreensão gradual da conduta soviética, primeiramente em relação às diretrizes mais gerais de seu comportamento internacional, seguida do afunilamento à questão árabe, permite que se explore o caso particular do Egito com embasamento mais consistente. Logicamente, as duas últimas divisões desta reflexão tratam da atuação da URSS no Egito e do papel desta na Crise do Suez, respectivamente.

Portanto, a disposição do presente trabalho ilustra o anseio de fornecer compreensão global acerca da crise no Canal do Suez, conferindo importância central à conjuntura peculiar do período na determinação da política externa soviética, mas também às especificidades presentes na dinâmica da periferia internacional. Desse modo, a pesquisa justifica-se pela importância de se analisar como transcorreu a interação entre um dos pólos de poder da Guerra Fria, a União Soviética, e o Terceiro Mundo, representado pelo Egito.

2 Contexto Histórico

Para que se entenda o significado de determinado evento no sistema internacional, a análise e compreensão da conjuntura na qual esse está inserido é crucial. Assim, para fins da presente reflexão, que se propõe a investigar a influência soviética na primeira crise do Suez, recorta-se o período desde o término da Segunda Guerra Mundial até a deflagração desta - intervalo que coincide com duas fases da Guerra Fria: a primeira, de 1945 a 1949, é marcada pelas divergências entre os Estados Unidos e a URSS, no que concerne aos planos dessas potências para o pós-guerra; a segunda, que se estende de 1950 a 1962, corresponde à projeção do conflito Leste-Oeste à periferia (VISENTINI, 2005).

Com intuito de conferir embasamento mais consistente ao entendimento do contexto da Guerra Fria, introduz-se a concepção de Fred Halliday (1994) acerca da categorização e estruturação desse conflito. Em sua obra, *Rethinking International Relations*, o autor traz a ideia do caráter “intersistêmico” da Guerra Fria, abordagem que se contrapõe às mais variadas visões teóricas sobre o tema, tais como a realista, a “subjetivista” e a “internalista”². A percepção intersistêmica alega que a Guerra Fria constituiu um conflito entre dois sistemas essencialmente incompatíveis, caracterizados por organizações políticas e sociais divergentes (HALLIDAY, 1994). Nas palavras do autor,

O conflito inter-sistêmico é uma forma específica de conflito inter-estadual e inter-social, em que as formas convencionais de rivalidade - militares, econômicas, políticas - são agravadas, e muitas vezes legitimadas, por uma divergência geral de normas e políticas sociais. (HALLIDAY, 1994, p. 170, tradução livre).

Assim, Halliday (1994) aponta a hostilidade Leste-Oeste da Guerra Fria como consequência da disputa entre dois sistemas opostos, fundamentalmente competitivos e universalizantes, sendo apenas possível dar fim a essa por meio da extinção de um dos blocos. Tendo isso em vista, percebe-se que a universalização desse conflito se deu através de diversos mecanismos, mas principalmente por meio

² Para Halliday (1994), a teoria realista enxerga a Guerra Fria como uma extensão da política tradicional das grandes potências; a abordagem “subjetivista” atribui às percepções dos formuladores da política externa papel central na elaboração desta, podendo até se ter evitado o conflito, caso as informações entre a URSS e os EUA fossem mais fluídas; a concepção “internalista”, fazendo jus ao nome, localiza o desenvolvimento do conflito internamente aos blocos.

do apoio político e material a grupos ou países com projetos convergentes aos das potências, tendo essas o objetivo de estabelecer e solidificar áreas de influência, garantindo a difusão da disputa intersistêmica por todo o globo.

Tendo esclarecido no que consistiu o fenômeno da Guerra Fria, identificam-se os dois sistemas que se opuseram no período: de um lado, sob a égide norteamericana, o capitalismo ocidental, calcado na lógica do livre mercado; do outro, o complexo socialista, conduzido pelo comunismo soviético. Ainda que a ordem internacional estivesse dividida em dois pólos de poder, existia um hegemônico, nomeadamente, os Estados Unidos. A hegemonia estadunidense traduziu-se na implementação de instrumentos diplomáticos, políticos e econômicos que garantissem a estruturação da ordem internacional conforme os moldes americanos, constituindo-se, assim, a *Pax Americana* (VISENTINI; PEREIRA, 2012). A elaboração do Plano Marshall³, a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e o estabelecimento do Sistema Bretton Woods⁴ são alguns eventos que refletem a ordem internacional arquitetada.

Nesse sentido, o imediato pós-guerra foi marcado, então, pela solidificação do poderio americano e o constrangimento da União Soviética. Além de direcionar esforços para a reestruturação interna, a URSS teria de se defender do propagandismo anti-comunista estimulado pelo lado ocidental. O perigo soviético e a defesa do mundo livre seriam os elementos propulsores e legitimadores da Guerra Fria, e o inimigo a ser combatido, anteriormente representado pelo Eixo, seria substituído pelo “comunismo subversivo” (VISENTINI; PEREIRA, 2012). Dadas as circunstâncias, e estando os esforços de ambas potências direcionados, inicialmente, à delimitação de esferas de influência no continente europeu, era vital à União Soviética garantir a segurança de seu entorno. Para tanto, buscou firmar alianças com os países vizinhos da Europa Oriental, os quais configurariam um escudo protetor em caso de ameaça ao seu território (MICHELENA, 1977).

O escalonamento das tensões entre Estados Unidos e União Soviética é evidenciado pela série de eventos que se sucederam no cenário internacional no final dos anos quarenta, tais quais: o atrito gerado entre as duas potências em função

3 Foi um programa de reconstrução direcionado aos países afetados pela Segunda Guerra - excluindo-se a URSS e a Europa Oriental -, elaborado após o término desta, financiado pelos Estados Unidos. (MICHELENA, 1977).

4 Estabelecido em 1944, foi o sistema monetário instaurado no pós-guerra, o qual estabeleceu a conversibilidade dólar-ouro.

da delonga da retirada das tropas soviéticas do Irã, em 1946; a proclamação de Winston Churchill sobre a existência de uma “cortina de ferro”, também em 1946, que dividiria o lado europeu ocidental do oriental, isolando o sistema socialista; o surgimento da doutrina Truman, que previa a contenção do avanço comunista; a criação da CIA⁵ e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)⁶, em 1947 e 1949, respectivamente, pelos americanos, e a formação, nos mesmos anos, do Cominform⁷ e do Conselho para Assistência Mútua Econômica (CAME ou Comecon)⁸, pelos soviéticos (MICHELENA, 1977; VISENTINI; PEREIRA, 2012). Logo, observou-se no referido período a intensificação do conflito inter-sistêmico, através da criação de instrumentos que ampliassem os recursos dos dois pólos de poder.

Entretanto, mesmo que o foco inicial estivesse direcionado ao continente europeu, o confronto bipolar igualmente desdobrou-se sobre o Terceiro Mundo. Tanto os soviéticos como os americanos visavam ao estabelecimento de áreas de influência por todo o globo, buscando a supressão do bloco rival. Assim, segundo Visentini (2014), as consequências da Segunda Guerra Mundial - tais como o rechaço ao colonialismo e a defesa da autodeterminação - também atingiram a periferia do sistema internacional. Desse modo, com a emergência da Guerra Fria e a ascensão de novos princípios norteadores da ordem mundial, uma série de movimentos terceiro-mundistas em prol da independência eclodiram (VISENTINI, 2014).

Conforme Gelson Fonseca Jr. (1995), ainda que o movimento terceiro-mundista tenha se manifestado como um grupo oposto à dinâmica de poderes da Guerra Fria, representando uma via de atuação “não-alinhada” no cenário internacional, a carência por parte dos países membros de dispositivos que permitissem a realização de seus interesses próprios era visível. Segundo o autor, a consolidação de legitimidade configuraria a solução para o referido problema. Essa seria obtida através da elaboração de políticas em consonância com aquelas pautadas por um dos sistemas - soviético ou capitalista -, ou da promoção de um discurso “universalista⁹” (FONSECA JR, 1995). Logo, depreende-se que, no período da Guerra

5 Central Intelligence Agency - Agência de Inteligência norte-americana.

6 Era uma aliança militar, baseada no sistema coletivo de defesa.

7 Representava a Agência de Informação Comunista.

8 Prezava pela integração econômica dos países do leste europeu.

9 Baseia-se, segundo Gelson Fonseca (1995, p. 136), “na constituição de soluções que, diferentemente das patrocinadas pelas superpotências, de cunho parcial, tenham sentido universal.”

Fria, todos acontecimentos e decisões foram em certa medida condicionadas e influenciadas pela disputa Leste-Oeste.

Em relação ao mundo árabe especificamente, percebe-se que a região aglutinou todas essas tendências. De acordo com Visentini (2014), o declínio dos impérios coloniais nutriu as aspirações nacionalistas, fomentando anseios pela unidade árabe - os quais foram refletidos, por exemplo, na criação da Liga dos Estados Árabes, em 1945, sob a liderança egípcia. Para o autor, a região experienciou uma nova fase a partir de 1949, momento no qual diversos projetos de independência e revoluções de caráter anti-imperialista, e até socialistas, começaram a se manifestar. Contudo, como mencionado, esses movimentos estariam subordinados ao contexto da Guerra Fria.

O caso egípcio ilustra o padrão referido: a presença colonial britânica foi substituída pelo alinhamento ao sistema socialista, principalmente após a nacionalização do Canal de Suez em 1956 (VISENTINI, 2014). Todavia, ao mesmo tempo que o país inseria-se na dinâmica bipolar, ao se aliar aos soviéticos, também procurava combatê-la, através da aproximação com o movimento neutralista - identificada na participação desse no Movimento Não Alinhado¹⁰ e na Conferência de Bandung¹¹. Desse modo, a conduta do Egito reafirmava as dificuldades enfrentadas pelos países do Terceiro Mundo na defesa individual de seus interesses, como exposto por Gelson Fonseca.

Portanto, com base na compreensão da estruturação da Guerra Fria, como um conflito intersistêmico, que se transpôs não apenas para o continente europeu, mas para todo o globo, pode-se adentrar na análise das relações entre Egito e União Soviética. Além disso, é importante lembrar que a dinâmica bipolar manifestou-se de diferentes maneiras nas áreas de influência consolidadas. Logo, o entendimento da política soviética para o mundo árabe, questão abordada na seção seguinte, exige a consciência de que essa região era composta por diversos países identificados com o Terceiro Mundo - além de configurar, como um todo, parte da periferia internacional.

¹⁰ Foi um movimento criado com o objetivo de estabelecer linhas de atuação internacional neutras, independentes daquelas das grandes potências (EUA e URSS).

¹¹ Foi uma conferência afro-asiática, que ocorreu em 1955, dedicada à promoção da cooperação entre os países identificados com o terceiro-mundo, opostos à disposição bipolar da ordem internacional.

3 A Política da URSS Para o Mundo Árabe

Como já exposto, o mundo árabe, como parte constitutiva da periferia internacional, também se integrou à dinâmica bipolar da Guerra Fria. Tendo isso em vista, esta seção propõe-se a explicar a evolução do interesse da URSS na região. Para tanto, é importante apontar que a concepção soviética do Oriente Médio como uma zona estratégica data desde o século XVIII, período da Rússia czarista. Todavia, o desejo de estabelecer presença e influência no local manifesta-se, de maneira mais evidente, a partir da Primeira Guerra Mundial, e intensifica-se após a Segunda Guerra.

Conforme Thomas Wolfe (1969), com a consolidação da revolução de 1917, o novo regime passou a demonstrar interesse nas áreas coloniais, potenciais zonas de influência comunista, denunciando, assim, o colonialismo e suas políticas de exclusividade. Quando os bolcheviques assumiram a dirigência do Estado, renunciaram-se quaisquer reivindicações territoriais anteriores no Oriente Médio; a política soviética para a região seria pautada, então, pela objeção às aspirações imperialistas e colonialistas europeias e pelo apoio ideológico aos partidos comunistas locais (BRADFORD, 1976). Todavia, esse suporte sofreu oposição regional, seja pelo caráter secularista do comunismo - entrando em choque com o islamismo -, por seu viés revolucionário - colidindo com o conservadorismo de vários Estados da região -, ou por ambos motivos (BRADFORD, 1976; WOLFE, 1969). Ainda assim, observa-se que a contestação do colonialismo constituiu um possibilitador da penetração soviética na região, instrumentalizado, inicialmente, pela assistência ao comunismo local.

Frente à ineficácia da política de sustentação dos partidos comunistas locais, a União Soviética alterou sua estratégia para a região. Promoveria-se o suporte e a cooperação com os governos árabes, independentemente da organização sócio-política desses - nacionalistas ou religiosos -, que almejassem a libertação da presença estrangeira e a independência (GINAT, 1991; WOLFE, 1969). Assim, a partir de então, o elemento propulsor da atuação da União Soviética no Oriente Médio seria o apoio, sob a bandeira anticolonialista, aos movimentos de libertação nacional, como forma de viabilizar sua influência no local. Além disso, segundo Ginat (1991), a referida tática teria sido desenhada no VI Congresso do

Comintern¹², em 1928, ainda que apenas evidenciada com efeito após a Segunda Guerra.

Portanto, dado o término do segundo conflito mundial, a política soviética para o Oriente Médio orientou-se principalmente à supressão da hegemonia britânica seguida do preenchimento do vácuo de poder que surgiria (GINAT, 1991). Para Bradford (1976), a região só adquiriu importância tática na política externa soviética após a declaração da Doutrina Truman e o advento da Guerra Fria, com o acirramento da hostilidade política e militar entre os dois sistemas rivais. O sucesso do Ocidente no cercamento da União Soviética, através da criação da OTAN e do Pacto de Bagdá¹³, expunha aos soviéticos a necessidade de expansão do seu espectro de atuação externa, alargando suas áreas de influência e o “escudo protetor” - como nomeado por Michelen (1977) - contra ameaças ao seu território (BRADFORD, 1976).

Nesse sentido, é importante a retomada da concepção de Halliday (1994) sobre a Guerra Fria, como um conflito intersistêmico com tendências universalizantes. A inflamação desta disputa, com a crescente vantagem do Ocidente em sua empreitada anticomunista, levou, inevitavelmente, à revisão por parte dos soviéticos de sua conduta externa. Assim, a universalização da rivalidade Leste-Oeste pode ser identificada na decisão soviética de desempenhar papel mais relevante no Oriente Médio, buscando o aumento de sua influência na região. Entretanto, a própria postura ocidental, encabeçada pelos Estados Unidos, de constrangimento da União Soviética e criação de instrumentos que operacionalizassem esse objetivo, já demonstrava a difusão em escala global do conflito. Logo, conclui-se que o mundo árabe configurou um dos focos de tensão no período da Guerra Fria, refletindo o modo como essa disseminou-se pela periferia internacional.

3.1 A influência soviética no Egito

Como já abordado, ao se estudar a política externa soviética para o Oriente Médio, pode-se afirmar que o mundo árabe consistia em um espaço estratégico para os interesses militares e comerciais russos desde Pedro, o Grande, no século

12 Termo que se refere à organização internacional - Internacional Comunista - arquitetada por Vladimir Lênin em 1919, com o intuito de reunir os diversos partidos comunistas do mundo.

13 Foi uma aliança militar, criada em 1955, entre Irã, Iraque, Paquistão, Turquia e Reino Unido,

XVIII (BRADFORD, 1976). O contexto de bipolaridade no qual a URSS será inserida durante a Guerra Fria, contudo, contribuirá para o aprofundamento da penetração soviética, devido à maior importância adquirida pela região na disputa internacional com os Estados Unidos. Segundo Ginat (1991, p. 22), a intensificação da influência soviética no Egito torna-se mais proeminente na segunda metade de 1955, sendo resultado de “um longo processo de desenvolvimento político e ideológico gradual no Egito”, iniciado no final dos anos 1940, sobretudo com a derrota na Primeira Guerra Árabe-Israelense¹⁴ de 1948.

Nos anos que antecederam tais transformações no Egito, a URSS tinha como estratégia para o Oriente Médio, como já mencionado, nutrir e encorajar os partidos comunistas locais, com a esperança de que esses movimentos viessem a se tornar uma vanguarda revolucionária. Os soviéticos, contudo, superestimaram a capacidade do movimento comunista no mundo árabe, calculando mal seus desdobramentos, uma vez que a influência política dos partidos comunistas não atingiu as expectativas soviéticas. Assim, é possível afirmar que, inicialmente, a influência soviética era dada de forma indireta e pouco efetiva. Embora os partidos socialista e comunista egípcios tenham se constituído em 1920 e aceitos no Comintern em 1922, seus impactos na sociedade egípcia foram limitados, uma vez que o Partido Wafd¹⁵ - considerado pelos soviéticos uma “burguesia nacional” - dominava a política do país na época. De fato, o partido comunista foi declarado ilegal e se desintegrou em 1925, travando o movimento no país, que fragmentou-se em grupos pequenos e pouco articulados (BRADFORD, 1976; GINAT, 1991).

Os soviéticos estabeleceram relações diplomáticas com o Egito em 1943, porém poucos foram os contatos entre os dois países até 1954, esses consistindo em alguns acordos comerciais apenas (BRADFORD, 1976). As transformações no sistema internacional, entretanto, modificariam o cenário político do Oriente Médio. Segundo Visentini (2014, p. 19), “a Segunda Guerra Mundial afetou decisivamente a periferia colonial e aprofundou as tendências descolonizadoras,

¹⁴ Também conhecida com Guerra de Independência de Israel, ocorreu entre maio de 1948 e janeiro de 1949, opondo, de um lado, o recém-criado Estado de Israel e, de outro, alguns países da Liga Árabe, dentre eles Egito, Iraque, Jordânia, Líbano, Síria e Arábia Saudita. Israel saiu vitorioso do conflito, anexando cerca de 80% do território palestino.

¹⁵ Partido político nacionalista liberal do Egito. Afirma-se ter sido o partido mais popular e influente na política do Egito por um período nos anos 1920 e 1930. Foi fundamental para o desenvolvimento da Constituição de 1923, e apoiou a mudança do domínio dinástico para uma monarquia constitucional no país, onde o poder seria exercido por um parlamento nacional eleito.

latentes desde o final da Primeira Guerra e da Revolução Russa”. Dessa forma, mais do que a independência nominal concedida em 1922, o povo egípcio aspirava maior autonomia, uma vez que a declaração de independência emitida pelo Reino Unido era insatisfatória, restringia a soberania egípcia e resguardava os interesses britânicos na região (KING, 1984).

Assim, a luta anti-imperialista fortalecia-se na sociedade egípcia, especialmente entre os militares. No final dos anos 1940, um movimento politicamente diverso começa a emergir dentro da classe militar: o movimento dos Oficiais Livres. Abrangendo diferentes tendências de oposição - comunistas, membros da Irmandade Muçulmana e, até mesmo, Wafdistas -, o movimento passou a constituir uma frente nacional pela descolonização e contra a monarquia do rei Faruk, considerado corrupto, inapto e subserviente ao Ocidente. Em 1952, a presença semicolonial inglesa, já bastante contestada, acaba por ser eliminada com o golpe militar e a conseqüente queda da monarquia egípcia. Dessa forma, o Egito tornava-se uma República, liderada pelos oficiais nacionalistas (BOTMAN, 1986; VISENTINI, 2014).

A revolução foi percebida como ameaça aos interesses das potências imperiais ocidentais, particularmente o Reino Unido, que ocupava o Egito desde 1882, e a França, ambas desconfiadas do crescente sentimento nacionalista em territórios sob seu controle em todo o mundo árabe e na África (BRADFORD, 1976). O caráter anti-imperialista era perceptível desde os primeiros movimentos do novo governo egípcio, prejudicando as relações do Egito com o Ocidente. Além disso, grande parte dos coronéis egípcios que promoveram a revolução de 1952 eram “intelectuais emancipados que haviam estado em contato com os pequenos grupos comunistas egípcios” (HOBSBAWN, 1994, p. 137), que, dentro de uma dinâmica de conflito Leste-Oeste, também explica os temores das potências ocidentais em relação ao Egito republicano que surgia. Embora muitos desses temores fossem, na realidade, infundados, a polarização da Guerra Fria implicava desconfianças e alertas ao sinal de qualquer mudança significativa em zonas estratégicas para as superpotências, como era o Egito.

Por outro lado, a URSS, inicialmente, encontrava-se cética sobre os reais impactos que esse acontecimento teria no Egito, considerado, até o momento,

alinhado aos norte-americanos. Apenas meses depois, a percepção soviética se modificaria. Segundo Bradford (1976, p. 26, tradução livre),

[...] os soviéticos tornaram-se plenamente cientes de que o Egito não estava no campo norte-americano, nem mesmo no campo ocidental. Os analistas de Moscou também concluíram que o novo governo no Egito era forte e estável - e necessitava de ajuda. Essa reavaliação das relações Egito-Occidente veio em um momento em que Moscou começava a sentir os efeitos das políticas de cerco e contenção dos Estados Unidos; os líderes soviéticos haviam começado a buscar no mundo áreas onde a Rússia poderia competir com o Ocidente.

As características dos Oficiais Livres e, em especial, a figura do coronel Gamal Adbel Nasser configuraram-se como elementos essenciais para a compreensão da importância da aliança egípcia-soviética e de seus desdobramentos na dinâmica da Guerra Fria no Oriente Médio. Segundo Botman (1986, p. 359), os Oficiais Livres “acreditavam ter missão a realizar. Ao contrário dos partidos políticos do passado, que eles julgavam serem corruptos, antidemocráticos e que não representavam a vontade do povo, a junta passou a acreditar que a independência e modernização do Egito só poderia ser alcançada por uma liderança militar”. Nasser assume o poder em 1954, torna-se presidente e estrutura um regime republicano reformista no Egito, passando a desempenhar um papel de destaque na política internacional. Alguns o chamavam de “faraó de uniforme”, enquanto outros o consideravam o líder do mundo árabe. Nas palavras de Visentini (2014, p. 19), “seus discursos, transmitidos pela rádio às massas analfabetas, eram ouvidas em todo o mundo árabe, convertendo-o numa liderança do que era percebido como a revolução e a redenção destas”.

Ao assumir o comando do Estado, suas medidas no âmbito interno visavam à modernização do Egito, instituindo um regime laico. Promoveu importantes reformas sociais - como a reforma agrária -, a educação e o saneamento, “coibindo paralelamente a elite capitalista e feudal do país” (VISENTINI, 2014, p. 20). Algumas de suas medidas eram consideradas políticas de esquerda, que, juntamente com o caráter autoritário e a implementação de um regime de partido único, fez com que surgissem muitos inimigos, dentro e fora do Egito. Segundo Bradford (1976, p. 38), Nasser compreendia a necessidade de centralizar e fortalecer o regime. Além disso, também percebia a importância de fomentar a economia e

continuar a reforma agrária; e finalmente, fortalecer, treinar e equipar as forças armadas tornava-se imperativo, pois o governo “tinha que ser capaz de defender o Egito de ambos agressores internos e estrangeiros”.

As grandes potências ocidentais consideravam o governo Nasser como um novo tipo de socialismo, um “socialismo árabe”, devido à força e centralização do regime e as transformações que vinha realizando. Tal visão era errônea, uma vez que o governo Nasser perseguiu o Partido Comunista Egípcio e não acreditava na viabilidade do comunismo na sociedade árabe. Os ideais pan-arabistas, porém, juntamente com a participação ativa do Egito na Conferência de Bandung e sua oposição veemente ao imperialismo e ao sionismo contribuíam para a antipatia e a crescente hostilidade do Ocidente (SHEIKH, 2002; VISENTINI, 2014). Segundo Bradford (1976, p. 54), “a Grã-Bretanha se voltou contra Nasser por seus contínuos ataques contra o Pacto de Bagdá e pelo apoio ao nacionalismo nos países árabes, que funcionava contra os interesses britânicos no Oriente Médio. Os franceses estavam furiosos com o apoio de Nasser aos nacionalistas árabes no norte da África”.

Como resultado de Bandung, o Egito de Nasser, juntamente com a Iugoslávia sob Josip Broz Tito e a Índia sob Jawaharlal Nehru, foi um importante defensor do Movimento dos Não-Alinhados, que defendia que os países em desenvolvimento deveriam permanecer fora da influência dos blocos das superpotências. Apesar disso, Nasser tinha consciência de que o auxílio externo era necessário à defesa do Egito, uma vez que a questão da segurança nacional tornava-se o assunto mais crítico ao governo egípcio. Segundo Bradford (1976, p. 39, tradução livre),

O arsenal crescente de Israel, o aumento do número de incidentes em Gaza e pelo canal de Suez, e as negociações impassíveis sobre a retirada britânica do Canal e os embargos de armas impostos ao Egito tanto pela Grã-Bretanha quanto pela França, todos indicavam que a segurança - interna e externa - era o problema mais grave do Egito.

Dessa forma, a falta de um fornecedor de ajuda e armas para o Egito era preocupante, mas Nasser acreditava que tal ajuda se materializaria a qualquer momento, vinda do Ocidente, uma vez que Nasser percebia que o Egito era um fator importante no confronto Leste-Oeste. A deteriorização das relações entre as potências ocidentais e o Egito, porém, impediu que a ajuda se concretizasse, de

forma que a aliança com a URSS apresentava-se mais atrativa. Nos anos que se seguiram, o Egito tornou-se extremamente dependente assistência civil e militar soviética, principalmente após a nacionalização do Canal de Suez em 1956. Assim, a aliança egípcia-soviética proporcionava ao Egito o apoio que o Ocidente lhe negava. (BRADFORD, 1976; VISENTINI, 2014).

3.2 A participação soviética na primeira crise do Suez

“Após direcionar a política externa egípcia para o neutralismo, Nasser viu os EUA retirarem a oferta de financiamento à barragem de Assuá. Necessitando de recursos para o desenvolvimento econômico e para as reformas sociais que prometera ao povo egípcio, Nasser nacionalizou o Canal de Suez em 1956” (VISENTINI, 2014, p. 21). Ao nacionalizar o Canal, símbolo da dominação estrangeira sobre o Egito, Nasser acreditava que poderia financiar a represa de Assuá com as receitas do canal, além de servir como uma represália aos Estados Unidos e o recuo da sua ajuda (BRADFORD, 1976). Esse evento impactou o mundo bipolar, uma vez que os temores da expansão do comunismo para o mundo árabe aumentavam exponencialmente, ao passo que a aliança egípcia soviética já era uma realidade e a popularidade de Nasser elevava-se rapidamente. Dentro do Egito, como ilustra Crowcroft (2016, p. 254), a Crise do Suez representou o momento em que o presidente Nasser “encarnou pessoalmente a identidade de seu país” e atuou “no cenário mundial, reunindo uma resistência nacionalista contra a tentativa de dominação imperialista”, restaurando a dignidade do árabes depois décadas de domínio estrangeiro.

A Crise, também conhecida como Guerra de Suez, teve início em 29 de outubro de 1956, quando Israel, com o apoio da França e Reino Unido, que utilizavam o canal para ter acesso ao comércio oriental, declarou guerra ao Egito. Assim, tropas israelenses invadiram a Península do Sinai e rapidamente superaram a oposição das tropas egípcias. No dia seguinte, Grã-Bretanha e França emitem um ultimato, exigindo a retirada de ambos os países da zona do Canal, o que foi recusado por Nasser. Em 31 de outubro, o Egito foi atacado e invadido por forças militares inglesas e francesas, que lutariam juntamente com os israelenses para enfraquecer os egípcios o máximo possível (SHLAIM, 1997). Em primeiro de

novembro, os britânicos bombardearam Cairo com o objetivo de atingir a força aérea egípcia. A Grã-Bretanha calculava que o conflito culminaria na queda de Nasser, que sucumbiria à pressão interna, o que não se concretizou. Pelo contrário, “havia demonstrações maciças de apoio não só no Egito, mas em todo o mundo árabe. O bombardeio continuou e a situação do Canal de Suez tornou-se uma crise internacional” (BRADFORD, 1976, p. 58).

O planejamento de ações militares para reverter a nacionalização do Canal de Suez iniciou-se logo após a decisão ser declarada por Nasser, em julho de 1956. Seguiram-se três meses de intensas negociações diplomáticas, que, sem resultados concretos favoráveis às potências ocidentais, levaram Inglaterra e França a elaborarem acordos secretos, juntamente com Israel. Assim, segundo Troen (1996), o diário de Ben Gurion - primeiro chefe de governo de Israel - revela, de forma clara, as negociações entre Israel, França e Inglaterra, que levaram à assinatura do Protocolo de Sèvres, em 24 de outubro de 1956. Nesse documento constaria, de forma detalhada, a operação conspiratória em que os três Estados se envolveriam - o ataque israelense ao Canal -, buscando combater Nasser e frear a influência egípcia no Oriente Médio (CROWCROFT, 2016; TROEN, 1996). Nas palavras de Visentini (2014, p. 21),

O velho colonialismo franco-britânico fazia um último esforço para recuperar suas posições no Oriente Médio. Quanto a Israel, tentava tirar proveito da situação. A Inglaterra desejava reverter a nacionalização do Canal de Suez, e todos os três agressores desejavam conter ou derrubar o nasserismo, de forte apelo anticolonialista, sendo o caso mais grave para a França, em vista do apoio de Nasser à revolução argelina.

Assim, o ataque ao Suez foi cuidadosamente arquitetado pelas potências colonialistas em decadência e Israel, sendo o evento conhecido no mundo árabe como a “Agressão Tripartite”. A posição norte-americana em relação à Crise do Suez foi, contudo, surpreendente, uma vez que não apoiou a ação dos seus aliados europeus. Desde 1952, os Estados Unidos já enfrentavam a pressão inglesa e francesa para não colaborar com o Egito, apesar do interesse norte-americano em frear a expansão da influência soviética no Oriente Médio. Assim, os vínculos tradicionais com a Europa acabaram por prejudicar a política externa norte-americana na região. Segundo Bradford (1976, p. 42),

Os Estados Unidos tradicionalmente apoiavam a política britânica e francesa e, ao fazê-lo, não conseguiram agir livremente e no melhor interesse dos Estados Unidos e do Egito no Oriente Médio. Dulles [secretário de Estado norte-americano] admitiu que os Estados Unidos deveriam continuar a seguir esta política (apoio da Grã-Bretanha e França) ‘mesmo com relutância’, a fim de manter os Estados Unidos e Europa ocidental unida no esforço para frustrar o comunismo.

Assim, com a eclosão da Crise, o posicionamento norte-americano foi bastante peculiar, considerando que o governo de Eisenhower não apenas se recusou a apoiar seus tradicionais aliados franceses e britânicos, mas também assumiu a liderança nas Nações Unidas para dissuadir a ação militar e exigir a retirada das tropas do Egito (INSAF, 2008).

A União Soviética, em contrapartida, reagiu assertiva e ofensivamente. Segundo Bradford (1976), desde a Conferência de Bandung, quando Nasser teve os primeiros contatos com Chou Enlai, o Ministro das Relações Exteriores chinês colaborou com o estabelecimento de diálogos entre o governo egípcio e a URSS, possibilitando o primeiro acordo de envio de armamento entre os dois países, que foi firmado em setembro de 1955, usando a Tchecoslováquia como uma intermediária. Assim, “esse acordo com a União Soviética para transferir armas para o Egito em troca de algodão foi o primeiro e principal elemento de base da aliança soviético-egípcia” (BRADFORD, 1976, p. 49). Dessa forma, acredita-se que, desde setembro de 1955, houve um fluxo contínuo de armamentos e auxílio técnico entre a URSS e o Egito, consolidando a influência soviética no país. Nasser percebera que a barganha com os Estados Unidos havia sido infrutífera e, de acordo com a dinâmica bipolar que se consolidava no sistema internacional, o apoio soviético passou a suprir as necessidades egípcias, sendo uma cooperação de importância estratégica para ambos os países: a URSS expandia sua influência no Oriente Médio - e, por consequência, suprimia a presença ocidental na região - e o Egito recebia recursos financeiros, técnicos e militares para o seu desenvolvimento e sua proteção contra os inimigos britânicos e israelenses.

Com a eclosão da Crise do Suez, portanto, a URSS, já bastante envolvida na cooperação com o governo egípcio, “lançou um ultimato, exigindo a retirada das forças invasoras e ameaçando intervir militarmente” em favor do aliado árabe

(VISENTINI, 2014, p. 21). Os invasores poderiam facilmente ter esmagado as tropas egípcias, mas a pressão internacional e a atuação de ambas superpotências evitaram a derrubada do governo revolucionário de Nasser e as tropas invasoras foram evacuadas do Egito cerca de um mês depois do ataque.

Assim, a Crise do Suez foi um fracasso das potências europeias decadentes, uma vez que fortaleceu o regime de Nasser e aproximou o Cairo ainda mais de Moscou. Nas palavras de Eric Hobsbawm (1995, p. 218),

Sem dúvida, em retrospecto, a tentativa da Grã-Bretanha e da França de reafirmar-se como potências imperiais globais na aventura de Suez em 1956 parece mais condenada ao insucesso do que evidentemente parecia aos governos de Londres e Paris, que planejaram junto com Israel uma operação militar para derrubar o governo revolucionário do coronel Nasser, no Egito. O episódio foi um fracasso catastrófico (exceto do ponto de vista de Israel), tanto mais ridículo pela combinação de indecisão, hesitação e inconvincente desfaçatez do primeiro-ministro britânico, Anthony Eden. A operação, mal lançada, foi cancelada por pressão dos EUA, empurrou o Egito para a URSS, e acabou para sempre com o chamado “Momento da Grã-Bretanha no Oriente Médio”, a época de inquestionada hegemonia britânica naquela região instaurada a partir de 1918.

Além disso, a Crise do Suez também acabou por prejudicar os Estados Unidos, uma vez que, após as medidas tomadas em 1956, os Estados Unidos foi obrigado a assumir o ônus da defesa global contra o comunismo, uma vez que seus aliados europeus acabaram retirando relativamente seu apoio à superpotência, que também acabou lutando sozinha na Guerra do Vietnã nos anos 1970 (KISSINGER, 1994, p. 549). A Doutrina Eisenhower, lançada em 1957 e que assegurava o envio de tropas americanas ou assistência econômica a países do Oriente Médio que estivesse sofrendo ameaça do comunismo internacional, demonstra a preocupação norte-americana com região após o fracasso de Suez. Já o Secretário de Relações Exteriores soviético respondeu com a Doutrina Shepilov, propondo a neutralização do Oriente Médio com um fim para o Pacto de Bagdá e a remoção de todas as bases ocidentais, o que evidenciava a maior margem de manobra soviética na região (BEHBEHANI, 1986).

“Assim, Nasser conseguiu transformar uma derrota militar em um triunfo político, consolidando seu nome como a maior liderança do mundo árabe, estimulando a ideia de unificação das nações árabes” (VISENTINI, 2014, p. 21). Esse

cenário era bastante favorável à URSS, que conseguiu expandir a sua influência pelo mundo árabe, estabelecendo acordos de cooperação com o Egito, a Síria e Iraque. Assim, de 1956 a 1958, a percepção soviética era de que “o Egito era um terreno fértil para o socialismo, que Nasser era, de fato, um líder das massas, e que o Egito era potencialmente um aliado valioso” (BRADFORD, 1976, p. 62). A correlação de forças na região só mudaria com a eclosão da Guerra dos Seis Dias, em 1967, quando Israel ataca de surpresa o Egito, a Jordânia e a Síria. Para o Egito, essa guerra constituiu um duro golpe no nasserismo, que inicia seu declínio interno e externo, com a perda de prestígio. O grande líder pan-arabista acaba por falecer em 1970, sendo substituído por Anwar Sadat, que reaproximará o Egito dos Estados Unidos e de Israel com os Acordos de Camp David¹⁶, em 1978 (VISENTINI, 2014).

4 Considerações Finais

Percebe-se que a região do Oriente Médio é geopoliticamente estratégica para muitos Estados: por sua localização, despertou o interesse russo desde o período czarista; por seus recursos energéticos, atraiu as potências coloniais europeias; e pela soma desses fatores, atraiu os norte-americanos. Com o processo de descolonização e o recuo da dominação colonial, a região tornou-se um vácuo de poder que seria disputado pelas duas superpotências - Estados Unidos e União Soviética - no contexto da Guerra Fria.

A estratégia soviética inicial para o Terceiro Mundo foi o fomento aos partidos comunistas locais; porém, não se mostrou frutífera no Oriente Médio. Assim, Moscou passou a apoiar, material e politicamente, os movimentos e os grupos de teor de anti-imperialista, como os movimentos de libertação nacional afro-asiáticos e os nacionalismos, como o pan-arabismo. Com o triunfo da Revolução de 1952 no Egito, a União Soviética, apesar de inicialmente cética, passou a enxergar o novo regime nacionalista egípcio como um possível aliado importante no mundo árabe.

A ascensão do oficial Gamal Abdel Nasser, que logo tornaria-se o maior líder pan-arabista, foi interpretado como uma ameaça ao bloco ocidental capitalista, uma vez que as reformas econômicas e sociais promovidas, a presença forte do Estado

¹⁶ Acordos firmados entre Anwar Sadat, sucessor de Nasser, e pelo Primeiro-Ministro Menachem Begin, de Israel, em 17 de setembro de 1978, marcando a normalização das relações entre Israel e Egito. Foi o primeiro acordo de paz entre um país árabe e o Estado de Israel.

e o discurso anticolonialista configuraram-se como um modelo mais próximo ao socialismo soviético que ao capitalismo defendido pelos Estados Unidos. O regime de Nasser, entretanto, possuía características próprias, e sua atuação no Movimento dos Não-Alinhados e a perseguição ao partido comunista no Egito evidenciava que o Egito buscava autonomia e independência, recusando ambos os blocos - tanto ocidental quanto oriental.

Os desafios que o projeto de desenvolvimento egípcio enfrentava, contudo, obrigou Nasser a usar seu poder de barganha para negociar com as superpotências o fornecimento dos recursos necessários ao Egito - auxílio financeiro, ajuda técnica e armamentos, em especial. A dinâmica da Guerra Fria afetou, assim, a jovem nação do Egito e suas relações com o resto do mundo, uma vez que essa era considerada alinhada aos soviético e contra o imperialismo ocidental. O jogo bipolar levou à deterioração das relações com o bloco capitalista e à consequente aproximação com Moscou. Dessa forma, em 1955, iniciava-se a aliança egípcia-soviética, uma vez que os Estados Unidos encontravam-se ainda comprometidos com seus aliados europeus.

A nacionalização do Canal de Suez, em 1956, levou a complexas negociações diplomáticas e à reação da Grã-Bretanha, da França e de Israel, que firmam o Protocolo de Sévres e arquitetam um ataque ao Egito, buscando enfraquecer o regime nasserista. A decadência das antigas potências coloniais é perceptível, uma vez que os Estados Unidos não apoia a ação militar e a crise internacional acaba favorecendo a União Soviética. Após ameaçar intervir a favor dos egípcios, a influência soviética no Egito e a popularidade de Nasser consolidam-se. A dinâmica da Guerra Fria carregou de significado a Crise de Suez e a retirada das tropas invasoras simbolizaram o triunfo árabe, terceiro-mundista e soviético.

Por fim, conforme Bradford (1976) expôs, é possível sintetizar os principais impactos da Crise do Suez em cinco aspectos principais: (i) a consolidação de Nasser como o líder do mundo árabe; (ii) a significativa contribuição para o fim do Pacto de Bagdá; (iii) a redução da influência britânica (e da Europa Ocidental) no Oriente Médio para zero; 4) a impossibilidade de quaisquer relações entre o Egito e os Estados Unidos; e 5) o aumento da participação e da presença da União Soviética no Egito. A Crise do Suez, portanto, foi um importante divisor de águas

no contexto da Guerra Fria e na história do mundo árabe, redefinindo as relações de poder e modificando significativamente o sistema internacional da época.

THE SOVIET POLICY FOR EGYPT AND ITS DEVELOPMENTS ON THE FIRST CRISIS OF SUEZ

ABSTRACT: The main objective of this article is to analyze the influence of the Soviet Union (USSR) in the Middle East, more specifically in Egypt, and its impact on the First Suez Crisis. Considering this event as a case inserted in bipolar dynamics of the Cold War, this paper seeks to outline the determinants and impacts of the Suez Crisis through the analysis of the historical context, the Soviet foreign policy to the Middle East and the evolution of the Soviet presence in Egypt. Through the bibliographical revision, it is possible to verify how the USSR acted in the Third World, its objectives in the Arab world and the importance of the Egyptian-Soviet alliance for both States. Finally, it is concluded that the Suez Crisis was a remarkable episode in the Détente, strengthening ties between the Third World and the Soviet Union, signaling the end of the British presence in Egypt and the decay of old colonial powers, and consolidating Nasser as a symbol of the pan-Arabism and the Non-Aligned Movement.

Keywords: Soviet Foreign Policy, Suez Crisis, Egypt, Nasserism, Cold War.

Referências

BEHBEHANI, Hashim S. H. *The Soviet Union and Arab Nationalism, 1917-1966*. New York: Routledge Publishing, 1986.

BOTMAN, Selma. *The Rise of Egyptian Communism, 1939-1970*. New York: Syracuse University Press, 1986.

BRADFORD, Gregory Hale. *The Rise and Fall of Soviet influence in Egypt*. 1976. 146 pp. Tese de Doutorado - Naval Postgraduate School, Monterey, 1976.

CROWCROFT, Barbaby. Egypt's Other Nationalists and The Suez Crisis of 1956. *The Historical Journal*, Cambridge, v. 59, n. 1, pp. 253-285

FONSECA JR, Gelson. O Sistema Internacional Durante a Guerra Fria. Revista USP, São Paulo (26): 128-137, Junho/Agosto 1995. MICHELENA, José A. *A Crise no Sistema Mundial: política e bloco de poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GINAT, Rami. *The Soviet Union and Egypt, 1947-1955*. 1991. 333pp. Tese de Doutorado - London School of Economics, London, 1991.

HALLIDAY, Fred. *Rethinking International Relations*. Londres: Macmillan Publishers, 1994.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSAF, Atmani Samia. The Suez Crisis 1956: American Attitudes and Policies. 2008. 161 pp. Dissertação de Mestrado - Mentouri University of Constantine, Constantina, 2008.

KING, Joan Wucher. *Historical Dictionary of Egypt*. Cairo: The American University in Cairo Press, 1984. p. 259-260.

KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. New York: Simon and Schuster, 1994.

SHEIKH, Naveed. *The new politics of Islam: pan-Islamic foreign policy in a world of states*. London: Routledge. 2002. 224pp.

SHLAIM, Avi. The Protocol of Sèvres, 1956: Anatomy of a War Plot. *International Affairs*, Oxford, v.73, n.3, p. 509-530. jul/1997.

TROEN, S. Ilan. *The Protocol of Sèvres: British/French/Israeli Collusion Against Egypt, 1956*. Disponível em: <<https://www.brandeis.edu/israelcenter/about/troen1/TheProtocolOfSevres.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2017.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. “A Guerra Fria”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (org.). *O século XX (Vol. 3). O tempos das crises: revoluções, fascismos e guerras*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 195-225.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danileviczs. *Manual do Candidato, História Mundial Contemporânea: Da Independência dos Estados Unidos ao Colapso da União Soviética*. Capítulo 5. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2012. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/MC_Historia_Mund_Contep.pdf> Acesso em: 16 de dezembro de 2017.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. *O Grande Oriente Médio: da descolonização à primavera árabe*. 1ª ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

WOLFE, Thomas W. *The USSR and the Arab East*. Santa Monica: The RAND Corporation, 1969.

A atuação da URSS no conflito entre Etiópia e Somália e os impactos na Guerra Fria

*João Vitor Miranda de Souza da Silva
Lorenzo Andreoli da Silva¹*

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar a mudança de regime ocorrida na Etiópia em 1974 e o conflito deste país com a sua nação vizinha, a Somália, pela região de Ogaden a partir de 1977. Também se abordará as consequências da ascensão do regime revolucionário em Adis Abeba para a União Soviética, no que diz respeito aos seus interesses estratégicos na região e na sua posição na Guerra Fria. Portanto, buscar-se-á entender os motivos que levaram a mudança de alianças entre os países da região do Chifre da África e as duas grandes superpotências da Guerra Fria, assim como as consequências destas mudanças para a Guerra de Ogaden e a própria Guerra Fria.

PALAVRAS-CHAVE: Etiópia. Guerra Fria, Somália, União Soviética.

¹ Graduandos do sétimo semestre do curso de Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

1 Introdução

Em 1974, o então imperador etíope Haile Selassie, foi derrubado do poder por um grupo de militares revolucionários. A mudança de regime na Etiópia trouxe novas dinâmicas às alianças existentes entre os países da região – mais especificamente Etiópia e Somália – com as duas superpotências da Guerra Fria. Além disso, a mudança de regime em Adis Abeba também acarretou em uma guerra entre Etiópia e Somália, os dois principais países da região do Chifre Africano, pela posse da região de Ogaden, que fica em território etíope. Tal guerra contou com a participação direta da União Soviética e de Cuba, ajudando a derrotar as forças do regime somali que, em um período recente antes da guerra, era o principal aliado soviético na região. Tendo o conflito encerrado em 1978, é importante salientar que, no ano seguinte, o período da Guerra Fria conhecido como Détente chegava ao fim.

O presente estudo tem como objetivo buscar compreender os motivos que levaram a mudança de alianças entre as superpotências e os países envolvidos no conflito. Tentar-se-á identificar as causas que levaram a União Soviética a mudar de aliança na região, rompendo relações com a Somália e auxiliando a Etiópia no conflito territorial de seu antigo aliado. Por fim, o trabalho também buscará analisar como os resultados da Guerra de Ogaden impactaram na relação entre Estados Unidos e União Soviética na Guerra Fria, procurando estabelecer relação entre este conflito territorial no continente africano e a retomada do embate entre as duas superpotências.

Buscando responder os questionamentos levantados acima, o artigo será dividido em uma contextualização da Revolução Etíope que ocorreu em 1974, passando para a seção do conflito de Ogaden em si, onde será exposta a participação soviética no conflito, assim como os interesses da potência na região ao longo dos anos, com o intuito de procurar entender as mudanças de alianças ocorridas na década de 1970. A última seção do artigo está reservada para a análise dos impactos deste conflito no quadro geral da Guerra Fria.

2 A Revolução na Etiópia

A Etiópia foi durante grande parte da sua história composta por um império. A segunda metade do século XX, porém, trouxe grandes alterações para o país: especificamente no ano de 1974, marcado pela revolução que causou uma significativa ruptura institucional e lançou novas bases para o futuro do país. Antes de entrar em detalhes a respeito da revolução, vale destacar a conjuntura etíope da época, fator chave para explicar o desencadeamento da revolta que pôs fim ao império milenar.

O poder político da Etiópia estava concentrado nas mãos do imperador, que desde 1941 estava na figura de Haile Selassie. O imperador possuía apoio ocidental, principalmente militar, por parte dos Estados Unidos. Como afirma Pankhurst (2007), os estadunidenses forneceram, no quarto de século em que apoiaram a Etiópia, uma assistência militar de US\$ 308 milhões. Vale destacar que, nessa época, o apoio era também uma resposta ao auxílio soviético à rival Somália, que estava expandido rapidamente os seus armamentos graças a esta ajuda (PANKHURST, 2007).

A Etiópia pré-revolução era extremamente agrária e feudal. O país, nos anos 1970, sofreu fortemente com a falta de chuva e a miséria. O descontentamento popular era enorme: a seca foi responsável pela enorme inflação – provocada pela falta de alimentos – o que afetou muito a qualidade de vida da população etíope. Apesar da fome ser um problema recorrente na história da Etiópia, foi a ausência de mecanismos do governo para lidar com esse problema que causou a revolta do povo contra o governante. Além disso, Selassie somente admitiu publicamente o problema da escassez de alimentos em 1973, sendo que a comunidade internacional já tinha conhecimento deste fato há bastante tempo, o que agravou ainda mais a situação do imperador (MARCUS, 1994).

A insatisfação quanto ao governo do imperador também chegou ao exército, que clamava por melhores salários e condições de trabalho, os quais Selassie recusava-se a atender alegando falta de recursos. A maior autonomia que os militares possuíam em relação aos civis fez o exército pressionar ainda mais o imperador através de diferentes ações. Dessa maneira, as Forças Armadas acabaram

comandando o processo revolucionário, e assim, o Comitê Coordenador da Forças Armadas – conhecido como DERG – depôs o imperador Haile Selassie, em 12 de outubro de 1974.

Mesmo após a consolidação do ato revolucionário, a Etiópia não se encontrava livre de seus problemas políticos internos. O DERG possuía opositores civis dentro do país, entre os quais destacavam-se o Partido Revolucionário do Povo Etíope (ERP) e o Movimento Socialista de Todos os Etíopes (Meison). De acordo com Carvalho (2013), houve intensa perseguição dos militares em relação aos civis, num movimento que ficou conhecido como “Terror Vermelho”, caracterizado pela violência empregada pelos integrantes do DERG, que assim derrotaram seus opositores e consolidaram-se no poder (CARVALHO, 2013).

O próprio DERG também possuía divisões internas. Dentro da organização militar, a figura de Mengistu Haile Mariam acabou ganhando importância nos anos que sucederam o golpe militar. De acordo com Schneider:

Entre 1974 e 1977, Mengistu Haile Mariam, um oficial de médio escalão, se firmou como a autoridade dentro da organização, principalmente através da prática de assassinatos e execuções daqueles que tinham visões divergentes. Esse processo de “expurgo” teve seu ápice em fevereiro de 1977, quando Mengistu e seus apoiadores fuzilaram outros membros do comando do Derg. A partir daí, o comando se unificou sob a autoridade altamente concentrada de Mengistu. Ainda que resolvido em 1977, este processo consumia energia e recursos do regime. (SCHNEIDER, 2010, p.90).

Após a completa eliminação da oposição, o DERG foi capaz de consolidar a revolução socialista no país e Mengistu pôde enfim consolidar-se como o líder da Etiópia. A confirmação do triunfo da revolução e a consolidação de Mengistu no poder tornou possível a aproximação entre a Etiópia e a União Soviética. O chefe de Estado etíope realizou uma visita a Moscou em maio de 1977 que foi muito importante para concretizar a aliança entre os dois. Além disso, essa proximidade foi fundamental para a Etiópia superar o isolamento que a administração de Jimmy Carter, presidente dos Estados Unidos, impôs ao país, como resultado das violações aos direitos humanos cometidas pelo DERG (PANKHURST, 2007).

3 O Conflito de Ogaden e a Participação Soviética

Para poder compreender a mudança de alianças ocorridas em 1977, durante a Guerra de Ogaden, é necessário analisar o período que antecede o conflito e a própria Revolução Etíope de 1974. O primeiro ponto a ser colocado é que o Chifre Africano foi uma região de pouco interesse para Moscou até o final da década de 1960 (AYOOB, 1978; PATMAN, 2009), sendo as potências ocidentais os principais atores extra regionais no nordeste africano. Destaca-se, neste período, a aliança entre o governo norte-americano e a monarquia de Haile Selassie que durou do pós-guerra até 1974, na qual havia o auxílio militar por parte dos Estados Unidos e a cessão de bases militares por parte dos etíopes.

Uma série de fatores acabou aproximando a política externa soviética para esta região. O primeiro ponto a ser destacado é a importância geoestratégica do Chifre Africano. Devido a sua posição geográfica, a região permite a projeção de força para o Oriente Médio, região de extremo interesse das duas superpotências; no Oceano Índico, é local de importância comercial e estratégica, pois possibilita uma maior presença da marinha em todo sudeste asiático e extremo oriente. Na década de 1960, assegurar a presença neste oceano e no Oriente Médio era de extrema importância, devido a possibilidade soviética de auxiliar os seus aliados – Iêmen do Sul e Egito no Oriente Médio e o Vietnã do Norte, que se encontrava em guerra contra os norte-americanos, no sudeste asiático – e contrapor a presença dos Estados Unidos na região, já que as Forças Armadas norte-americanas acabavam de se instalar na base de Diego Garcia no meio do Oceano Índico.

Além dos fatores estratégicos, questões políticas também influenciaram a mudança de política externa soviética para a região. Na mudança da década de 1960 para a de 1970, as relações sino-soviéticas se encontravam extremamente desgastadas. Além disso, Pequim empreendia uma política de aproximação com os Estados Unidos, no que ficou conhecido como a diplomacia triangular de Kissinger, juntamente com uma maior atuação junto aos países do terceiro mundo, disputando com Moscou a influência na periferia do Sistema Internacional (PATMAN, 2009). No Chifre Africano a disputa não seria diferente. Outra questão política que deve ser citada é o período de Déntente da Guerra Fria. A União Soviética entendia que o reconhecimento da paridade estratégica por Washington e a estabilização

do conflito no Norte não a impossibilitava de buscar uma política mais ativa no terceiro mundo (JACKSON, 2016). Tal entendimento sobre a Détente, contudo, não era compartilhado pelos EUA, o que acarretou em uma série de consequências para o desdobramento da própria Guerra Fria, com será visto mais adiante. Por fim, o fator que inseriu concretamente a União Soviética foi a troca de regime na Somália em 1969, possibilitando a formulação de uma aliança econômica e estratégica para contrabalançar a presença norte-americana na região.

Antes da ascensão do regime de cunho marxista-leninista em Adis Abeba, o principal aliado soviético na região do Chifre da África era a Somália. Em 1969, o país sofreu um golpe militar que levou ao poder um governo que, apesar de se intitular socialista, procurava empreender uma política nacionalista e independente, o que não implicava necessariamente em implementar as reformas socialistas necessárias – vide a manutenção da propriedade privada no setor agrícola (PATMAN, 2009). No plano externo, a busca por maior independência aproximou o governo somali dos soviéticos como uma forma de contrabalançar a presença ocidental na região. A aliança soviética-somali, portanto, materializava-se na forma de auxílio econômico e militar por parte dos soviéticos – estima-se que no início da década de 1970 havia de 4 a 6 mil consultores de Moscou na Somália –, enquanto que o governo somali cedia a base naval de Berbera para a marinha soviética (PATMAN, 2009). A relação entre os dois países se torna mais estreita em 1974 com a assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação. Contudo, a situação de alianças estratégicas começou a alterar no mesmo ano da assinatura do contrato devido a mudança de regime na Etiópia.

Segundo Westad (2007), a aliança entre o novo regime do DERG e Moscou não se deu de forma imediata. O governo soviético via com ceticismo o novo regime etíope e, durante os dois anos seguintes à revolução, as relações entre os dois países estiveram baseadas na tentativa de conseguir uma aliança militar e econômica semelhante com a existente entre Somália e União Soviética. A URSS, por sua vez, não tinha o interesse de desenvolver uma relação tão próxima com Adis Abeba neste primeiro momento, pois, além do ceticismo, Moscou não gostaria de aprofundar a sua parceria com a Etiópia devido ao temor de perder a já consolidada aliança com o regime somali. Patman (2009) e Ayoob (1978) trabalham com a ideia de

que Moscou tentou criar uma “Pax Soviética” baseada na aliança com Mogadíscio ao mesmo tempo que se aproximava do regime do DERG, que se encontrava mais dependente do auxílio soviético e, portanto, mais suscetível aos termos propostos por Moscou, criando o que se chamou de uma federação marxista-leninista na região, o que foi prontamente rejeitado pelos somalis (PANKHURST, 2007).

Contudo, os planos soviéticos de tornar o nordeste africano sua área de influência exclusiva não se concretizaram. Com a aproximação dos soviéticos junto aos etíopes, mesmo que esta tenha sido de baixa intensidade no primeiro momento, o regime somali acabou buscando novos parceiros. Em 1976, dessa forma, o país acabou se tornando um membro da Liga Árabe e se aproximando da Arábia Saudita, principal aliada norte-americana no Oriente Médio, recebendo da mesma significativa auxílio financeiro (AYOOB, 1978). Concomitante ao distanciamento somali da União Soviética, existe a aproximação entre os governos de Adis Abeba e Moscou. Tal estreitamento das relações se deu, em primeiro lugar, pela mudança de visão sobre o regime de DERG por parte dos soviéticos (WESTAD, 2007) e pela percepção do distanciamento dos somalis e das suas novas parcerias com aliados do bloco ocidental (PATMAN, 2009). Em 1977, o quadro de alianças do Chifre da África vai se alterar completamente com a deflagração da Guerra de Ogaden iniciada pela Somália.

No mês de julho do mesmo ano, o exército da Somália decidiu atacar a Etiópia ocupando a região de Ogaden, dando início ao conflito entre os países. A Somália decidiu atacar nesse momento, pois acreditava que a Etiópia não teria forças para uma reação, tendo em vista que a situação interna do país ainda não se encontrava estável. A ofensiva foi exitosa, tendo o exército somali conquistado cerca de 90% do território reivindicado (SCHNEIDER, 2010).

Assim que tomaram conhecimento da ação unilateral por parte dos somalis, os soviéticos bloquearam o auxílio militar ao país, passando a fornecer esse apoio exclusivamente aos etíopes. O rompimento entre a União Soviética e a Somália ocorreu de maneira oficial em 13 de novembro de 1977. Nesse momento, o país africano rompeu o acordo de amizade estabelecido três anos antes com os soviéticos e cedeu suas bases militares estratégicas localizadas no Golfo de Áden para os

Estados Unidos, que passou a ser aliado somali durante o conflito, em uma clara oposição ao apoio soviético à Etiópia (PANKHURST, 2007).

De acordo com Visentini (2016), foi nesse momento que Moscou decidiu enviar armas, assessores soviéticos e alemães orientais, além de cerca de dez mil soldados cubanos à Etiópia. O apoio desses países socialistas à Etiópia foi fundamental para balancear o conflito favoravelmente a Adis Adeba, que também contava com o apoio de Israel. Apesar de contar com o auxílio de países como Arábia Saudita e Irã, a frente somali encontrava-se enfraquecida perante a união socialista que defendia os etíopes (CARVALHO, 2013).

A Somália não foi capaz de sustentar a guerra por muito tempo, retirando-se do conflito em março de 1978. Assim, cubanos e soviéticos obtiveram mais uma vez o êxito em um conflito ocorrido na África, dois anos após saírem vitoriosos em Angola. Com a vitória etíope consolidada, o Chifre Africano passou a ter uma nova configuração de alianças no contexto da Guerra Fria: a Etiópia estreitou seus laços com os países socialistas, enquanto que a Somália agora era aliada dos Estados Unidos (VISENTINI, 2016).

4 O fim do Conflito e as Consequências para a Guerra Fria

Da mesma forma que foram analisados os impactos da Guerra de Ogaden na reorganização das alianças entre os países da região do Chifre da África e as superpotências, é necessário compreender a relação deste conflito em um quadro mais amplo de Guerra Fria, uma vez que tal conflito se encerra um ano antes de iniciar o período identificado por Halliday (1986) como a Segunda Guerra Fria. Para tanto, precisa-se analisar o real envolvimento dos Estados Unidos na Guerra de Ogaden, assim como compreender eventos que excedem o nível regional, como foi analisado até agora.

Durante todo o conflito de Ogaden, o presidente norte-americano, Jimmy Carter, procurou manter o país distante desta disputa. Apesar de ter recebido dos somalis a base naval antes pertencente aos soviéticos, a política externa de Carter para o período estava voltada para o não envolvimento direto de Washington, o que significava a não utilização de força por parte das Forças Armadas norte-americanas. Tal decisão do presidente, além de ser um resultado da política externa

e de segurança empreendida por Carter em seus primeiros anos de mandato, refletia também os constrangimentos – econômicos e militares – ainda resultantes da Guerra do Vietnã (JACKSON, 2016).

A decisão de não intervenção e escolha pelo diálogo, contudo, não era unanimidade na Casa Branca. Brzezinski, conselheiro de segurança nacional de Carter, discordava da posição tomada pelo presidente, uma vez que considerava que a intervenção soviética no conflito traria consequências importantes para o balanço da própria Guerra Fria (BRZEZINSKI, 1983). A discussão envolvendo a Guerra de Ogaden em Washington girava em torno das consequências da participação de Cuba e de Moscou no conflito, sendo a opinião predominante estar ligada a percepção de que a interferência dos países socialistas representava um fato isolado.

É importante salientar que tanto a interpretação de Carter sobre o conflito – a interferência soviética em Ogaden como fato isolado – quanto a de Brzezinski – a guerra de Ogaden traria consequências para a balança de poder da Guerra Fria – estavam corretas. Ao analisar o conflito de Ogaden de forma isolada, chega-se à conclusão de que tal conflito não influenciou no fim da Détente e no início da Segunda Guerra Fria. Contudo, ao inserirmos este conflito em uma lógica mais ampla, na qual o conflito na Etiópia representa apenas uma das diversas intervenções realizadas por Moscou no Terceiro Mundo durante o período da Détente, pode-se estabelecer uma relação entre o evento de Ogaden e o final da Guerra Fria.

Halliday (1983), ao tentar elencar as causas que levaram à Segunda Guerra Fria, identifica, justamente, o apoio às revoluções no Terceiro Mundo como um dos motivos que levaram ao recrudescimento do conflito. Já pelo lado norte-americano, o autor identifica a recuperação do poder, econômico e militar, dos Estados Unidos e a sua busca por retomar a liderança no Sistema Internacional, acabando com o equilíbrio estratégico alcançado na década de 1970. Além disso, é importante salientar que os diversos eventos considerados como fracassos da política externa da administração Carter (crise dos reféns no Irã em 1979, Guerra de Ogaden, invasão soviética no Afeganistão, etc.) resultaram em uma reação conservadora à sua política de governo, traduzida na não ratificação do SALT II pelo congresso norte-americano, assim como na própria eleição de Reagan no período subsequente (JACKSON, 2016). Dessa forma, as opiniões de Jackson

(2016) e de Thompson (2003) convergem no sentido de que a responsabilidade pelo fim da Détente deve ser compartilhada pelas duas superpotências, ao invés de responsabilizar o conflito de Ogaden de forma isolada, como o fez Brzezinski (1983).

5 Considerações Finais

A Revolução ocorrida na Etiópia em 1974 não teve relevância apenas no âmbito nacional. A ascensão do Derg em Adis Abeba acarretou em mudanças tanto no sistema regional, quanto no internacional. Devido ao advento de um regime marxista na região do Chifre da África – local de extrema importância geoestratégica para as superpotências da Guerra Fria – a União Soviética, que já estava presente na região através de uma aliança com o governo da Somália, teve que manejar diplomaticamente tal situação para que não perdesse um aliado estratégico já consolidado, a Somália, ao mesmo tempo em que precisava lidar com as reivindicações do regime marxista-leninista etíope.

Pode-se concluir, dessa forma, que – em um primeiro momento – o apoio ao governo etíope se deu de forma mais contida devido ao fato de que os seus interesses estratégicos já estavam assegurados junto ao regime somali. Contudo, a aproximação deste regime ao bloco ocidental e a subsequente invasão do território de Ogaden na Etiópia, levaram ao fim das relações entre Moscou e Mogadíscio e, conseqüentemente, à aliança entre soviéticos e etíopes, que levou a participação direta destes no conflito contra o exército somali, garantindo a vitória e a sobrevivência do regime de Adis Abeba. Por tanto, se em um primeiro momento o estabelecimento de uma aliança no Chifre da África, por parte dos soviéticos, procurou satisfazer os objetivos estratégicos da superpotência junto à um regime que compartilhava certa afinidade política e ideológica, a mudança de aliados na década de 1970 ocorreu de forma exógena à URSS, sendo um resultado das interações regionais ali existentes.

Em relação ao papel da Guerra de Ogaden no fim da Détente, é importante salientar que este conflito territorial, como fato isolado, não pode ser considerado causa do início da Segunda Guerra Fria. Contudo, ao inseri-lo em uma lógica mais ampla do conflito Leste-Oeste, o conflito de Ogaden pode ser considerado como

um dos elementos que levaram ao fim do período de distensionamento entre os dois blocos.

The USSR involvement in the Ethiopian and Somali conflict and its impacts in the Cold War

ABSTRACT: This article aims to analyze the shift of regime that occurred in Ethiopia in 1974 and the conflict involving this country with its neighbor, Somalia, for the region of Ogaden in 1977. It will also address the consequences of the rise of the revolutionary regime in Adis Abeba for the Soviet Union, regarding its strategic interests in the region and in the Cold War. Therefore, the study will try to understand the reasons that led to the change of alliances between the countries of the region of the African Horn and the two superpowers of the Cold War, as well as the consequences of these changes for the war of Ogaden and the Cold War itself.

KEY-WORDS: Cold War. Ethiopia. Somalia. Soviet Union.

Referências

AYOOB, Mohammed. *The Horn of Africa: Regional Conflict and Super Power Involvement*. The Strategic and Defence Studies Center, Canberra, 1978.

BRZEZINSKI, Zbigniew. *Power and principle: Memoirs of the National Security Adviser, 1977-1981*. New York, Farrar, Straus, & Giroux, 1983.

CARDOSO, Nilton César Fernandes. Segurança Regional no Chifre da África: conflitos, agendas e ameaças. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 137-172, jul/dez. 2016. Semestral. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/rbea/article/view/68849/40023>>. Acesso em: 20 out. 2017.

CARVALHO, Joseane Rocha. *Etiópia: papel regional e desafios para o desenvolvimento*. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Departamento de Economia e Relações Internacionais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

HALLIDAY, Fred. *The Making of the Second Cold War*. British Library, Londres, 1986.

HALLIDAY, Fred. *The New Cold War*. Bulletin of Peace Proposals, Amsterdam, Vol. 14, n. 2, p. 125-129, Abril, 1983. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/096701068301400203?journalCode=sdi>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

JACKSON, DONNA R. *The Ogaden War and the demise of Détente*. The Annals of the American Academy of Political and Social Science, Vol. 632, 2016. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/27895946>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

MARCUS, Harold G. *A History of Ethiopia*. Berkeley: University of California Press, c1994. Disponível em: <<http://ark.cdlib.org/ark:/13030/ft109nb00g/>>. Acesso em: 06 jan. 2018.

PANKHURST, Richard. The Russians in Ethiopia: Aspirations of Progress. In: MATUSEVICH, Maxim (org.). *Africa in Russia, Russia in Africa: three centuries of encounters*. Asmara, Africa World Press, 2007.

PATMAN, Robert G. *The Soviet Union in the Horn of Africa: the diplomacy of disengagement*. Cambridge University Press, Cambridge, 2009.

SCHNEIDER, Luiza Galiazzi. *O papel da guerra na construção dos Estados modernos: o caso da Etiópia*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

THOMPSON, William. *The Soviet Union under Brezhnev*. Pearson Longman, Londres, 2003.

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *Revoluções e Relações Internacionais: o Caso Africano*. Revista Brasileira de Estudos Africanos. v.1, n.1, Jan./Jun. 2016. p. 111-129.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *As Revoluções Africanas: Angola, Moçambique e Etiópia*. São Paulo, Editora Unesp, 2012.

VIVÓ, Raul Valdés. *Ethiopia's Revolution*. Estados Unidos, Library of Congress, 1978.

WEISS, Kenneth G. *The soviet involvement in the Ogaden War*. Alexandria, Center for Naval Analyses, 1980.

WESTAD, Odd Arne. *The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times*. Cambridge University Press, Cambridge, 2007.

A Política Externa Soviética para o Oriente Médio sob a Administração de Gorbachev (1985-1991): entre a Cooperação, a Abstenção e o Conflito

*Henrique Pigozzo da Silva
Luis Felipe Eick
Marina Felisberti¹*

RESUMO: O presente trabalho tem como principal objetivo demonstrar como a política externa soviética, durante o período Gorbachev (1985-1991), apresentou um comportamento errático, variando entre posicionamentos de cooperação, conflito e, principalmente, de abstenção, como resultado da falta de uma agenda de política externa concreta, que buscasse de forma eficaz a manutenção da projeção de influência soviética na região do Oriente Médio. A fim de sustentar essa premissa, propõe-se uma análise inicial da política soviética para a região como um todo, identificando objetivos e padrões de atuação. Ainda, são discutidos os casos do Iraque e do Afeganistão, que ilustram o comportamento errático da administração Gorbachev, que tentava conciliar objetivos que exigiam posicionamentos divergentes, demonstrando certa inabilidade na construção da agenda política e resultando na diminuição da atuação soviética na região. Desta forma, o artigo demonstra que, no recorte temporal proposto, a União Soviética não apresentou uma agenda específica para a região, seja por motivos de reestruturação interna ou constrangimentos internacionais, diminuindo gradativamente sua capacidade de projeção de interesses vis-à-vis aos Estados Unidos da América no Oriente Médio, no momento que antecede a sua queda.

PALAVRAS-CHAVE: União Soviética. Mikhail Gorbachev. Política Externa. Oriente Médio.

¹ Graduandos do curso de Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

1 Introdução

A condução da política externa soviética durante o governo de Mikhail Gorbachev (1985-1991) foi definida por mudanças estruturais, na medida em que o enfraquecimento de noções tradicionais de poder dava lugar a uma visão mais universalista e cooperativa. A inflexão observada nesse período (traduzida no conceito de “Novo Pensamento”) refletia uma base ideológica centrada em valores humanos universais e negava o pensamento de soma zero como norma de comportamento nas relações internacionais. Aplicada ao Oriente Médio, a nova concepção de política externa traduziu-se em uma ampliação da base de relacionamentos soviética e no esvaziamento progressivo de relações tradicionais, gerando um padrão de comportamento difuso.

O presente trabalho tem como principal objetivo demonstrar como a política externa soviética apresentou um comportamento errático no período considerado, variando entre posicionamentos de cooperação, conflito e, principalmente, de abstenção. Busca-se demonstrar, por meio da análise empírica de casos representativos, como esse comportamento resultou da falta de uma agenda de política externa regional concreta, que buscasse, de forma eficaz, a manutenção da projeção de influência soviética na região do Oriente Médio.

A fim de sustentar essa premissa, propõe-se a discussão de dois casos que ilustram o comportamento errático da administração Gorbachev, Iraque e Afeganistão, em que se tentava conciliar objetivos que pediam por posicionamentos divergentes, demonstrando uma inabilidade de construção da agenda de política externa e resultando, portanto, na diminuição da atuação soviética na região.

Levanta-se a hipótese de que os casos mencionados reflita a falta de coesão da agenda externa soviética no período analisado. Dessa forma, seja por motivos de reestruturação interna, seja por constrangimentos internacionais, espera-se que os casos reflitam a perda da capacidade de projeção de interesses soviéticos no Oriente Médio em comparação com os Estados Unidos no mesmo período. Desta forma, o artigo é composto por uma seção introdutória, que busca uma breve revisão das tendências da política externa soviética, com enfoque nas relações com países do Oriente Médio, no período. Em seguida, duas seções propõem análises

individualizadas da agenda de política externa para o caso do Iraque e para o caso do Afeganistão. Por fim, as considerações finais retomam as conclusões parciais e corroboram a hipótese inicialmente apresentada.

2 A Política Externa Soviética e a Região do Oriente Médio

A ascensão de Mikhail Gorbachev ao poder, em 1985, se deu em meio a um cenário de crescente instabilidade internacional, com uma administração marcadamente antagonista em Washington. O legado da política externa de Brejnev, pouco afetado pelos seus sucessores, resulta, entre outras tendências, no crescente envolvimento soviético no Afeganistão, em tensões crescentes com a China e com o Japão e na perspectiva de um aprofundamento da corrida armamentista com os Estados Unidos, culminando na Iniciativa de Defesa Estratégica (BRUTENTS, 2006). O crescente descontentamento dos países do Pacto de Varsóvia e o envolvimento soviético em conflitos regionais na África e na América Central tornava mais evidente a insustentabilidade dos rumos que tomava a política externa soviética na década de 1980.

O agravamento da situação econômica interna demandava uma redução drástica do aparato militar soviético no exterior, bem como uma necessidade de aliviar o peso econômico imposto por uma extensa rede de Estados-clientes, particularmente no que tange a países do Terceiro Mundo e aos aliados do Pacto de Varsóvia. É com base na percepção dessa necessidade que Gorbachev propõe uma reorientação significativa da política externa soviética, baseada em um novo pensamento que enfatizava “valores humanos comuns” como um suposto pilar de uma nova era de cooperação internacional (CHECKEL, 1993; BRUTENTS, 2006; NIZAMEDDIN, 1997). A nomeação de Eduard Shevardnadze como Ministro das Relações Exteriores, em julho de 1985, constitui ponto de inflexão significativo na formalização da nova estratégia externa.

O Novo Pensamento de Gorbachev para a política externa tinha como pressuposto o enfraquecimento relativo de noções tradicionais de poder em prol de uma concepção universalista. O termo “Novo Pensamento” foi utilizado para designar a nova abordagem da política exterior, que, conforme aponta Fukuyama (1989, p.7), priorizava os seguintes temas: “valores humanos comuns” ao invés de

interesses de classe como base ideológica; a imoralidade da ameaça nuclear; a necessidade de abandonar o pensamento de soma zero como norma de comportamento nas Relações Internacionais; ênfase em novos temas das Relações Internacionais, como o ambientalismo e a interdependência econômica; o caráter defensivo da doutrina militar soviética; e a prioridade das reformas econômicas internas em relação às mudanças externas.

A lógica do Novo Pensamento, aplicada aos países do Terceiro Mundo, pressupunha uma tendência de afastamento e esvaziamento, refletindo a nova prioridade dada a discussões sobre desarmamento e os riscos da corrida nuclear. Dessa forma, para os formuladores do Novo Pensamento soviético, o Terceiro Mundo passou a não ser mais percebido como uma arena para o avanço do socialismo, mas como uma externalidade das relações entre Ocidente e Oriente (FUKUYAMA, 1989). Essa visão contrasta com a lógica do Neoglobalismo americano, que insiste em reduzir os padrões de conflito do Terceiro Mundo à disputa ideológica. Essa lógica encontra-se inserida na percepção da Doutrina Reagan, que consistia em fornecer suporte econômico e militar a forças insurgentes em Estados pró-soviéticos.

De acordo com Nizameddin (1997), Gorbachev opta por subordinar a política externa soviética para o Terceiro Mundo à sua política de promover uma nova *Détente* com o Ocidente, bem como aos seus ambiciosos objetivos domésticos. Conforme aponta Breslauer (1989), as concessões feitas pelos soviéticos aos Estados Unidos, sobretudo no campo armamentista², envolviam a busca de novos objetivos alinhados com a perspectiva supracitada, quais sejam:

[...] stabilizing the US-Soviet relationship in order to allow him to concentrate attention on repairing the home front; breaking through the siege mentality that sufficiently prevailed under Brezhnev and prevented highly flexible negotiating terms; avoiding the economic cost of a strategic defense race with the United States; and, not least, bolstering his political authority at home by delivering progress in the pursuit of peace. (BRESLAUER, 1989, p. 272).

² Conforme Breslauer (2001), no original em inglês: “[i]n the area of arms control, Gorbachev has made a series of surprising concessions in order to achieve an intermediate-range nuclear force (INF) treaty, advance the cause of major reductions in strategic missiles and hopefully effect an end to the U.S. Strategic Defense Initiative. He accepted the U.S. double-zero option on medium – and short – range missiles in Europe and Asia, expressed willingness to cut back sharply the Soviet heavy missile arsenal, and accepted intrusive on-site verification as a requisite for treaty enforcement”. (BRESLAUER, 2001, p. 271).

O Novo Pensamento da política externa soviética impactou sensivelmente a natureza das relações com os países do Oriente Médio, alterando significativamente o equilíbrio de poder regional. Os aliados regionais tradicionais da União Soviética opunham-se ao abandono de uma política externa orientada por noções tradicionais de poder, na medida em que o novo pensamento político – que enfatizava o papel das instituições internacionais, da democracia e dos direitos humanos – gerava contradições crescentes nos seus padrões de interação (NIZAMEDDIN, 1997).

É nesse contexto que a política de Gorbachev e Shevardnadze para a região se volta para a ampliação da rede de relacionamentos soviética, em detrimento da priorização de aliados tradicionais na região, como no caso de Hafez Asad na Síria, um dos principais aliados de Moscou no início dos anos 1980 (NIZAMEDDIN, 1997). Dessa forma, ao colocar uma maior ênfase em fatores como interdependência e nas relações comerciais – e abandonando a ideia de luta de classes internacional –, países tradicionalmente antagonistas (como Arábia Saudita e Israel) tornaram-se possíveis aliados (KATZ, 1998).

Nesse sentido, uma das principais consequências da reorientação da política externa soviética na região foi o fortalecimento de relações diplomáticas com Israel. Israel, por sua vez, tinha grande interesse no estreitamento das relações, na medida em que não apenas possibilitava explorar as contradições das relações entre a União das Repúblicas Socialistas Soviética (URSS) e a Síria, como também abria a possibilidade de emigração massiva da população judaica da União Soviética para Israel (KATZ, 1998). Embora a política de portas abertas gerasse contradições nas relações com os países árabes³, a cooperação com Israel era usada pelos soviéticos como meio de aliviar diversas pressões políticas vindas dos Estados Unidos⁴ (NIZAMEDDIN, 1997). Esse movimento foi concretizado com o estabelecimento de

3 De acordo com Nizameddin (1997), no original em inglês: “Virtually every Arab country had publicly expressed its dismay at the influx of Russian-Jewish immigrants to Israel. To rub salt into the wound, there was growing evidence to support suspicion that the hard-line Likud government in Israel, led by Yitzhak Shamir, was deliberately deploying tens of thousands of these latest additions to the Israeli population to settlements in occupied Arab territories” (NIZAMEDDIN, 1997, p. 55).

4 De acordo com Nizameddin (1997), no original em inglês: “[i]n this sense, earlier Soviet accusations about the extraordinary influence of the American Jewish lobby and Israel on the political scene in Washington were proved correct because Soviet acquiescence on this issue certainly sped the path towards better relations with both the United States and Israel. Most experts agreed that “by 1989, the issue of Soviet-Jewish emigration was to become a major factor in Soviet-Israeli relations. By the start of 1989, despite the outbreak of the intifada, Soviet-Israeli relations had markedly improved. (NIZAMEDDIN, 1997, p.53).

relações diplomáticas em nível consular entre os dois países em 1987, após vinte anos sem encontros oficiais entre as autoridades estatais.

Conforme mencionado, a principal oposição formal à aproximação entre os dois países partiu do governo sírio, principal aliado regional da União Soviética no início da década de 1980. As divergências relativas aos novos rumos tomados pela política externa soviética contribuíram para um esvaziamento progressivo do apoio de Moscou ao alcance da paridade militar estratégica entre Síria e Israel, culminando em quedas significativas do fornecimento militar soviético à Síria (NIZAMEDDIN, 1997). A partir de 1987, portanto, a prioridade do governo soviético foi a de colocar ênfase em soluções diplomáticas entre os dois países, explorando as fraquezas internas de Asad para avançar os objetivos políticos soviéticos.

Além da neutralização da Síria, a reorientação da política externa soviética teve papel fundamental na formulação de um posicionamento mais moderado da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), enfatizando uma solução política em detrimento da solução militar para o conflito árabe-israelense:

Arafat's public renunciation of terrorism was to a large extent a credit to New Thinking and the unambiguous explanations by both Gorbachev and Shevardnadze to the Palestinian leadership that terrorist acts against innocent civilians would only serve to undermine Moscow's support for their cause. This highlighted a qualitative transformation from the Brezhnev era when terrorism was often justified as part of what Moscow categorised as a national liberation struggle. (NIZAMEDDIN, 1997, p.60).

Além da aproximação com Israel, a política externa do governo Gorbachev é marcada por uma aproximação com outros países pró-ocidentais no Oriente Médio. A reaproximação com o Egito é representativa desse processo, na medida e que o estreitamento de laços diplomáticos iniciado em 1987 acaba culminando na renegociação dos prazos da dívida militar egípcia (NIZAMEDDIN, 1997). Desde 1985, observa-se também a aproximação diplomática com os Emirados Árabes Unidos, Qatar, Omã e Kuwait (KATZ, 1998). O processo de aproximação dos países do Golfo é acompanhado por um movimento de maior cooperação com a Arábia Saudita, na esteira do desengajamento soviético no Afeganistão⁵. De acordo

⁵ Conforme destaca Nizameddin, (1997, p.71), a aproximação entre Arábia Saudita e União Soviética foi fortemente condicionada pela retirada soviética do Afeganistão: "In January 1987 Saudi Petroleum Minister Hisham Nazer paid a visit to Moscow as part of an Organisation of Petroleum Exporting Countries delegation. One year later, in January 1988, Saudi Foreign Minister Prince Sa'ud Al-Faisal visited the USSR as head of a

com Nizameddin (1997), o interesse soviético em estreitar relações com a Arábia Saudita buscava capitalizar-se no ressentimento saudita ao suporte dado pelos Estados Unidos a Israel. A Arábia Saudita, por sua vez, tinha interesse na ajuda que os soviéticos poderiam proporcionar em relação ao Irã.

O envolvimento soviético no conflito Irã-Iraque, que será tratado em maior detalhe adiante, também teve impacto importante na reorientação da política externa para o Oriente Médio. De maneira geral, um dos principais impactos do envolvimento no conflito acabou sendo o próprio enfraquecimento retórico do discurso universalista da política externa de Gorbachev. Conforme apontado por Katz (1998), o conflito reforçou a importância das noções tradicionais de poder para o equilíbrio regional, enfraquecendo a presença soviética na região.

Observa-se, por conseguinte, que a subordinação das relações soviéticas no Oriente Médio à relação com os Estados Unidos acaba gerando sinais contraditórios na condução da política externa durante o governo Gorbachev. Dessa forma, o relativo esvaziamento das relações soviéticas com parceiros tradicionais na região (como no caso Sírio), juntamente com a aproximação não tradicional a países pró-ocidentais, acaba contribuindo para uma percepção de comportamento errático da política externa soviética no período analisado. Da mesma forma, a ênfase do Novo Pensamento em elementos universalistas acaba contribuindo para uma percepção de enfraquecimento da capacidade de projeção soviética no Oriente Médio. As seções seguintes analisam dois casos emblemáticos que ilustram as tendências supracitadas, contribuindo para a percepção de um comportamento errático e para a constatação de um esvaziamento da agenda política soviética para a região.

3 O Governo Gorbachev (1985-1991) e o Relacionamento Bagdá-Moscou: da Cooperação à Abstenção Soviética

O Iraque, que, historicamente, competiu com o Egito por projeção de poder e influência regional no Oriente Médio, possui uma importância geopolítica

GCC delegation. In February of that year, Soviet envoy Vladimir Poliakov, in the first such visit in 50 years, was an official guest in Riyadh. When the Soviet withdrawal of Afghanistan had been complete, Saudi Foreign Minister Sa'ud Al-Faisal went to Moscow in September 1990 to resume diplomatic ties. Two months later, the de-ideologization of Soviet policy paid off, in the form of a Saudi loan of almost \$4 billion". (NIZAMEDDIN, 1997, p.71).

crucial na região. Sendo resultado de um somatório de províncias do antigo Império Turco Otomano, o Estado iraquiano moderno conta com uma população consideravelmente diversa em termos étnicos e religiosos. Ao longo da sua trajetória histórica, portanto, esteve associado à incerteza e à insegurança nas dinâmicas do Sistema Internacional, especialmente, no que tange a sua integridade territorial e a organização estatal. O somatório dos fatores citados acima desempenhou grande impacto na forma pela qual o Iraque foi incluído nas dinâmicas das Relações Internacionais, incluindo seu relacionamento com a URSS e, posteriormente, com a Rússia após 1989.

A relação entre Moscou e Bagdá tem sua importância mutuamente reconhecida por ambos os governos por motivos tanto históricos quanto geoestratégicos. Ainda que o envolvimento soviético nos movimentos nacionais libertadores dos países do Terceiro Mundo e, no caso do Oriente Médio, com o nacionalismo árabe, tenha sido bastante importante, um conjunto particular de questões caracterizaram as relações entre URSS e Iraque, diferenciando-as de outras alianças soviéticas como com as nações africanas ou asiáticas, também terceiro mundistas, e, ainda, com outros Estados da região do Oriente Médio (VISENTINI, 2014).

3.1 Histórico das Relações entre União Soviética e Iraque (1945-1985)

O início das relações diplomáticas entre os dois países data do final da Segunda Guerra Mundial. O regime monarca que governava o Iraque, na época, mesmo que se auto declarasse anti-comunista, estabeleceu relações com Moscou muito em função dos laços de dependência que ainda mantinha com os britânicos, que, conjunturalmente, encontravam-se aliados com a União Soviética durante a Segunda Guerra, tornando possível a aproximação entre o regime monarca e o regime soviético. Em 1955, no contexto da política denominada de Coexistência Pacífica, as relações Bagdá-Moscou sofreram um momentâneo afastamento gerado, em parte, pela forte crítica da URSS ao governo iraquiano em relação à adesão ao Pacto de Bagdá (1955).

Quando a monarquia pró-ocidental foi retirada do poder pelo golpe militar de 1958, levando o general Karim Qasim à frente do Estado iraquiano, os laços

diplomáticos entre soviéticos e iraquianos foram retomados, sendo uma das suas maiores representações as importações de armamentos soviéticos pelo governo iraquiano. Assim, deu-se início a mais de trinta anos de cooperação soviético-iraquiana, bastante próxima e de caráter múltiplo, e, pela maior parte deste período, descrita como uma parceria com fins estratégicos, até meados dos anos 1980. Entretanto, vale ressaltar que isso não significou que a relação entre os dois Estados permaneceu constantemente amigável, ou que não existiram diferenças em seus posicionamentos políticos em algumas questões pontuais. Ainda, os interesses iraquianos em cooperar com a União Soviética estiveram associados à necessidade de posicionar-se sob a tutela de um ator internacional que pudesse oferecer algum tipo de proteção à busca iraquiana para estabelecer-se como um Estado autônomo dentro do Sistema Internacional. Tendo isso em vista, a elite que governava o Iraque se opunha fortemente a intervenção externa, fosse soviética ou norte-americana, nos assuntos internos do país e na formulação da sua política externa.

O relacionamento Moscou-Bagdá permaneceu amigável e, inclusive, mais fortemente alinhado, quando, em 1968, o Partido Baath subiu ao poder no Iraque, ampliando os campos de cooperação com a União Soviética nos níveis militar, econômico e político. Em retrospectiva, entre 1968-1975, o período pode ser analisado como a maior aproximação entre URSS e Iraque. Uma das marcas do seu apogeu foi a assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação (1972), resultado de uma iniciativa que demonstrava a necessidade de cooperação securitária e política entre Iraque e URSS. Entretanto, o Tratado não estabelecia nenhuma obrigação militar direta e, portanto, não configurava uma aliança militarizada na região do Oriente Médio.

O período entre o final dos anos 1970 e o início dos anos 1980 foi caracterizado pela abstenção, ou neutralidade, e distanciamento no relacionamento soviético-iraquiano, demonstrado pelo enfraquecimento das iniciativas de cooperação. Como justificativas possíveis para a distensão no relacionamento, têm-se os desdobramentos da Guerra do Yom Kippur (1973) e o crescimento dos recursos econômicos iraquianos resultantes da subida dos preços de exportação do petróleo no mercado mundial e, como consequência, uma aproximação conjuntural entre o Estado iraquiano e o Ocidente. Essa aproximação teve como resultado um

declínio, momentâneo, da importância soviética, assim como dos Estados do Leste Europeu, no mundo árabe e, conseqüentemente, no Iraque, marcando, também, um momento de maior abstenção da política externa da URSS (KREUTZ, 2006; VISENTINI, 2014).

Desta forma, as diferenças entre os dois Estados tornaram-se mais agudas, produzindo visíveis efeitos na aliança estratégica entre Moscou e Bagdá. No final dos anos 1970, as discordâncias políticas entre Iraque e União Soviética eram ilustradas, por exemplo, pelo tratamento do governo iraquiano ao partido comunista, duramente censurado dentro do Iraque; pelos planos de ação para a população curda; pela questão do conflito árabe-israelense; e pelo reconhecimento do Estado de Israel pela URSS, fatores agravados, ainda mais, pela instabilidade regional provocada pela Revolução Iraniana (1979) e pela decisão soviética de invadir o Afeganistão em dezembro de 1979. Em termos de rearranjos internacionais, as superpotências demonstraram interesse mútuo em adotar posturas que não interferissem com seus posicionamentos de distensão de conflito, caracterizado pelo período da *Détente*. No final da década de 1970, enquanto a União Soviética se mostrava cada vez mais apática na região, guiada por uma agenda externa que a retirava de questões que pudessem se transformar em conflitos, os Estados Unidos buscavam legitimar suas alianças através da defesa dos interesses de países que atendessem à agenda de Washington, como Egito e Israel, aumentando seu espectro de influência no Oriente Médio através de acordos como o de Camp David (1978), que reconheciam, entre outras coisas, a eficácia do seu papel indispensável como pacificador no cenário internacional (KANET; KOLODZIEJ, 1991).

Desta forma, quando o Iraque deu início as suas ofensivas contra o Irã, em setembro de 1980, originando um conflito que duraria oito anos e que se provaria devastador para ambos os países, a União Soviética, retraindo sua participação nos desdobramentos políticos da região, não condenou publicamente a ação, mas cessou, quase imediatamente, o fornecimento de armamento para o Estado iraquiano, adotando, portanto, um posicionamento de neutralidade no conflito. Contudo, em 1982, quando a Guerra entre Irã e Iraque (1980-1988) se transferiu para o território iraquiano, a União Soviética voltou a fornecer ajuda militar ao país, justificando-se, internacionalmente, por uma busca simultânea da assinatura de um cessar-fogo

entre as partes envolvidas no conflito. Levando em conta o posicionamento do governo egípcio de Sadat (1971-1981) favorável ao interesse norte-americano na região, durante os Acordos de Camp David (1978), e a Revolução Islâmica do Irã (1979), que provou ser anticomunista e anti-soviética, a importância do Iraque para as pretensões soviéticas na região aumentou significativamente. Mesmo com o momento de maior neutralidade e abstenção na comunidade internacional, por parte da União Soviética, pode-se dizer que as relações entre URSS e Iraque permaneceram amigáveis e no âmbito da cooperação, mesmo que tímida, até quase o final dos anos 1980, representada por uma continuidade sem grandes perturbações (KREUTZ, 2006).

3.2 O Relacionamento Bagdá-Moscou e a Passividade da Agenda de Política Externa de Gorbachev (1985-1991)

No início dos anos 1980, portanto, a manutenção dos termos de cooperação do relacionamento bilateral mostrava-se um dos poucos meios eficientes de projeção de influência soviética na região. Bastante cientes da posição de fragilidade da URSS e do estreitamento da projeção do seu interesse na região, os líderes iraquianos passaram a aumentar o grau de exigência de contrapartidas pela manutenção de sua lealdade política e aceitação verbalizada das ideias socialistas, demandando, constantemente, ajuda econômica e uma contínua transferência de armamento.

O Iraque, assim, recebeu cerca de metade do total das exportações soviéticas para a região durante os anos 1980, além do montante proveniente dos contratos assinados entre empresas soviéticas e iraquianas, principalmente nos setores da indústria de base. Corroborando a estreita conexão entre Bagdá e Moscou, tem-se que durante mais ou menos trinta anos de cooperação, especialistas soviéticos construíram em torno de 80 fábricas de grande porte no Iraque e, em 1990, aproximadamente, 8.000 soviéticos viviam no Estado iraquiano. Vale lembrar, ainda, que a União Soviética passava por um período de dificuldades econômicas acumuladas ao longo da década anterior, em função do desgaste do constante posicionamento defensivo que ocupava no Sistema Internacional. Assim, o relacionamento entre a União Soviética e o Iraque sofreu um ponto de inflexão sentido, principalmente, a partir da metade dos anos 1980, tendendo a uma sensível abstenção soviética,

quando os fundamentos da *Perestroika*, principalmente, e da *Glasnost*, de Gorbachev (1985-1991), passaram a demonstrar seus reflexos no posicionamento soviético internacional (KREUTZ, 2006).

A eleição de Mikhail Gorbachev, em 1985, e o advento do Novo pensamento político refletido na Política Externa soviética, tiveram impacto significativo nas relações EUA-URSS e, conseqüentemente, nas relações entre a URSS e o Oriente Médio. A política interna levada a cabo por Gorbachev, através dos princípios *Glasnost* e da *Perestroika*, buscava, teoricamente, acabar com o período de estagnação que havia caracterizado a administração anterior, reestruturando a política soviética em moldes mais interdependentes e globalizados, reduzindo, portanto, seus gastos militares e abrindo a economia soviética para o resto do mundo. Tentando reorganizar internamente os assuntos da União Soviética, de forma desastrosa, o posicionamento da política externa deste período foi caracterizado por uma passividade errática. Ou seja, ao passo em que Gorbachev almejava uma relação de cordialidade com os Estados Unidos no cenário internacional, prometendo não sacrificar interesses vitais soviéticos ou permitir um aumento da projeção militar norte-americana, posicionava-se passivamente ou optava por retirar-se das grandes questões estratégicas e militares que constituíam os teatros internacionais, fornecendo muito pouca, ou nenhuma, resistência aos movimentos norte-americanos e, inclusive, seguindo muitos dos seus posicionamentos (KREUTZ, 2002).

Dentro do relacionamento com o Iraque, a progressiva estagnação da posição soviética ficou evidente nos seus movimentos diplomáticos após a invasão iraquiana ao Kuwait em 1990. Mesmo que Gorbachev não fosse originalmente a favor da ideia de condenar a ação iraquiana publicamente, defrontado e pressionado pelo posicionamento norte-americano, o líder soviético optou pelo alinhamento de opiniões com os Estados Unidos, gerando, inclusive, um amplo desconforto dentro do próprio aparelho estatal da URSS. Mesmo com a oposição interna, a administração de Gorbachev deu suporte à ação norte-americana, retirando quaisquer eventuais fontes de constrangimento à agenda militarizada de Washington para forçar a retirada iraquiana do território do Kuwait, com o voto soviético a favor da Resolução 678 do Conselho de Segurança das Nações Unidas em 1990.

A opção soviética por um posicionamento de política externa que evitasse conflitos permitiu aos Estados Unidos transferir parte substancial do aparato militar da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) no Golfo Pérsico, assegurando sua vitória contra o Iraque. Ao mesmo tempo, a falta de influência de Moscou sob a formulação das diretrizes da política externa estadunidense no período de Gorbachev era evidente. Em 1991, por exemplo, o governo soviético fora formalmente informado da decisão estadunidense de dar início a Segunda Guerra do Golfo apenas uma hora antes do início da campanha, marcando a limitada significância do papel que desempenhou no conflito internacional que representa uma das maiores crises do final do século XX e início do século XXI.

4 O Desengajamento da URSS no Afeganistão sob o Comando de Gorbachev

O intuito desta seção, em vez de explicar as razões e os pormenores da intervenção da URSS no Afeganistão entre 1979 e 1989, é analisar o processo de desengajamento das tropas soviéticas no conflito sob o comando de Gorbachev, particularmente suas causas e consequências para a URSS e para o fim da Guerra Fria. Para tanto, faz-se necessária uma breve introdução sobre as relações entre russos, soviéticos e afegãos, anteriores ao conflito, permitindo que então se possa discutir a retirada soviética do Oriente Médio a partir do caso do Afeganistão.

A conexão entre a nação russa e a afegã remonta ao século XIX, período conhecido por o “Grande Jogo” – de disputa entre o Império Britânico e o Império Russo pela hegemonia na Ásia Central. Um exemplo dessa antiga relação é o apoio militar do Império Russo aos afegãos em suas guerras de resistência contra os britânicos. A importância da posição geoestratégica do Afeganistão, dada a sua localização central de ligação entre a Ásia, a Europa e o próprio Oriente Médio, tornou-se ainda maior durante a era da URSS.

As relações entre as duas partes se fortaleceram a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, com o apoio do governo soviético aos comunistas insurgentes afegãos. Assim, após a derrubada de Mohammed Daoud (que havia abolido a monarquia cinco anos antes) pela facção radical Khalq do Partido Popular Democrático do Afeganistão (PPDA), em 27 de abril de 1978, seguiu-se a fundação da

República Democrática do Afeganistão (RDA) sob um projeto socialista. As reformas implementadas por Nur Muhamhend Taraki, líder do novo regime, resultaram em protestos por parte da classe conservadora da população, apoiada pelo Paquistão (VIZENTINI, 2002), que foram respondidas com extrema violência pelo governo.

A instabilidade se alastrou pelo país e rapidamente o governo de Taraki perdeu o controle efetivo de partes do território. A fim de solicitar maior apoio militar dos soviéticos em troca da moderação de suas políticas reformistas, o chefe de Estado decide viajar para Moscou. No seu retorno, Hafizullah Amim, um dos líderes do PPDA, consciente da intenção de Tarik de demiti-lo do governo, executa Tarik e assume o poder. Em meio à instabilidade, fomentada também pelo apoio dos Estados Unidos aos mujahidins, o então líder soviético Brejnev decide intervir militarmente e invadir o território afegão em 1979, a fim de evitar o colapso do regime aliado, bem como a diminuição da capacidade de influência soviética na região (MALEY, 2009).

Ao assumir o poder em 1985 e herdar o intrincado e prolongado conflito afegão-soviético contra os mujahidins, Gorbachev decide aumentar a agressividade em seu primeiro ano de mandato, com grandes ofensivas objetivando fortalecer o regime do PPDA, desde 1979 sob o comando de Babrak Karmal, e preparar a retirada das tropas da URSS a partir da metade em 1986 (WESTAD, 2005). Contudo, a estratégia de lançar uma última grande ofensiva contra os insurgentes se mostrou ineficaz, dada a progressiva melhora do nível de ação das guerrilhas, a clara intenção de grande e prolongado apoio dos norte-americanos aos opositores do governo e, ainda, a importante participação de combatentes estrangeiros (árabes e paquistaneses) na luta contra as tropas regulares da União Soviética e da RDA. Gorbachev, como notado por Odd A. Westad, via-se em um claro dilema:

Claro que poderíamos sair do Afeganistão rapidamente, sem pensar duas vezes, e afirmar que não precisamos responder pelos erros da liderança anterior. Mas não podemos fazê-lo. Nós ouvimos da Índia e da África que se nós apenas fizermos as malas e sairmos, por exemplo, seria um golpe para a autoridade da União Soviética no movimento de libertação nacional - o imperialismo começaria [outra] ofensiva no Terceiro Mundo se sairmos do Afeganistão... Um milhão de nossos soldados passaram pelo Afeganistão. E nós não seremos capazes de explicar à nossa gente porque não completamos [a guerra]. Nós sofremos perdas tão terríveis. Para quê? Nós minamos o prestígio do nosso país, provocamos tanta amargura. Por que perdemos

todos aqueles meninos? (GORBACHEV apud WESTAD, 2005, p. 372, tradução nossa).

O objetivo de Gorbachev neste ponto era retirar suas tropas do conflito no Afeganistão – enxergado por ele como uma grande armadilha do Ocidente na qual o governo soviético predecessor havia caído – encontrando uma forma de criar um desfecho sustentável para a situação. Além da decadência econômica da URSS e da crescente pobreza da população, fatores que tornavam os gastos com a guerra ainda mais caros para o Estado soviético, Westad (2005) aponta para os incentivos gerais e imediatos para que Gorbachev tomasse a decisão de retirar as tropas do Afeganistão.

Segundo o autor, a então melhora das relações da URSS com os líderes ocidentais, principalmente a primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher, tornava menos provável a eclosão de novos conflitos armados com o bloco liderado pelos EUA. Ademais, a preocupação dos norte-americanos com o corrente conflito na Nicarágua e o relacionado escândalo do Irã-Contras, na visão dos assessores de Gorbachev, tornava pouco provável um maior envolvimento dos EUA no Afeganistão caso de fato ocorresse a retirada soviética do país. Por fim, a substituição de Karmal por Najibullah, um líder mais transigente com os interesses da URSS, facilitava o desengajamento das tropas soviéticas no conflito (WESTAD, 2005).

Quanto aos motivos imediatos que levaram ao abandono do Afeganistão pela URSS, Westad (2005) destaca a relevância da esperança de Gorbachev sobre a diminuição da hostilidade dos EUA no caso de sua retirada do Terceiro Mundo, bem como a aderência ao princípio de auto-determinação dos povos e, ainda, a onda de críticas internas acerca da campanha em território afegão, que vieram a se somar com as críticas internacionais a partir da implementação da *Glasnost*. A retirada das tropas do Afeganistão se deu em 15 de fevereiro de 1989, evidenciando a decadência da URSS até mesmo para o povo soviético. Segundo Westad (2005, p. 377, tradução nossa).

Para a grande maioria dos soviéticos, o envolvimento no Afeganistão tornou-se sinônimo de um papel [...] crescentemente supérfluo que seu governo desempenhou no Terceiro Mundo. Para eles, retirar-se de Cabul significava, portanto, o fim de uma intervenção fracassada. Em 1989, o orgulho comum do papel global soviético presente há apenas alguns anos não estava mais lá.

Ele foi substituído não só pela falta de fé no sistema soviético, mas também pela convicção de que seus líderes desperdiçaram seus recursos no exterior, enquanto as pessoas em casa viviam na pobreza.

5 Considerações Finais

Apresentando extensão territorial duas vezes maior que os Estados Unidos, sendo composta por cerca de cem grupos étnicos nacionais diferentes – incluindo uma comunidade islâmica significativa, que representa mais de 15% da sua população total – e possuindo laços profundos e diversos com o Oriente Médio, a União Soviética, e a atual Rússia, estiveram ativamente envolvidas nas dinâmicas desta parcela do globo. Durante o período soviético, Moscou foi, indiscutivelmente, o centro dos movimentos anticíclicos, anticapitalistas e revolucionários e foi vista como um agente internacional a ser combatido pelo Ocidente, que buscava a contenção da expansão de suas agendas internacionais e seus ideários.

Ocupando a posição de desafiadora do *status quo* da política mundial por setenta anos, a política externa da União Soviética apresentou diferentes padrões de comportamento ao longo do tempo, se ajustando a uma série de constrangimentos internacionais e de processos de organização – social e administrativa – interna. Tendo em vista a interconectividade das políticas interna e externa dos Estados, este artigo buscou demonstrar as modificações apresentadas pela atuação externa da União Soviética durante sua última administração, liderada por Gorbachev (1985-1991), na região do Oriente Médio. O artigo demonstrou, portanto, que a postura errática soviética em suas ações de política internacional esteve intimamente ligada às tentativas de reestruturação interna propostas por Mikhail Gorbachev, através de políticas orientadas pela *Perestroika* e pela *Glasnost* no recorte temporal proposto.

A partir do exame de dois casos específicos, dentro dessa conjuntura, o relacionamento soviético com o Iraque – explorado na terceira seção do trabalho – e o relacionamento soviético com o Afeganistão – analisado na quarta seção – foi demonstrado que a atuação soviética apresentou movimentos que oscilaram entre a cooperação, o conflito e a abstenção – sendo estas produtos da falta de um objetivo externo construído e planejado pela sua administração neste período, e que sustentasse o comportamento da União Soviética a luz do fim de seu regime.

No caso iraquiano, o artigo trouxe à tona a histórica relação de cooperação entre Bagdá e Moscou, motivada tanto por questões de proximidade geográfica quanto de potencial para a projeção de poder regional, questões energéticas, resistência ao interesse ocidental na região e vantagens econômicas de exportação e importação. Estas, progressivamente, evoluíram para um posicionamento soviético pendular e instável, que tendeu à abstenção e a neutralidade em momentos críticos da política iraquiana e regional como um todo.

O caso do desengajamento da URSS no Afeganistão evidencia a insegurança e a hesitação da política externa de Gorbachev para o Oriente Médio. Apesar de avaliar claramente o dilema a que estava exposto, seu desengajamento sem a garantia de sustentação de um forte regime aliado, consequentemente reduzindo sua capacidade de projeção de poder na região, demonstra a dificuldade em avaliar o real estado das dinâmicas globais e regionais da Guerra Fria, bem como suas interconexões.

Observa-se, portanto, que a tendência universalista do Novo Pensamento de política externa soviética significou, no contexto das relações com o Oriente Médio, um processo de progressiva perda de influência no período analisado, refletindo padrões de relacionamento instáveis e baseados em conceitos difusos de cooperação. A análise dos dois casos emblemáticos corrobora a constatação de esvaziamento da agenda política soviética para a região, fundamentada na condução errática da política externa no período considerado.

Soviet Foreign Policy for the Middle East under Gorbachev's Administration (1985-1991): Between Cooperation, Abstention and Conflict

ABSTRACT: The main goal of this paper is to demonstrate how the Soviet foreign policy during the Gorbachev period (1985-1991) presented an erratic behavior, ranging from positions of cooperation, conflict and, mainly, abstention, as a result of the lack of a concrete foreign policy agenda, which sought effectively to maintain the projection of Soviet influence in the Middle East region. In order to support this premise an initial analysis of Soviet policy for the region as a whole is proposed, identifying objectives and performance standards. Then, the cases of Iraq and Afghanistan are discussed, illustrating the erratic behavior of the Gorbachev administration, which attempted to reconcile objectives that called for divergent positions, demonstrating a political inability to construct a political agenda for the region. In this way, the article shows that in the proposed time-cut, the Soviet Union did not present a specific agenda for the region, either for reasons of internal restructuring or international constraints, gradually diminishing its ability to project its interests in the Middle East vis-à-vis the United States, just prior to its fall.

KEYWORDS: Soviet Union. Mikhail Gorbachev. Foreign Policy. Middle East.

Referências

BRESLAUER, George W. Linking Gorbachev's Domestic and Foreign Policies. *Journal of International Affairs*, v. 42, n. 2, p. 267–282, 1989.

BRUTENTS, Karen. Origins of the New Thinking. *Russian Social Science Review*, v.47, n. 1, p. 73–102, 2006.

CHECKEL, Jeff. Ideas, Institutions, and the Gorbachev Foreign Policy Revolution. *World Politics*, v. 45, n. 2, p. 271-300, 1993.

FUKUYAMA, Francis. *Gorbachev and the New Soviet Agenda in the Third World*. Santa Monica: RAND Corporation, 1989.

KANET, Roger E., KOLODZIEJ, Edward A. *The Cold War as Cooperation: Superpower Cooperation in Regional Conflict Management*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 1991.

KATZ, Mark. Post-Soviet Russian foreign policy toward the Middle East. *The Soviet and Post-Soviet Review*, v. 23, n.2, 229-46, 1998.

KREUTZ, Andrej. *The Geopolitics of Post-Soviet Russia and the Middle East*. Arab Studies Quarterly, Washington, v. 24, p. 1-24, 2002.

_____. *Russia in the Middle East: Friend or Foe?* Westport: Greenwood Publishing Group, 2006.

MALEY, William. *The Afghanistan Wars*. New York: Palgrave and Macmillan, 2009.

NIZAMEDDIN, Talal. *Towards a national foreign policy: Russia and the Middle East, 1991-1996*. London, Hurst & Company, 1997.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. *O Grande Oriente Médio: da Descolonização à Primavera Árabe*. Rio de Janeiro: Editora Campus Elsevier, 2014.

_____. *O Oriente Médio e Afeganistão: um Século de Conflitos*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

WESTAD, Odd A. *The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

Biografias: Grandes Nomes da História Soviética

*Bruna Hayashi Dalcin
Douglas de Quadros Rocha
Eduardo Tomankievicz Secchi
Gabriela Ruchel de Lima¹*

Alexander Kerenski (1881-1970)

Alexander Fyodorovich Kerensky foi um dos líderes nacionais mais importantes da Rússia no período entre a queda de Nicolau II, em março de 1917, e a ascensão de Vladimir Lênin, em outubro do mesmo ano. Kerensky nasceu na cidade russa de Simbirsk, em uma família de classe média, no dia 04 de maio de 1881, e formou-se em Direito, em 1904, pela Universidade de São Petersburgo.

Após graduar-se, juntou-se ao Partido Socialista Revolucionário, em 1905, passando a ser o responsável pela edição do jornal *Burevestnik*, além de um militante ativo a favor do fim do regime czarista de Nicolau II. Posteriormente, em 1912, foi eleito deputado para a quarta Duma, representando o grupo de *Toil*, um partido moderado, e atuando no grupo moderado dos *Trudoviques*. Agiu denunciando os abusos de poder do czar e fazendo propaganda dos ideais da revolução. Como revolucionário russo, desempenhou um papel primordial na queda do regime czarista, sendo um dos líderes da Revolução de Fevereiro, além de

¹ Graduandos do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pesquisadores do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais.

nomeado Ministro da Justiça, introduzindo uma série de reformas, que incluíam a abolição da pena capital, além de anunciar as liberdades civis básicas, tais como a liberdade de imprensa, a abolição da discriminação étnica e religiosa e planos para a introdução do sufrágio universal (RT, 2018a).

Kerensky foi também Ministro da Guerra e Primeiro-Ministro, entre julho e novembro de 1917, dando continuidade à guerra contra a Alemanha. Contudo, na chamada Segunda Revolução Russa de Outubro de 1917, o governo de Kerensky foi derrubado pelos bolcheviques, liderados por Lênin. Perseguido pelos bolcheviques, Kerensky viveu exilado em Paris até 1940. Logo em seguida, passou a viver nos Estados Unidos, dedicando-se a escrever sobre política e história da Rússia. Durante esse período, participou de programas de rádio como comentarista, e veio a falecer aos 89 anos de idade, em 11 de junho de 1970, na cidade de Nova York, EUA (RT, 2018a).

Alexander Soljenítsin (1918-2008)

Alexander Issaiévich Soljenítsin nasceu na cidade de Kislovodsk, no Cáucaso, próximo da fronteira com a Geórgia, logo após a revolução de outubro, em 1918. Sua mãe era filha de um kulak da região da base da cordilheira caucasiana, e seu pai, Isaac Soljenítsin, era um oficial de artilharia do exército czarista. Isaac morreu ainda no período de gestação, deixando Alexander órfão desde o seu nascimento. O confisco das terras do seu avô, durante a revolução, levaram à uma vida humilde desde cedo, enquanto o passado de seu pai necessitava ser mantido em segredo.

Formou-se em matemática e física pela Universidade Estatal de Rostov, em 1941, cursando concomitantemente, por via de cartas, literatura no Instituto de Filosofia, Literatura e História da Universidade Estatal de Moscou. Logo foi convocado para a 2ª Guerra Mundial, na qual foi oficial artilheiro, sendo condecorado duas vezes e chegando ao posto de capitão. No final da guerra, quando da chegada do exército vermelho em território alemão, foi aprisionado pela NKVD, a polícia política soviética, por tecer críticas ao regime em cartas enviadas durante o conflito. Passará os próximos 11 anos em campos de trabalho, prisões e hospitais psiquiátricos (ERICKSON JR. e KLIMOFF, 2018).

É a partir das experiências nos campos de trabalho, chamados “gulags”, que sua proeminência literária despertará. Escreveu na prisão suas principais obras, dentre elas: opus Um Dia na vida de Ivan Denisovich, seu magnum opus, lançado no exterior em 1962. O autor narra, na obra, em detalhes, como funcionavam os campos de trabalho forçado na URSS, descrevendo as condições de trabalho precárias e a vida dos prisioneiros, numa espécie de autobiografia. A partir de 1953 passa a cumprir a sua pena de exílio perpétuo no Cazaquistão. Sua obra é premiada com o nobel de literatura em 1970, o qual o autor não pode atender. O evento, no entanto, tornou-se um empecilho político para o Partido Comunista da URSS (PCUS), tendo o Politburo acordado que seria melhor à deportação de Soljenítsin do que a manutenção de seu status de prisioneiro na URSS. Tal fato ocorre em 1974, tendo sido deportado para a Alemanha Ocidental e posteriormente indo morar nos EUA. Sua obra, Arquipélago Gulag, é reconhecida como uma das mais detalhadas descrições do sistema de gulags soviético, sendo utilizada pelo Ocidente para tecer críticas ao regime comunista (MANDEL, 1974).

A partir da sua deportação o autor, agora já convertido do marxismo para um nacionalismo de requintes monárquicos, passa a ser criticado por suas posições. Defensor da volta do Czarismo, comentou sobre uma suposta proeminência de judeus dentro do regime soviético, sendo taxado de anti-semita. Retorna à Rússia em 1994, tendo forte ilusão pelo governo Ieltsin e o colapso que o país vivia. A partir da ascensão de Putin, passa a ver nele a única opção viável para o país, um presidente forte, nacionalista e cristão, assim como o próprio Soljenítsin (HARDING, 2010).

Alexandra Kollontai (1872-1952)

Nascida em uma família aristocrática, **Alexandra Kollontai** foi uma das primeiras mulheres que aderiram ao grupo revolucionário que instaurou o regime comunista na Rússia. Filha de um general Czarista de origem ucraniana e de uma filha de aristocrata rural finlandês, Kollontai teve um acesso privilegiado à educação e a culturas. Bacharelou-se aos 16 anos e seguiu fazendo uma série de cursos literários, de economia e de história, muito embora tenha sido proibida de frequentar um instituto superior (HAUPT e MARIE, 1972).

Casou-se muito jovem, contrariando o desejo de seus pais, mas logo se divorciou, passando aos estudos políticos e à panfletagem. Atuou em diversas regiões e países, sempre buscando a conscientização da classe obreira. De início não era uma social democrata ou revolucionária, simpatizando com o populismo e com os grupos anarquistas e terroristas contra o Czar. Compilou e realizou estudos sobre as condições obreiras na Finlândia e na Rússia. Panfletou e atuou nos partidos de esquerda na Suécia, Alemanha, Bélgica, Estados Unidos, França, Suíça e Reino Unido, tendo tido contato com as mais diversas experiências populares. Com as revoltas camponesas de 1903 e o debate delas nascente, voltou-se para a questão social democrata (HAUPT e MARIE, 1972).

De início panfletava para ambos Mencheviques e Bolcheviques, mas em 1904 se filia à ala Menchevique, muito pela sua admiração por Plekhanov, com a qual teve contato no estrangeiro. Assim o fez até 1915, quando vinculou-se à facção Bolchevique. O massacre na frente do palácio de inverno, ainda em 1905, levou-a para o caminho revolucionário. Fugiu da Rússia em 1908 e, atuando do estrangeiro, ganhou destaque dentro do partido Bolchevique. Foi eleita membro do Comitê Executivo do Soviete de Petrogrado, logo sendo presa pelo governo Kerensky em 1917. A pedido do Soviete foi libertada. Quando ocorre a revolução de Outubro já era membro do Comitê Central do Partido Bolchevique. Foi responsável por construir a maior parte das leis de proteção à maternidade e à infância, bem como foi eleita Comissária do Povo para Seguridade Social. Teve papel muito importante na mobilização da mulher soviética para a revolução e na Segunda Guerra Mundial. Construiu comitês femininos populares e elaborou uma síntese feminista que colocava a luta pela emancipação feminina em estrita consonância com a luta contra o capital, sendo incorporada na política bolchevique e posteriormente soviética (HAUPT e MARIE, 1972).

Foi grande apoiadora de Lênin, mas perdeu o posto dentro do CC quando criticou duramente o tratado de Brest-Litovsk, advogando pela continuidade dos conflitos. Formou o grupo “Oposição Operária”, que estava à esquerda do grupo stalinista, mas não apoiava diretamente Trotsky (HAUPT e MARIE, 1972).

Apoiou Stalin durante a crise sucessória da morte de Lênin, e quando da implementação do II Plano Quinquenal. Continuou sendo oposição ao governo,

mas sua posição dúbia fez-la ser enviada como emissária da URSS na Noruega. Também exerceu a função de responsável pelo departamento de comércio internacional, emissária no México e finalmente, em 1930, enviada da URSS na Suécia, cargo que ocuparia até 1945. Foi neste cargo que entregou um ultimatum, realizado por Stalin, ao governo Sueco para que não aceitasse Trotsky como asilado político. Em 1945 aposentou-se e faleceu em 1952. Foi uma das opositoras à Stalin mais ferrenhas, mas foi poupada do processo de expurgos, muito pelo papel crucial que teve na construção de uma identidade da mulher soviética (HAUPT e MARIE, 1972).

Andrei Gromiko (1909- 1989)

Nascido de uma família humilde na Bielorrússia, **Andrei Andreyevich Gromiko** viveu, durante a sua infância, o conturbado cenário político na Rússia, a Revolução de Outubro e a Guerra Civil que se sucedeu. Filho de uma camponesa e um operário, ambos de origem bielorrussa, viu seu pai lutar na 1ª Guerra Mundial e desde cedo simpatizou com as ideias revolucionárias (ARAÚJO, 2016).

Logo após fazer 13 anos ingressou no Komsomol (União da Juventude Comunista) local. Em 1923 foi eleito Primeiro Secretário da região. Ao terminar a escola primária mudou-se para Borisov, na região de Minsk (Bielorrússia) para estudar em uma escola técnica, e em 1931 juntou-se ao PCUS. Em seu primeiro congresso já foi eleito delegado da sua célula do partido. Nesta época conheceu sua única esposa, Lídia, com a qual teve dois filhos, Anatoly (futuro expoente de estudos africanos e diplomata da URSS) e Emília.

Foi nomeado diretor de uma escola secundária em Dzerzhinsk, na Rússia, logo após concluir sua escola técnica. Algum tempo depois foi convidado por um membro do Comitê Central do Partido Comunista da Bielorrússia para fazer pós-graduação em um curso de economia, em Minsk. Um ano depois, em 1934, foi enviado para Moscou com sua família. Após três anos de estudo, tornou-se professor e pesquisador da Academia Russa de Ciências, com especialidade em economia dos Estados Unidos. Em 1939, após os expurgos de 1938, foi convocado por uma comissão do comitê central do PCUS para uma vaga na diplomacia. Iniciou seus trabalhos no Comissariado do Povo para Assuntos Exteriores, em Moscou,

logo atingindo o posto de chefe do departamento das Américas. Após seis meses na função, foi convidado por Stalin para ser segundo em comando na embaixada soviética nos Estados Unidos. Em 1943 sucedeu Litvinov como embaixador da URSS no país. Foi delegado soviético nas conferências de Potsdam, Yalta e Teerã, sendo chefe desta última quando da partida de Molotov. Participou ativamente da conferência de São Francisco e enviado permanente da URSS na ONU de 1946 a 1948. Foi nomeado ministro das relações exteriores da URSS em 1953, cargo que ocupou até 1985. Ocupou o cargo de presidente do Conselho de Ministros de 1983 a 1985, quando foi eleito presidente do Presidium da URSS, cargo que reteve até a deterioração da sua saúde no final de 1988, sendo sucedido por Gorbachov (ELLIOT e LEWIN, 2005).

É tido como uma reação, juntamente com Brejnev, de uma ala mais centralizadora dentro do Partido para corrigir os rumos que a URSS tomara no governo Khrushchov. Teve papel decisivo na formulação da política externa soviética até sua morte, tendo composto, junto com Andropov e Ustinov, a Troika que de facto governou o país quando do adoecimento de Brejnev já no final dos anos 70. Frequentemente advogou uma posição crítica e combativa em comparação com seus colegas. Morreu em 1989, meses após se licenciar da presidência do Presidium da URSS, cargo que já havia perdido parte de sua função pelas manobras de Gorbachov para desvincular o PCUS do governo da URSS (ARAÚJO, 2016).

Boris Ieltsin (1931-2007)

Nascido em Sverdlovsk (atual Iekaterimburgo), na Rússia, em fevereiro de 1931, **Boris Ieltsin**, foi o primeiro líder russo eleito democraticamente. Começou sua carreira política aos 37 anos como chefe da organização local do PCUS. Despertou a atenção de Michail Gorbachov e, em 1985, Gorbachov elevou Ieltsin a dirigente em Moscou, a capital da União Soviética. Ieltsin perdeu o cargo em 1987, devido à pressão excessiva que fazia por mudanças. Em 1989, foi eleito para uma vaga em uma nova legislatura soviética. No ano seguinte, foi eleito presidente da República da Rússia. Em agosto de 1991, opôs-se ao golpe contra Gorbachov e esteve ligado à formação da CEI - Comunidade de Estados Independentes. Nessa época, contudo, muitas das repúblicas soviéticas já queriam sua independência

total. Em dezembro daquele ano, cada uma das repúblicas se tornou um país independente. Ieltsin permaneceu como presidente da Rússia, se reelegendo em 1996 (ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA, 2018a; FOLHA DE S. PAULO, 2007).

“Respeitado e admirado como líder entre seus pares políticos, os anos de transição pós desmantelamento da União Soviética do governo Ieltsin geram análises opostas na população; para uns ele foi o pivô da modernidade e do nascimento de uma nação, para outros, o culpado pelo caos econômico e suas consequências” (TIMOFEITCHEV, 2017). Ieltsin pretendia, com a reforma política, instaurar a economia de mercado, mas encontrou a resistência interna. Ieltsin introduziu vários direitos democráticos na Rússia, como o direito à liberdade de imprensa e à propriedade privada, as eleições multipartidárias e a abertura das fronteiras para o livre comércio e o turismo. Ieltsin se retirou da vida pública em 31 de dezembro de 1999. Morreu em Moscou em 2007, em decorrência de problemas cardíacos (FOLHA DE S. PAULO, 2007; TIMOFEITCHEV, 2017) .

Czar Nicolau II (1868-1918)

Nicolau II Aleksandrovitch Romanov nasceu em São Petersburgo em 1868 e foi o último czar e autocrata do Império Russo entre 1894 até a sua abdicação forçada em 1917. O reinado de Nicolau foi marcado pela decadência econômica e militar, pela execução de oponentes políticos e pela tentativa de fortalecimento do czarismo na Rússia. Neste sentido, ficou conhecido como “Nicolau Sanguinário” por conta da adoção de medidas repressivas contra a população, ilustradas no Domingo Sangrento (1905) e na supressão da Revolução de 1905 (DAL SANTO, 2016). Tais revoltas foram consequências da derrota humilhante da Rússia na Guerra Russo-Japonesa (1904-1905). Esteve no comando da Rússia durante a Primeira Guerra Mundial e a insistência de permanecer no conflito, mesmo com vigorosas baixas e insuficiência de armas e alimentos, resultou na eclosão da revolta popular e a decadência da dinastia Romanov (TAMES, 1972). Durante a Revolução Russa em 1917, abdicou ao trono, mas acabou sendo aprisionado na Sibéria juntamente com toda a família real, tendo sido eventualmente executado pelos Bolcheviques em 17 de julho de 1918 (LIEVEN, 1993).

Georgy Zhukov (1896-1974)

Nascido em uma família humilde do vilarejo de Strelkovka, 100 km a sudoeste de Moscou, **Georgy Konstantinovitch Zhukov** foi um dos militares mais importantes da história soviética e russa. Foi convocado, em 1915, para servir na cavalaria do exército imperial russo, tendo sido condecorado pela sua bravura. Como início da guerra civil junta-se ao partido comunista, onde é prestigiado pela sua trajetória humilde. Luta na Guerra Civil e vê uma rápida ascensão no exército vermelho (ROBERTS, 2013; ZHUKOV, 2013).

Em 1938 é nomeado vice-comandante do distrito militar da Bielorrússia e em 1939 comandante do 57º Corpo Especial de Exército Khalkhin-Gol, na fronteira da Mongólia com a Manchúria, ocupada à época pelo Japão. Repeliu com sucesso as investidas japonesas em Agosto na região, garantindo a segurança da fronteira soviética no extremo oriente. O reconhecimento pela conquista vem em 1940, com sua nomeação para comandar o Distrito Militar Especial de Kiev. Promovido a general em Junho de 1940 por Stalin, é eleito para o Comitê Central em 1941. É renomeado Chefe da Equipe do Fronte de Reserva em julho de 1941, movimento visto por alguns autores como uma reação à sua rápida ascensão no Partido (ROBERTS, 2013).

Com a invasão Alemã, é responsável por coordenar a defesa de Moscou, a contraofensiva de Leningrado e de Stalingrado e a Batalha de Kursk, que destruiu a espinha dorsal dos equipamentos mecanizados alemães, consolidando o destino da guerra. Fica responsável pelo Fronte da Bielorrússia que reconquista a Polônia e toma Berlim. Recebe formalmente a rendição alemã em nome do governo Soviético. É nomeado chefe das forças soviéticas de ocupação na Alemanha. A partir de então, uma série de desentendimentos com a alta cúpula do partido e com Stalin forçaram-no à posições inferiores. Foi expulso do Comitê Central em 1947 (ROBERTS, 2013; ZHUKOV, 2013).

Após comandar a divisão dos Urais, é re-eleito para o Comitê Central em 1952, sendo nomeado ministro da Defesa no ano seguinte. É o representante soviético no encontro de Genebra em 1955, conhecendo o presidente Eisenhower. No ano seguinte supervisiona a intervenção soviética na Hungria. Em 1957 é um dos

articuladores da defesa de Khrushchov contra a tentativa de golpe orquestrada por Molotov, sendo, em outubro, removido do comitê central por supostamente “afastar o exército do partido”. Tal movimento é visto como um receio de Khrushchov quanto ao poder político que Zhukov adquiriu. Em 1958 é aposentado das forças armadas pelo governo central e dedica seus anos para a escrita de suas memórias. Morre em 1974 em no hospital do Kremlin. Seu enterro foi o maior da história soviética para um não-líder do país, tendo sido superado apenas pelo de Stalin (ROBERTS, 2013).

Grigori Rasputin (1869-1916)

Filho de camponeses, **Grigori Yefimovich Rasputin** nasceu em Pokrovskoye, na Sibéria, em 1869. Na adolescência, Rasputin foi para o mosteiro de Verkhoture, nos Montes Urais, com o objetivo de se tornar um monge. Em 1903, mudou-se para São Petersburgo e logo ganhou fama quando foi procurado pelo czar Nicolau II e sua esposa, a czarina Alexandra Feodorovna, para curar os sangramentos do filho Alexei que sofria de hemofilia. “Com habilidades para acalmar o príncipe, diminuindo seus sangramentos, conquistou a confiança dos czares e durante cinco anos passou a exercer o papel de conselheiro da czarina” (FRAZÃO, 2015). “Protegido pela czarina, que o encarava como o tão desejado enviado de Deus, Rasputin aproveitou-se bem desse favoritismo para, rapidamente, chegar ao cargo de conselheiro de Estado” (MONIZ, 2003). Influenciava a czarina, que defendia sua presença na corte, na crença de que só ele era capaz de salvar a vida de seu filho. Nessa posição, Rasputin interferia na Igreja e nos assuntos do Império, nomeando ministros, ao mesmo tempo, que os derrubava. Não demorou muito, sua presença no palácio acabou por gerar críticas e rumores contra a família real. Em 1914, sofreu seu primeiro atentado, do qual milagrosamente sobreviveu (FRAZÃO, 2015; RINCÓN, 2017).

Grigori Rasputin fez a previsão de que a Rússia cairia em desgraça durante a Primeira Guerra Mundial, o que levou Nicolau II a abandonar a corte para comandar o exército em 1915. Ele e a czarina governavam a Rússia e foram responsáveis, em grande parte, pelo fracasso do imperador em contornar a onda de descontentamentos que antecederam à Revolução Russa. Em dezembro de 1916,

um grupo de nobres organizou uma cilada, e Rasputin acabou envenenado por cianureto durante a refeição (FRAZÃO, 2015; MONIZ, 2003).

Grigori Zinoviev (1883-1936)

Grigori Yevseyev Zinoviev, cujo verdadeiro nome era Ovsei-Gershen Aarovich Apfelbaum, nasceu em uma família judia de pecuaristas produtores de leite e fez seus primeiros estudos em casa. Zinoviev filiou-se ao Partido Social-Democrata Russo em 1901, sendo membro de ala bolchevique desde a sua formação, em 1903. Desde o princípio até a queda do Império Russo, Zinoviev atuou como um grande militante, além de ter sido um dos colaboradores mais próximos de Lênin.

Logo durante os primeiros meses da Revolução de 1917, Zinoviev fez parte da direção bolchevique. Como membros do Comitê Central, Zinoviev e Liev Kamenev foram os únicos membros a votar contra a proposta de luta armada de Lênin. Em outubro do mesmo ano, após a tomada de poder pelos bolcheviques, a direção do sindicato nacional dos ferroviários exigiu que o governo compartilhasse o poder com os demais partidos socialistas, sob ameaça de iniciar uma greve nacional. Ao longo dessa crise, Zinoviev e Lênin encontrava-se em lados opostos, o que, em seguida, culminou com a demissão de Zinoviev e outros militantes do Comitê Central, os quais foram chamados de desertores por Lênin (HAUPT e MARIE, 1972).

Dado o desprestígio de Zinoviev, Trotsky assumiu a segunda posição na hierarquia do partido bolchevique; contudo, Zinoviev voltaria ao Comitê Central em 1918, ficando responsável pela segurança de São Petersburgo durante os ataques mais intensos de Guerra Civil. Já em 1919, converteria-se em membro do partido do Politburo e presidente do Comintern. Com a morte de Lênin, Zinoviev uniria-se a Kamenev e Stalin contra Trotsky. Após o isolamento de Trotsky, passaram a surgir desavenças entre os três, o que fez com que, em dezembro de 1925, Stalin assumisse o controle e Zinoviev e Kamenev fossem nomeados a cargos inferiores. Fazendo grande oposição a Stalin, Zinoviev viu seu poder e prestígio serem consideravelmente reduzidos, sendo expulso do Comitê Central em 1927 e do próprio partido no ano seguinte juntamente com Kamenev. Depois de redigir cartas abertas reconhecendo seus erros, ambos foram readmitidos, permanecendo inativos até

1932, sendo novamente expulsos no mesmo ano e reincorporados em 1933, após serem obrigados a proferir discursos humilhantes no 17º Congresso (HAUPT e MARIE, 1972).

Entre altos e baixos, em 1934, depois do assassinato do bolchevique Sergei Mironovich Kírov, Stalin desencadeou o chamado Grande Expurgo, onde prendeu vários de seus opositores, entre eles Zinoviev e Kamenev. Depois de assumir “cumplicidade moral” com o assassinato de Kírov, Zinoviev foi condenado a dez anos de prisão. Em 1934, sob novo julgamento, agora público, Zinoviev foi obrigado a confessar diversos crimes, os quais culminaram em sua execução, em 25 de agosto de 1936.

Iuri Andropov (1914-1984)

Iuri Vladimirovitch Andropov nasceu em 1914 na província de Stavropol, ao Norte do Cáucaso, tendo sido Secretário Geral do PCUS entre 1982 a 1984. Suas primeiras experiências no Partido Comunista iniciaram em 1939 quando tornou-se membro, tendo sido transferido para o Comitê Central da República Soviética Carelo-Finlandesa, onde combateu como guerrilheiro durante a Segunda Guerra Mundial (RT, 2018b). Conhecido como “Açougueiro de Budapeste”, Andropov era embaixador da União Soviética na Hungria durante a Revolução de 1956, tendo sido favorável a uma intervenção militar dura para suprimir o movimento húngaro (ANDREW; MITROKHIN, 2000). Em 1967 tornou-se presidente da KGB e ao longo de sua carreira buscou eliminar dissidentes políticos, realizando prisões em massa e internações psiquiátricas como instrumentos de controle e repressão (THE TELEGRAPH, 2004).

Durante a Revolução de Praga (1968), foi um dos defensores de “medidas extremas” para controlar o movimento, contudo, tomou posição contrária ao uso de força militar no Afeganistão (1979) e na Polônia (1981). No comando da União Soviética, Andropov iniciou uma campanha anti-corrupção, e implementou reformas econômicas para elevar a produtividade e a capacidade científica soviéticas (RT, 2018b). No plano internacional, sua liderança foi marcada pela deterioração das relações com os Estados Unidos sob Ronald Reagan na questão dos mísseis

balísticos (RT, 2018b). Em 1983 foi internado em Moscou, vítima de insuficiência renal, e acabou falecendo em janeiro de 1984 após meses no hospital.

Josef Stalin (1878-1953)

Stalin é o pseudônimo de Josef Vissarionovitch Djughashvili, nascido em Gori, na Geórgia, no dia 18 de dezembro de 1878 e líder da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, entre os anos de 1924 e 1953. Filho de um sapateiro e de uma costureira, foi seminarista quando adolescente e, em 1899, quando expulso de um seminário, iniciou sua militância anticzarista e revolucionária. Entre os anos de 1902 e 1913, foi preso e exilado seis vezes. Depois de cinco fugas recebeu o nome de Stalin - que significa “homem de aço” (LUDWIG, 1943).

Em 1917, Stalin participou da Revolução Russa, ao lado de Lênin e teve papel fundamental na Guerra Civil, a qual desagregou o regime czarista. Depois da vitória do movimento, Lênin chefou o governo até sua morte, em 1924. O poder soviético foi então disputado por Leon Trótski, chefe do exército, e Stalin, secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética. Stalin, que pregava a consolidação interna da revolução, a estruturação de um Estado forte e a implantação do socialismo num só país, a fim de que posteriormente se tentasse expandir a revolução para a Europa, saiu vitorioso. A Stalin coube o controle de máquina de governo, função atribuída pela organização burocrática do Partido Comunista. Com o apoio dos presidentes dos soviets de Leningrado (Zinoviev) e de Moscou (Kamenev), Stalin obrigou Trotski a demitir-se do cargo de comissário da Guerra e deixar o país, exilando-se na Turquia. A partir de 1928, a economia soviética, sob o comando de Stálin, viveu a socialização total, com a abolição da NEP, política adotada por Lênin, e a instauração dos “planos quinquenais”. Elaborados pela Gosplan, órgão encarregado da planificação econômica, e que tinha por objetivo modernizar e industrializar a União Soviética (LUDWIG, 1943).

A fim de concretizar sua política de centralização de poder, Stalin buscou reafirmar sua autoridade, afastando todos os potenciais opositores por meio de julgamento, prisões, condenações e execuções, nos processos conhecidos como “Expurgos de Moscou”. Com um governo forte e uma economia em crescente desenvolvimento, a URSS assumiu uma posição de potência, tendo um papel

decisivo, sobretudo na II Guerra Mundial, o que a levou a dividir o poder global com os Estados Unidos durante a Guerra Fria. Stalin faleceu em Moscou, União Soviética, no dia 5 de março de 1953, ao que tudo indica, em decorrência de uma hemorragia cerebral. Seu corpo passou a ser exposto no mesmo salão em que se encontra o corpo de Lênin, na Praça Vermelha, em Moscou. Contudo, no XX Congresso do Partido Comunista, realizado em 1956, Nikita Khrushchov denunciou os crimes cometidos por Stalin. Após a denúncia, o corpo do “Pai dos Povos”, como era chamado Stalin, foi enterrado próximo aos muros do Kremlin, onde permanece até hoje.

Leon Trotsky (1879-1940)

Trotsky, que se chamava, de fato, Lev Davidovich Bronstein, nasceu em Ianovka, à época Império Russo e atual Ucrânia, no dia 7 de novembro de 1879. Filho de lavradores de origem judaica, com nove anos foi mandado para uma escola judaica em Odessa. Em 1895, com 16 anos, começou a se interessar pelas revoltas das camadas populares contra o governo do Czar Nicolau II. Participou das agitações políticas, imprimindo e distribuindo panfletos entre estudantes e operários.

Em 1897, Leon Trotsky ingressou na Universidade de Odessa, mas logo abandonou o curso. Em 1898, na liderança do “Partido dos Trabalhadores Russos”, foi preso e enviado para Moscou. Durante os dois anos em que ficou preso, aprofundou seus estudos na obra “O Capital” do filósofo alemão Karl Marx. Em 1902, para facilitar sua fuga, mudou seu nome para Trotsky, seguindo então para Londres, onde se uniu ao Partido Social Democrata Russo, cujo entre os líderes estava Lênin. Seus ideais eram difundidos pelo jornal *Iskra* (A Centelha), o qual entrava clandestinamente na Rússia. Em 1905, no final da guerra contra o Japão, a Rússia estava extremamente enfraquecida. Nessa época, após se desentender com Lênin, Leon Trotsky retornou ilegalmente à Rússia. No dia 22 de janeiro desse mesmo ano, ocorre a eclosão do “Domingo Sangrento”, quando a multidão que se reunia em frente ao Palácio de Inverno de São Petersburgo, pedindo audiência com o czar, é brutalmente assassinada. Junto com os operários de São Petersburgo, Trotsky cria um conselho de operários, o “Soviete” e torna-se seu presidente. Começa então a

luta para derrubada do Governo Provisório de Alexander Kerensky, que assumiu o cargo após a abdicação do Czar (VOLKOGONOV, 1996).

Kerenski passou a perseguir os bolcheviques, sendo Trotsky preso mais uma vez, porém conseguindo fugir e viver entre a Áustria, a Suíça, a França e os Estados Unidos. Em 1917, de volta a Petrogrado, nova denominação de São Petersburgo, prepara-se a revolução socialista, conforme seus planos, através da infiltração dos bolcheviques nos soviets, criando uma milícia popular, a Guarda Vermelha, e assumindo o controle da guarnição militar, com a instituição de um Comitê Militar Revolucionário. Na noite de 24 para 25 de outubro eclode a revolução, assumindo os bolcheviques o controle do governo. Conforme seu programa, Lênin passou a presidir o Conselho dos Comissários do Povo, formado por bolcheviques. Leon Trotsky ocupou o Comissariado das Relações Exteriores e, posteriormente, o Comissariado da Guerra, enquanto Josef Stalin o encarregou-se do Comissariado das Nacionalidades. A família do czar foi presa e, em 1918, o Partido Bolchevique transformava-se em Partido Comunista, o primeiro no mundo, sob o nome de União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. O novo regime enfrentou três anos de guerras contra os mencheviques, contrários ao novo regime, apoiados por países europeus temerosos de que o regime se espalhasse. Nesse mesmo ano, por ordem de Lênin, a família do czar foi executada (VOLKOGONOV, 1996).

Leon Trotsky passou todo o período da guerra civil num trem blindado, percorrendo o país e conduzindo a luta. Era o preferido de Lênin para sucedê-lo, mas foi afastado por Stalin, que assumiu o poder depois da morte do líder. Nos primeiros anos de governo, Stalin impôs sacrifícios brutais ao povo russo. Entrou em atrito com Trotsky que queria a continuação do processo revolucionário até chegar a algo parecido com o comunismo imaginado por Marx: um modelo sem classes sociais e sem fronteiras nacionais. Em 1929 foi expulso da União Soviética e viveu na Turquia, França, Noruega e no México (1937), onde foi assassinado por um agente de Stalin, falecendo em Coyoacán, no dia 21 de agosto de 1940 (VOLKOGONOV, 1996).

Leonid Brejnev (1906-1982)

Leonid Brejnev nasceu em Kamenskoje, Ucrânia, em 19 de dezembro de 1906, período em que a região pertencia à Rússia czarista. Ingressou no PCUS em 1931. Nessa época, conheceu Nikita Khrushchov, com quem cultivou uma boa amizade. Mais tarde, em 1939, tornou-se diretor do PCUS da cidade de Dneprodzerzhinsk. Em junho de 1940, quando a Alemanha nazista invadiu a União Soviética, foi convocado para lutar pela defesa do país, ascendendo na carreira militar. Em 1950, tornou-se deputado do Soviete Supremo, a mais importante instância legislativa da URSS. Em 1951, foi Primeiro Secretário do Partido na Moldávia e, no ano seguinte, passou a integrar o Comitê Central do PCUS. Em meados da década de 1950, foi convocado a Moscou e designado membro do Politburo. Em 1963, tornou-se primeiro secretário do Comitê Central e, em outubro de 1964, com a queda de Nikita Khrushchov, assumiu a liderança do país (ESTADÃO, 2018; O GLOBO, 2013).

Já instalado no Kremlin, promoveria, no plano externo, a distensão internacional, de forma que, em 18 anos de poder, negociou com cinco presidentes americanos. Em 1972, Brejnev e o então presidente dos EUA, Richard Nixon, assinaram o SALT-1 - Tratado de Limitação de Armas Estratégicas - e o Tratado de Mísseis Antibalísticos. As relações soviético-norte-americanas melhoraram durante algum tempo, mas voltaram a deteriorar-se com a intervenção no Afeganistão em 1979. Enquanto isso, internamente, faria um governo estável. Implementou parcialmente o plano de reformas econômicas, que preconizava a introdução de certos elementos da economia de mercado (EGOROV, 2018; O GLOBO, 2013).

De fato, a economia soviética crescia a um ritmo acelerado no final da década de 1960. A indústria petrolífera russa dos dias de hoje foi, inclusive, formada na era Brejnev. O Choque do Petróleo de 1973 permitiu à URSS ganhar somas significativas ao fornecer petróleo bruto à Europa, caindo em uma fase de estagnação econômica - a chamada “estagnação Brezhnev” - com o fim da crise (EGOROV, 2018). O líder soviético investiu massivamente em armas e tecnologia espacial, em detrimento dos sistemas públicos de saúde e educação. Morreu em 1982, em função de um ataque cardíaco em Moscou. “Governou a URSS mais tempo do que qualquer outro líder, à exceção de Stalin” (ESTADÃO, 2018).

Maxim Litvinov (1876-1951)

Nascido Meir Henoch Wallach-Finkelstein, **Litvinov** adotou seu pseudônimo russificado em 1898, quando da sua entrada no Partido Operário Social-Democrata Russo, à época ilegal. Filho de uma família de origem Judia e burguesa, nasceu em Białystok, nordeste da Polônia. Alistou-se, aos dezessete anos, como voluntário no exército, onde estudou economia, ciências sociais e iniciou seus estudos sobre o marxismo (HAUPT e MARIE, 1972).

Mudou-se para Kiev em 1901, participando do comitê central daquela cidade. Foi preso, junto com os demais membros, pela polícia czarista e enviado à Sibéria Oriental. Em 1902 consegue fugir, juntamente com outros 10 detentos, exilando-se na Suíça. No II Congresso de Londres do POSDR houve a cisão entre a ala Bolchevique e Menchevique, tendo Litvinov aderido à primeira. Em 1903 retorna ilegalmente à Rússia, onde trabalha como plenipotenciário do Comitê Central para a região Nórdica. É eleito representante dos Bolcheviques para o III Congresso de Londres. Continua atuando em outras atividades, por vezes fugindo para o estrangeiro fugindo da perseguição Czarista (HAUPT e MARIE, 1972).

Após a revolução de Outubro, foi o primeiro plenipotenciário soviético na Inglaterra, feito refém do governo inglês, após 10 meses no país, e trocado pelo diplomata R. H. Bruce Lockhart, preso pelos bolcheviques acusado de tentar matar Lenin. Presidiu a Conferência sobre Desarmamento de Moscou (1923) e estabeleceu os contatos da URSS com a Alemanha, Dinamarca e Suíça, em especial os acordos comerciais com a primeira que sustentaram a industrialização da NEP soviética. Ligado ao Comissariado do Povo para Assuntos Estrangeiros, sustentou a ideia de segurança coletiva Europeia e criticou durante os anos 30 a convivência Anglo-Francesa com a ascensão do Nazi-Fascismo. Foi substituído por Molotov nas negociações com o Ocidente por não acreditar que tais países se comprometiam verdadeiramente com a contenção de Hitler. Sobreviveu à Segunda Guerra, tendo falecido em 1951 como uma das bases da política externa soviética (HAUPT e MARIE, 1972).

Mikhail Gorbachov (1931- presente)

Mikhail Sergeyevich Gorbachov nasceu em em 1931 na cidade de Privolnoye, Norte do Cáucaso, tendo sido o último líder e Secretário Geral do PCUS até 1991. Seu primeiro contato com a política foi através do Liga Comunista de Jovens, a qual ingressou ainda jovem, tendo se tornado membro do Partido Comunista em 1950, mesmo ano que ingressou na Universidade Estatal de Moscou para cursar Direito (FUNDAÇÃO GORBACHOV, 2018). Sua ascensão no Partido foi rápida, tornando-se Primeiro Secretário do Comitê Regional de Stavropol em 1970, membro do Comitê Central em 1978, e por fim membro do Politburo em 1980 (FUNDAÇÃO GORBACHOV, 2018). Gorbachov foi tutelado por Suslov em sua ascensão no Partido, tendo atuado ativamente durante os últimos meses de Andropov até ser eleito pelo Politburo para a liderança da URSS após a morte de Chernenko em 1985. Suas principais ideias e objetivos para a União Soviética estavam alinhadas com a modernização econômica, após a estagnação dos anos Brejnev, além de tornar a burocracia soviética mais eficiente e responsável (ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA, 2018b). Sua liderança foi marcada pela *glasnost* (abertura) e *perestroika* (reestruturação), as quais buscavam liberalizar a economia e a política soviéticas respectivamente, permitindo a liberdade de expressão e descentralização econômica (TAUBMAN, 2017).

Na política externa, Gorbachov estabeleceu relações amistosas com o Ocidente e os EUA sob Reagan, reduzindo os arsenais nucleares e retirando tropas soviéticas do Afeganistão e do Leste Europeu, formado cada vez mais por governos não-comunistas (GORBACHOV, 1996). Em razão destas medidas, foi premiado com o Nobel da Paz em 1990. No entanto, durante o processo de descentralização política, Gorbachov foi ultrapassado pelos eventos e acabou cedendo rapidamente seus poderes e autoridade política como líder da URSS, até ser eclipsado por fim por Boris Yeltsin (BUSHKOVITCH, 2014). Em 25 de dezembro de 1991, Gorbachov renunciou à posição de líder da URSS, pondo fim à mesma. Atualmente, Gorbachov atua em think tanks pelo mundo.

Mikhail Suslov (1902-1982)

Mikhail Andreyevich Suslov nasceu em Shakhovskoye, Rússia, em 1902, tendo sido o principal responsável pela área da ideologia e divisão de poderes no PCUS. Seu primeiro contato com o comunismo foi através da Liga Comunista de Jovens, tendo após se filiado ao Partido Comunista em 1921 (DODER, 1982). Durante os anos 1930, ascendeu na hierarquia do Partido e foi um dos principais responsáveis pela execução dos Expurgos na Ucrânia e no Cáucaso durante os anos de Stalin, e pela deportação de minorias e dissidentes para a Sibéria durante a Segunda Guerra Mundial. Em 1947 tornou-se membro Secretário do Comitê Central e logo após a Segunda Guerra Mundial, em 1952, tornou-se membro do Politburo (DODER, 1982). Suslov pode ser considerado uma das pessoas mais influentes nos acontecimentos posteriores na URSS.

Em termos ideológicos, era considerado conservador em relação aos demais partidos comunistas europeus, defensor do centralismo democrático, e anti reformista face às tentativas de reformas radicais no bloco, como na Tchecoslováquia (1968) e na Polônia (1981-1982). Contudo, era resistente à invasões militares, somente em último caso (como na Hungria em 1956), preferindo medidas políticas duras (SCHMIDT-HAUER, 1986). Crítico de Khrushchov, esteve envolvido na sua deposição e consequente ascensão de Brejnev (LAW, 1975). No final de sua vida, manteve sua importância na cúpula do PCUS ao lidar com os demais partidos comunistas para a manutenção do alinhamento ideológico. Possível sucessor de Brejnev, Suslov faleceu em 25 de janeiro de 1982, vítima de diabetes, o que deu início na disputa pelo comando da URSS.

Nestor Makhno (1888-1934)

Nestor Ivanovitch Makhno foi um revolucionário anarco-comunista nascido em 1888 na cidade de Huliaipole, sudeste da Ucrânia. Entre 1917 a 1922, Makhno foi comandante do Exército Revolucionário Insurrecional da Ucrânia ou Exército Negro durante a Revolução Ucrainiana, tendo combatido forças externas que buscavam conquistar e controlar a Ucrânia, tais como: nacionalistas ucranianos, forças do Império Alemão e Austro-Húngaro, o Hetmanato Ucrainiano, o Exército

Branco e o Exército Vermelho. Durante a Guerra Civil da Rússia na sequência da Revolução Russa, Makhno organizou um movimento de camponeses contrário às forças nacionalistas e conservadoras que surgiam na Ucrânia com apoio do Império Alemão e do Austro-Húngaro (KANTOWICZ, 1999). A partir dos ideais anarco-comunistas, Makhno buscou aplicar os princípios do anarquismo ao abolir toda forma de Estado e estabelecer a gestão entre conselhos de trabalhadores (soviets) nas regiões onde controlava, no Sul da Ucrânia.

Em sua relação com o PCUS, o anarquista ucraniano era contrário à fase da ditadura do proletariado, quando o Partido adquire poder durante a fase de transição, considerando os Bolcheviques verdadeiros ditadores. Durante o combate contra o Exército Branco, Makhno firmou uma aliança com as forças do Exército Vermelho até a vitória sobre as forças revolucionárias em 1920; entretanto, logo após os Bolcheviques retomarem o combate contra todas as forças anarquistas. As forças anarquistas do Exército Negro acabaram sendo executadas pelo Exército Vermelho, mas Makhno conseguiu escapar e foi forçado ao exílio em Paris, onde viveu durante seus últimos anos mantendo um grupo anarquista até sua morte por tuberculose, em 1934.

Nikita Khrushchov (1894-1971)

Nikita Khrushchov nasceu em 15 de abril de 1894, em Kalinovka, no sul da Rússia, próximo à fronteira com a Ucrânia. Em 1918, aos vinte e quatro anos, ele se juntou ao PCUS e lutou no Exército Vermelho durante a Revolução Russa. Em 1938, ele foi nomeado primeiro-secretário do Partido Comunista Ucraniano e, ao mesmo tempo, foi nomeado para o Politburo, o corpo governante do PCUS. Durante a Segunda Guerra Mundial, Khrushchov serviu no Exército Vermelho e avançou para o posto de tenente-general (BIOGRAPHY, 2018; THOMPSON, 1995).

Em 1949, Khrushchov foi convocado a Moscou para servir no Secretariado do partido. Após a morte de Joseph Stalin em 1953, Khrushchov tornou-se o primeiro secretário do Comitê Central do PCUS. Em 1956, denunciou os excessos do Stalin, encorajando a política de desestalinização. Ele tentou humanizar o sistema soviético relaxando as restrições à liberdade de expressão e liberando ondas de

presos políticos dos campos de trabalhos forçados. Ele relaxou a produção de bens militares e aumentou a produção de bens de consumo apenas para impor cortes durante a corrida armamentista. No entanto, alguns de seus ambiciosos projetos econômicos fracassaram e seu manejo de assuntos externos resultou em um certo revés (THOMPSON, 1995).

Enquanto isso, o início da Guerra Fria começou a aumentar em 1960, quando Khrushchov rompeu as negociações com o presidente Eisenhower. Dois anos depois, os Estados Unidos e a União Soviética ficaram à porta da guerra nuclear durante a Crise dos Mísseis de Cuba em 1962, quando os Estados Unidos esperaram Khrushchov retirar armas nucleares de propriedade soviética de Cuba. Estes desenvolvimentos causaram preocupação entre os líderes do partido na União Soviética. Em outubro de 1964, Khrushchov foi forçado a se aposentar por outros líderes partidários. Como cidadão, ele viveu uma vida tranquila até sua morte em 11 de setembro de 1971, em Moscou (KHRUSHCHOV, 2000; ILIC; SMITH, 2009).

Nikolai Bukharin (1888-1938)

Bukharin nasceu de uma família de intelectuais, ambos professores. Inspirou-se em seu pai, matemático, desde cedo, tendo grande contato e interesse pelas áreas de ciências exatas. Sua família foi transferida para a Bessarábia, atual Romênia, onde seu pai assumiu um posto de fiscal tributário. Logo após este período, foi remanejado para Moscou onde perdeu o emprego. Tal período foi marcado pelo amadurecimento intelectual de Bukharin, onde assumiu o ceticismo religioso e iniciou seus estudos filosóficos, muito por livros que lhe eram passados após seu pai ler. Conseguiu ir para uma escola de ensino regular, tirando notas excelentes e acabando em primeiro lugar no colégio, muito embora reconhecesse que não se esforçava, o que reforçou seu ceticismo com os padrões sociais da época (HAUPT e MARIE, 1972).

Ao ingressar na escola secundária passou a organizar círculos de leitura sobre temas políticos, filosóficos e econômicos, tendo foco neste último. Tais grupos foram reproduzidos quando de seu ingresso na faculdade, servindo de base para o contato de Bukharin, da universidade e dos movimentos sociais. Em 1906, após as revoltas de 1905, ingressou no POSDR. Teve de fugir ao estrangeiro em 1910 para

não ser aprisionado pela polícia czarista. Considerava-se um bolchevista ortodoxo, nem conciliador, nem otzovista (grupo que negava a participação bolchevique em órgãos legais) (HAUPT e MARIE, 1972).

Durante o processo revolucionário, encontrava-se à esquerda no espectro político intra-partidário, próximo de Trotsky, considerando-se muito próximo de Lênin. Foi eleito para o Comitê Central do partido no seu VI Congresso. Logo depois foi eleito chefe do Presidium da Comintern e membro do Politburo do partido. Defendia inicialmente a tese trotskista de militarização dos sindicatos em prol da revolução, ao contrário da tese leninista de autonomia sindical. O fracasso da Revolução Alemã, no entanto, mudam a perspectiva de Bukharin. Passa a criticar a revolução mundial, advogando que o capitalismo estabilizara-se novamente e o isolamento soviético requiritava a construção de um socialismo por conta própria, consolida-se a tese do “socialismo em um só país”. Stalin e Bukharin lideram a oposição de direita, dentro do partido, contra a postura da esquerda trotskista. Expurgam Trotsky e seus companheiros do partido e consolidam o caminho progressivo da industrialização em detrimento de um choque de coletivização forçada, proposto por Trotsky (HAUPT e MARIE, 1972).

Essa posição dura até o final do primeiro plano quinquenal, quando os Kulaks adquirem muito poder após a NEP. Stalin advoga pela coletivização forçada para combater a ascensão política dos Kulaks, que passam a advogar pela volta do capitalismo. Bukharin continua sustentando a progressividade da coletivização, advogando que o setor agrícola era quem produzia os excedentes para a industrialização e deveria ser protegido. Em 1936 Stalin inicia o Grande Expurgo, Bukharin é preso em 1937 e executado em 1938. O pretexto escolhido foi uma série de correspondências em que o bolchevique tratou sobre o possível assassinato de Lênin, mais de uma década antes, no auge da guerra civil. Sua tese do socialismo em um só país continuou, no entanto, como pilar central da política soviética até o final da reconstrução pós-guerra (HAUPT e MARIE, 1972).

Serguei Kirov (1886-1934)

Serguei Mironovich Kirov nasceu em 1886, na pequena vila de Urjum, 150km ao norte de Cazã. Perdeu seus pais logo cedo, morando com a sua avó.

Não tendo estas condições de cuidar de Serguei e suas duas irmãs, enviou-o a um orfanato. Kirov conseguiu uma bolsa de estudos em Cazã, em uma escola técnica. Urjum possuía diversos presos políticos do regime czarista, com os quais Kirov teve contato, o que favoreceu sua entrada na mobilização política quando da sua mudança para Cazã (HAUPT e MARIE, 1972).

Inicialmente um social democrata, logo envolveu-se na preparação das manifestações de 1905, tendo sido preso com outros 40 “camaradas”. Sofreu processo administrativo e foi liberado 3 meses depois, convertendo-se em um revolucionário profissional. Desde este período até o estopim da revolução de Outubro ocupou-se da produção da imprensa clandestina do partido, inicialmente em São Petersburgo, e posteriormente nas regiões do Cáucaso e da Ásia Central. Manteve um baixo perfil dentro do partido contando, no entanto, com a apreciação dos altos dirigentes, como Lênin e Stalin, pelo seu desempenho panfletário. Foi encarregado, quando do início da Guerra Civil, de coordenar a defesa de Astrakan e da região Cáucaso, tendo logrado defender a cidade (HAUPT e MARIE, 1972).

No início dos anos 20 foi o responsável pela anexação da Geórgia (Menchevique) e consolidar a revolução no Azerbaijão, auxiliando também na mesma em toda a Ásia Central. Seu talento foi reconhecido e seu prestígio fez-o ser enviado à Moscou para auxiliar no governo central. Apoiou Stalin na sucessão do partido quando da morte de Lenin, tendo sido enviado à Leningrado (São Petersburgo) para recuperar a cidade para o campo Stalinista. À época Zinoviev comandava a cidade e tinha praticamente rompido com Moscou. Junto com Kalinin e Petrovsky conseguiu cumprir sua missão. Continuou angariando prestígio e apoiando Stalin até o início dos anos 30. Foi nomeado ministro mas logo no exercício de sua função foi assassinado, em 1934. Os stalinistas culpam a ala trotskista pelo ataque, enquanto que a oposição acusou Stalin de temer um crescimento da influência de Kirov no governo. O evento marca o início dos grandes expurgos, com membros centrais do partido bolchevique sendo acusados pelo assassinato e sendo removido de seus cargos, muitos sendo executados por traição (HAUPT e MARIE, 1972).

Vladimir Lenin (1870-1924)

Lênin, que se chamava Vladimir Ilitch Ulianov, nasceu em Simbirsk, (atual Ulyanovsk), na Rússia, no dia 22 de abril de 1870. Conviveu desde cedo com as ideologias políticas do irmão, Alexandre Ulianov, que integrava a organização “Vontade do Povo”, em São Petersburgo. Em 1887, a organização foi acusada de tentar assassinar o Czar Alexandre III, e Ulianov foi preso e condenado à morte (FISCHER, 1964).

No mesmo ano, Lênin mudou-se para a cidade de Kazan, onde ingressou na faculdade de Direito. A partir de 1888, passou a se dedicar ao movimento anti-czarista, que se organizava clandestinamente em São Petersburgo. Depois de formado adotou a ideologia marxista, passando a estudar os problemas econômicos da Rússia e tendo por base as doutrinas de Marx e Engels. Já em 1898, fundou o Partido Social Democrata Russo. De volta à Rússia, o partido foi desarticulado pela polícia, Lênin foi preso e exilado na Sibéria por três anos. Após o exílio, Lênin viveu em Londres, Munique, Paris e Genebra, e se aprofundou no estudo das ideias de Marx e Engels, bem como no desenvolvimento de suas próprias teorias sobre a revolução socialista. Em 1901, na Suíça, iniciou a publicação do Iskra “Centelha”, jornal que difundia seus ideais e centralizava a luta do “Partido Social Democrata Russo” contra o czarismo. Em 1903, discutiu-se a tese do partido em um congresso em Bruxelas, onde as divergências surgidas levaram a uma divisão. O “Partido Bolchevique”, liderado por Lênin, acreditava que as mudanças na Rússia deveriam acontecer através de uma revolução imediata. Já o “Partido Menchevique”, por sua vez, acreditava que o processo deveria ser mais moderado e contar com a atuação da burguesia.

Eclodiu, em 1905, uma revolução espontânea, sem liderança, que abalou o prestígio do Czar Nicolau II, e serviu como marco inicial para a queda do regime. Após a revolução, Lênin teve novamente que fugir da Rússia. Com o início da Revolução de 1917, Lênin voltou para ao e, juntamente a Trotsky, passou a planejar a queda do governo provisório, sendo as promessas de Lênin de “pão, paz e terra” um fator que conquistou muitos adeptos da causa Bolchevique. Depois de tomar o poder, em novembro de 1917, Lênin passou a atacar os grupos socialistas rivais

usando a polícia secreta como arma, além de executar o czar e toda a sua família (FISCHER, 1964).

O novo governo enfrentou muitos problemas, obrigando Lênin a introduzir o “Comunismo de Guerra”. Após uma guerra civil, a fim de evitar o colapso total da economia, instituiu-se a “Nova Política Econômica” (NEP), que reunia princípios socialistas com elementos capitalistas. Em 1923, depois da reconquista de várias áreas do império czarista, as quais já haviam formado suas próprias repúblicas, foi formalmente criada a “União das Repúblicas Socialistas Soviéticas” (URSS). O Leninismo, doutrina política e econômica baseada no marxismo e adotada por Lênin, influenciou o Partido Comunista, que se espalhou por diversas partes do globo e contou com a liderança de Lênin até sua morte. Lênin faleceu em Gorki Leninsky, na Rússia, no dia 21 de janeiro de 1924. Seu corpo foi embalsamado e permanece exposto até os dias de hoje no Mausoléu da Praça Vermelha, em Moscou (FISCHER, 1964).

Vyacheslav Molotov (1890-1986)

Nascido na pequena aldeia de Kukarka (atual Sovietsk, no Óblast de Kirov) em 1890, Vyacheslav Mikhaylovich Skryabin juntou-se à facção bolchevique do Partido Operário Social-Democrata Russo, em 1906. Adotou o pseudônimo de “molotov” (do russo *molot*, “martelo”). Foi preso em 1909 e passou dois anos no exílio na Sibéria. Em 1911, tornou-se um dos editores do Pravda, o jornal bolchevique clandestino do qual Josef Stalin também era editor. Em 1920, ingressou no Comitê Central do PCUS e foi dirigente da Internacional Socialista no período 1928-1934 (ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA, 2018c; YEGOROV, 2018).

Foi um dos colaboradores mais próximos de Stalin, de quem foi ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1939 e 1949. Em agosto de 1939, assinou o pacto germano-soviético de não-agressão, com o ministro dos Negócios Estrangeiros alemão Joachim von Ribbentrop - Pacto Hitler-Stalin -, que antecedeu à Segunda Guerra Mundial. Depois que a Alemanha invadiu a União Soviética, ele também serviu no Comitê de Defesa do Estado. Foi durante a Segunda Guerra Mundial que Molotov ordenou a produção das garrafas de líquido inflamável que ficaram conhecidas como coquetéis Molotov. Molotov participou das conferências de Teerã

em 1943, Yalta em 1945 e Potsdam em 1945, assim como de todas as conferências do pós-guerra realizadas até 1957 (ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA, 2018c). Manteve influência política depois da morte de Stálin e foi vice-primeiro-ministro dos Negócios Estrangeiros (1953-1956) e ministro de Estado (1956-1957). Colocando-se contra os novos rumos políticos impostos pela desestalinização impulsionada por Nikita S. Khrushchov, foi demitido de todos os cargos em 1957 e enviado como embaixador para a Mongólia (1957-1960). Em 1962, depois de mais críticas ao seu governo, Khrushchov foi expulso do Partido Comunista. Viveu, depois disso, uma aposentadoria tranquila em Moscou. Em 1984, foi reintegrado ao partido, mas morreu em Moscou em 8 de novembro de 1986 (ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA, 2018c; YEGOROV, 2018).

Referências

ANDREW, C.; MITROKHIN, V. *The Mitrokhin Archive: The KGB in Europe and the West*. Londres: Penguin, 2000.

ARAÚJO, ANDRÉ. *Andrei Gromyko, a cara da Guerra Fria*. Jornal GNN. 2016.

BUSHKOVITCH, P. *História Concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014.

DAL SANTO, M. *The Cult of Nicholas II*. The National Interest. 2016. Disponível em: <<http://nationalinterest.org/feature/the-cult-nicholas-ii-14926>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

DMITRIEV, OLEG. *Prominent Russians: Yury Andropov*. Russiapedia. 2018. Disponível em: <<https://russiapedia.rt.com/prominent-russians/leaders/yury-andropov/>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

DODER, D. *Mikhail Suslov Dies*. The Washington Post. 1982. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/archive/local/1982/01/27/mikhail-suslov-dies/a0d6f278-f7fe-4426-9774-31f6d936a9a4/?noredirect=on&utm_term=.5748f26e3af8>.

EGOROV, OLEG. *Brejnev, da estabilidade à estagnação*. 2016. Disponível em: <https://br.rbth.com/arte/historia/2016/12/19/brejnev-da-estabilidade-a-estagnacao_662329>. Acesso em: 29 jun. 2018.

ELLIOTT, G.; LEWIN, M.. *The Soviet Century*. 2005.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. *Boris Ieltsin*. 2018a. Disponível em: <<https://escola.britannica.com.br/levels/fundamental/article/Boris-Ieltsin/482901>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

_____. Mikhail Gorbachev. *Encyclopaedia Britannica*. 2018b Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Mikhail-Gorbachev>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

_____. *Vyacheslav Mikhaylovich Molotov*. 2018c. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Vyacheslav-Mikhaylovich-Molotov>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

ESTADÃO. *Leonid Brejnev*. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/noticias/personalidades,leonid-brejnev,991,0.htm>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

FISCHER, L. *The Life of Lenin*. Londres: Weidenfeld and Nicolson. 1964.

FOLHA DE S. PAULO. *Saiba mais sobre Boris Ieltsin*. 2007. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u106715.shtml>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

FRAZÃO, D. *Grigori Rasputin*. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/grigori_rasputin/>. Acesso em: 30 jun. 2018.

FUNDAÇÃO GORBACHOV. Biography. *The Gorbachev Foundation*. 2018. Disponível em: <<http://www.gorby.ru/en/gorbachev/biography/>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

GORBACHOV, M. *Memoirs*. Nova Iorque: Doubleday, 1996.

HARDING, Luke. *WikiLeaks cables: Solzhenitsyn praise for Vladimir Putin*. The Guardian. 2010.

HAUPT, G.; MARIE, JEAN-JACQUES. *Los Bolcheviques*. Distrito Federal (México) Ediciones Era. 1972.

ILIC, M.; SMITH, J. *Soviet State and Society Under Nikita Khrushchev*. Londres: Routledge, 2009.

KARTOWICZ, E. R. *The Rage of Nations: The World In The Twentieth Century*. Michigan: Wm. B. Eerdmans Publishing, 1999.

KHRUSHCHOV, Serguei. *Nikita Khrushchov: Creation of a Superpower*. University Park: Pennsylvania State University Press, 2000.

LAW, D. *Russian Civilization*. Nova Iorque: Ardent Media, 1975.

LIEVEN, D. *Nicholas II, Emperor of all the Russias*. Londres: Pimlico, 1993.

LUDWIG, E. *Stalin*. Editorial Calvino. 1943

MONIZ, G. C. *UM MISTÉRIO POR RESOLVER: GRIGORI RASPUTIN*. 2003. Disponível em: <http://obviousmag.org/archives/2012/03/um_misterio_por_resolver_grigori_rasputin.html>. Acesso em: 30 jun. 2018.

MANDEL, ERnest. *The Gulag Archipelago Solzhenitsyn's Assault on Stalinism and the October Revolution*. 1974. .

RINCÓN, M. L. *Rasputin: Conheça A História De Um Dos Personagens Mais Polêmicos Da Rússia*. 2017. Disponível em: <<https://www.megacurioso.com.br/personalidades/44817-rasputin-conheca-a-historia-de-um-dos-personagens-mais-polemicos-da-russia.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

ROBERTS, Geoffrey (Ed.). *INTRODUCTION: THE MEMOIRS OF GEORGY ZHUKOV*. In: ZHUKOV, Georgy. *Marshal of Victory: The Autobiography of General Georgy Zhukov*. Barnsley: Pen & Sword Books, 2013. p. 9-37.

RT. *Prominent Russians: Aleksandr Kerensky*. Russiapedia. 2018a. Disponível em: <<https://russiapedia.rt.com/prominent-russians/leaders/yury-andropov/>>. Acesso em: 10 jul. 2018

_____. *Prominent Russians: Yury Andropov*. Russiapedia. 2018b. Disponível em: <<https://russiapedia.rt.com/prominent-russians/leaders/yury-andropov/>>. Acesso em: 10 jul. 2018

O GLOBO. *Em abril de 1966 começa o reinado de Leonid Brejnev na União Soviética*. 2013. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/em-abril-de-1966-comeca-reinado-de-leonid-brejnev-na-uniao-sovietica-10035450>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

THOMPSON, William J. *Khrushchev — A Political Life*. Nova York: St. Martin's Press, 1995.

TIMOFEITCHEV, A. *A herança de Boris Iéltsin na memória*. 2017. Disponível em: <https://br.rbth.com/sociedade/2017/01/13/a-heranca-de-boris-ieltsin-na-memoria_680358>. Acesso em: 29 jun. 2018.

VOLKOGONOV, D.. *Trotsky: The Eternal Revolutionary*. Free Press/Simon & Schuster, 1996.

“Perspectiva: Reflexões sobre a Temática Internacional”

Parâmetros de Submissão Revista Perspectiva

1. Serão aceitos somente artigos e resenhas inéditos relacionados ao tema da revista, produzidos por alunos de graduação de qualquer instituição, regularmente matriculados.
2. Todos os artigos e resenhas adequados às normas requeridas pela revista serão avaliados pelo Conselho Editorial da revista. O parecer desse conselho será decisivo para a publicação do artigo e/ou da resenha, sendo que qualquer modificação substancial será previamente acordada com o autor.
3. Os artigos e resenhas deverão estar de acordo com as seguintes normas técnicas para sua avaliação:
 - 3.1 Margens de três centímetros e espaçamento duplo entre as linhas.
 - 3.2 Tipologia Times New Roman, tamanho da fonte 12.
 - 3.3 Artigos devem conter entre 25 e 45 mil caracteres, incluídos os espaços.
 - 3.4 Resenhas devem conter entre 6 e 8 mil caracteres, incluídos os espaços.
 - 3.5 Artigos e resenhas devem conter título em português e em inglês.
 - 3.6 Deve constar, no início do artigo, um resumo em português de 500 a 800 caracteres, sintetizando os propósitos e conclusões do autor, além de 4 a 6 palavras-chave; no final do artigo, após as referências, devem constar o resumo e as palavras-chave, traduzidos para o inglês.
 - 3.7 A bibliografia deve ser citada de acordo com o sistema ABNT (AUTOR, data), referenciando a literatura citada ao final do texto.
 - 3.8 As notas de rodapé devem ser de natureza substantiva e complementar ao texto, sendo alocadas no final da página. O espaçamento no texto da nota deve ser simples e entre as notas, duplo; o tamanho da fonte deve ser 10 e a tipologia, mantida.
 - 3.9 As citações, quando necessárias, deverão ser mantidas no corpo do texto quando menores de quatro linhas, entre aspas duplas e sem itálico; quando

ultrapassarem esse limite, deverão constituir um parágrafo independente, com margem de quatro centímetros, fonte 10 e espaçamento simples entre linhas e sem aspas. Ao final da citação, é obrigatória a adição, entre parênteses, do sobrenome do autor original, ano da publicação em questão e número da(s) página(s).

4. A divisão do texto em seções deverá ser feita de acordo com os seguintes critérios:

4.1 São empregados algarismos arábicos na numeração.

4.2 O indicativo de seção é alinhado na margem esquerda, precedendo o título, dele separado por um espaço.

4.3 Deve-se limitar a numeração progressiva até a seção quinária.

4.4 O indicativo das seções primárias deve ser grafado em números inteiros a partir de 1.

4.5 O indicativo de uma seção secundária é constituído pelo indicativo da seção primária a que pertence, seguido do número que lhe for atribuído na sequência do assunto e separado por ponto. Repete-se o mesmo processo em relação às demais seções.

Exemplo:

Seção Primária	Seção secundária	Seção terciária	Seção quaternária	Seção quinária
1	1.1	1.1.1	1.1.1.1	1.1.1.1.1
2	2.1	2.1.1	2.1.1.1	2.1.1.1.1
3	3.1	3.1.1	3.1.1.1	3.1.1.1.1
.
8	8.1	8.1.1	8.1.1.1	8.1.1.1.1
9	9.1	9.1.1	9.1.1.1	9.1.1.1.1

4.6 Não se utilizam ponto, hífen, travessão ou qualquer sinal após o indicativo de seção ou de seu título.

4.7 Destacam-se gradativamente os títulos das seções, utilizando os recursos de negrito, itálico ou grifo e redondo, caixa alta ou versal e outro. O título das seções (primárias, secundárias etc.) deve ser colocado após sua numeração, dele separado por um espaço. O texto deve iniciar-se em outra linha.

4.8 Todas as seções devem conter um texto relacionado com elas.

4.9 Quando for necessário enumerar os diversos assuntos de uma seção que não possua título, esta deve ser subdividida em alíneas.

4.10 Quando as alíneas forem cumulativas ou alternativas, pode ser acrescentado, após a penúltima, e/ou conforme o caso. As alíneas, exceto a última, terminam em ponto-e-vírgula.

4.11 A disposição gráfica das alíneas obedece às seguintes regras:

a) o terço final do texto correspondente, anterior às alíneas, termina em dois pontos;

- b) as alíneas são ordenadas alfabeticamente;
- c) as letras indicativas das alíneas são reentradas em relação à margem esquerda;
- d) o texto da alínea começa por letra minúscula e termina em ponto-e-vírgula, exceto a última que termina em ponto; e, nos casos em que se seguem subalíneas, estas terminam em vírgula;
- e) a segunda e as seguintes linhas do texto da alínea começam sob a primeira letra do texto da própria alínea.

4.12 Quando a exposição da ideia assim o exigir, a alínea pode ser subdividida em subalíneas. As subalíneas devem começar por um hífen, colocado sob a primeira letra do texto da alínea correspondente, dele separadas por um espaço. As linhas seguintes do texto da subalínea começam sob a primeira letra do próprio texto.

4.13 Quaisquer gráficos, tabelas, esquemas ou assemelhados devem ser enviados separados do artigo, em anexo, sendo que esses devem ser diretamente reproduzidos pelo autor.

4.14 Esclarecimentos sobre a normalização exigida devem ser consultados nos termos estabelecidos pela ABNT para artigos em periódicos científicos (NBR6022).

Atenciosamente,
Conselho Executivo